

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

HALISSON GOLFFETTO DA VEIGA

**PREVISÃO DE DEMANDA EM REGISTROS DE PREÇOS:
ANÁLISE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
RESTAURANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO**

**VITÓRIA
2015**

HALISSON GOLFFETTO DA VEIGA

**PREVISÃO DE DEMANDA EM REGISTROS DE PREÇOS:
ANÁLISE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE
RESTAURANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Rosetti Júnior.

VITÓRIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

V426p Veiga, Halisson Golffetto da, 1990-
Previsão de demanda em registros de preços : análise do
Departamento de Gestão de Restaurantes da Universidade
Federal do Espírito Santo / Halisson Golffetto da Veiga. – 2015.
168 f. : il.

Orientador: Hélio Rosetti Júnior .
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Compras (Serviço público). 2. Universidades e faculdades
– Planejamento. 3. Universidades e faculdades – Indicadores. 4.
Demanda (Teoria econômica). I. Rosetti Júnior, Hélio. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

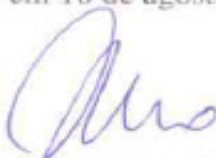
CDU: 35

**PREVISÃO DE DEMANDA EM REGISTROS DE PREÇOS: ANÁLISE
DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RESTAURANTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Halisson Golffetto da Veiga

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 18 de agosto de 2015 por:



Hélio Rosetti Junior, DSc – UFES – Orientador



Teresa Cristina Janes Carneiro, DSc – UFES



Luciano Lessa Lorenzoni, DSc – IFES

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida, minha amada família, Sônia (mãe), Carlos (pai) e Alex (irmão).

Ao meu avô e minha avó, que hoje moram ao lado de Deus, José Golfetto e Toumir Mariano da Veiga (*in memoriam*).

Ao professor Hélio, pela orientação do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as bênçãos realizadas em minha vida, sem as quais não chegaria até aqui.

Reservo especial lugar para minha família. Meu pai, Calos Alberto Mariano da Veiga, e minha mãe, Sônia Regina Golffetto da Veiga, pessoas humildes e de valor, que sempre valorizaram a educação como instrumento de crescimento e sucesso na vida, mesmo quando trabalhavam como lavradores na zona rural de Guaçuí-ES. Graças aos meus pais, tenho a certeza de que títulos não nos fazem melhores do que ninguém. Meu irmão, Alex Golffetto da Veiga, pela parceria e pelo exemplo de dedicação ao estudo e ao trabalho, um ser humano formidável.

Agradeço ao professor Hélio Rosetti Júnior, orientador desta dissertação, pela colaboração, conhecimentos compartilhados, dedicação, compreensão e paciência na condução da pesquisa.

Destaco o papel da banca de qualificação do projeto de dissertação, no sentido de melhorar a pesquisa, da qual fizeram parte os seguintes professores: Hélio Rosetti Júnior; Teresa Cristina Janes Carneiro; e Luciano Lessa Lorenzoni.

Lembro, também, os professores que me deram aula no Mestrado de Gestão Pública da UFES, meu orientador, Rossana Ferreira da Silva Mattos, Roquemar de Lima Baldam, Teresa Cristina Janes Carneiro, Rogério Antônio Monteiro, Marison Luiz Soares, Marilene Olivier Ferreira de Oliveira, e Margareth Vetis Zaganelli. Estes me demonstraram que a educação é um processo de vivência, que só é possível quando se trata o próximo com respeito e igualdade.

Agradeço à Diretora-Geral do DGR, Amélia Lopes Lima, por ter permitido a aplicação da pesquisa nos restaurantes da UFES, além das nutricionistas, Letícia Calvi Pizetta, Giselly Ribeiro Passos Vianna, e Dalila Ferraz Lima Ferreira, que foram muito acessíveis e cordiais no processo de entrevistas.

Dedico especial carinho aos amigos que, de alguma forma, contribuíram para o êxito desta dissertação, principalmente Cláudia Ângela Lima Oliveira Lena, Kaio Regattieri dos Santos e Caroline Monteiro da Silva.

Agradeço a Maria Lúcia Gomes Tedoldi e a Fernanda Braga Aragão também.

“Falta de tempo é desculpa daqueles que perdem tempo por falta de planejamento.”

Albert Einstein

“A previsão da demanda é uma etapa crítica para todos os membros de uma cadeia de suprimentos devido à complexidade e incertezas intrínsecas a suas atividades.”

Carlos Alberto Palomares Diaz e
Sílvia Roberto Ignácio Pires

RESUMO

Apesar do registro de preços ser uma sistemática para contratação de bens e serviços, prevista na legislação brasileira e amplamente utilizada pelos órgãos públicos do país, em que a administração pública não tem a obrigação legal de contratar o item registrado, é fundamental que a previsão de demanda dos itens que serão registrados seja balizada em critérios metodológicos objetivos na etapa de planejamento e, com isso, as chances de ocorrerem estimativas subdimensionadas e superdimensionadas tendem a diminuir. A partir dessa constatação, a proposta central do estudo consiste em verificar se as quantidades estimadas nos registros de preços refletem a real necessidade de suprimento, tendo por referência o Departamento de Gestão de Restaurantes (DGR) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Conduziu-se um estudo de caso, com foco nos registros de preços de produtos de consumo utilizados diretamente no preparo das refeições nos restaurantes da universidade (gêneros alimentícios, carnes e derivados, e hortifrutigranjeiros). Foram realizadas entrevistas junto às nutricionistas responsáveis por requisitar a compra dos objetos estudados no DGR, totalizando três entrevistas. Além disso, procedeu-se a análise dos registros de preços componentes da amostra, isto é, registros de preços dos objetos estudados, realizados entre 2009 e 2014, cuja vigência esteja expirada. Com isso, foram estudados 27 registros de preços. A análise destes foi regida através da proposição de um indicador e de uma escala para interpretação do indicador, produto final desta dissertação. Os resultados evidenciam a necessidade de os requisitantes do DGR reverem os parâmetros das previsões de demanda dos objetos estudados, quando da elaboração do termo de referência, já que o indicador proposto retratou a seguinte realidade: acurácia da previsão baixa e erro de previsão elevado. Assim, o estudo sugere a adoção do seu produto final pelo DGR, como mecanismo de acompanhamento e controle da previsão de demanda em registros de preços, uma ferramenta que contribuirá para a melhora gradativa do planejamento da contratação do departamento (aspecto quantitativo).

Palavras-chave: Processo de Contratação Pública. Sistema de Registro de Preços. Planejamento. Previsão de Demanda. Indicador.

ABSTRACT

Despite the price record is a system for procurement of goods and services, under Brazilian law and widely used by government agencies of the country, where the government has a legal obligation to hire the registered item, it is essential that the forecast demand items to be registered to be baptized in methodological objective criteria in the planning stage, and with it, the chances of occurrence of undersized and oversized estimates tend to decrease. Based on this finding, the central purpose of the study is to verify that the estimated prices records reflect the real need of supply, with reference to the Department of Restaurant Management (DGR) of the Federal University of Espírito Santo (UFES). We conducted a case study, focusing on records consumer product prices directly used in the preparation of meals at university restaurants (foodstuff, meat and meat products, and fresh produce). Interviews were conducted with the nutritionists responsible for ordering the purchase of objects studied in DGR, totaling three interviews. In addition, it proceeded to the analysis of the components of the sample price records, that is, price records of the studied objects, made between 2009 and 2014, whose term has expired. Thus, were studied 27 records prices. Analysis of these was governed by proposing an indicator and a scale for interpretation of the indicator, the final product of this work. The results show the need for requesting the DGR revise the parameters of demand forecasts of the studied objects, when drafting the terms of reference, as the indicator proposed portrayed the following fact: the low forecast accuracy and high forecast error. Thus, the study suggests the adoption of the final product by the DGR, as follow-up mechanism and control demand forecast record prices, a tool that will contribute to the gradual improvement of the planning of the recruitment department (quantitative aspect).

Keywords: Public Procurement Process. Prices Registration System. Planning. Demand Forecasting. Indicator.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escala de análise do GARP	61
Figura 2 – Organograma do DGR	64
Figura 3 – Principais atividades desenvolvidas pelos setores do DGR.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Montante de recursos monetários do Pnaes recebidos pelo DGR entre 2008 e 2014, em reais.....	72
Gráfico 2 – Comparativo dos motivos de cancelamento dos itens de gêneros alimentícios e de carnes e derivados	79
Gráfico 3 – Previsão de demanda no DGR: comparativo do GARP dos diferentes requisitantes.....	86
Gráfico 4 – Previsão de demanda no DGR: percentual de itens por categoria	93
Gráfico 5 – Previsão de demanda no DGR: percentual de itens com GARP igual a “0” e a “1”	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Governo x Administração	26
Quadro 2 – Princípios norteadores da licitação segundo diversos doutrinadores ...	28
Quadro 3 – Como definir a modalidade de licitação a ser utilizada no Brasil?	32
Quadro 4 – Etapas do modelo de previsão da demanda	47
Quadro 5 – Quadro sinóptico demonstrativo das diferenças entre os modelos de compras.....	49
Quadro 6 – Motivos para o cancelamento de itens detectados nas licitações componentes da amostra de pesquisa.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição percentual do valor total licitado entre as modalidades de licitação e suas exceções (dados do governo federal brasileiro entre 2008 e 2014 (primeiro trimestre)).....	36
Tabela 2 – Montante de recursos monetários movimentados com contratações públicas, em reais (dados do governo federal brasileiro entre 2008 e 2014 (primeiro trimestre)).....	38
Tabela 3 – Licitações realizadas pelo DGR entre 2009 e 2014.....	59
Tabela 4 – Quantitativo de servidores técnico-administrativos e de terceirizados que trabalham no DGR	71
Tabela 5 – Registros de preços de gêneros alimentícios do DGR com vigência encerrada (licitações realizadas entre 2009 e 2014).....	74
Tabela 6 – Registros de preços de carnes e derivados do DGR com vigência encerrada (licitações realizadas entre 2009 e 2014).....	76
Tabela 7 – Registros de preços de hortifrutigranjeiros do DGR com vigência encerrada (licitações realizadas entre 2009 e 2014).....	76
Tabela 8 – Motivos de cancelamento dos itens de gêneros alimentícios.....	78
Tabela 9 – Motivos de cancelamento dos itens de carnes e derivados	78
Tabela 10 – Análise do GARP: registros de preços de gêneros alimentícios	84
Tabela 11 – Análise do GARP: registros de preços de carnes e derivados.....	84
Tabela 12 – Análise do GARP: registros de preços de hortifrutigranjeiros.....	85
Tabela 13 – Análise do GARP: registros de preços mais recentes.....	90
Tabela 14 – Visão geral (gêneros alimentícios)	114
Tabela 15 – Pregão eletrônico nº 02/2009-SRP.....	114
Tabela 16 – Pregão eletrônico nº 21/2009-SRP.....	115
Tabela 17 – Pregão eletrônico nº 03/2011-SRP.....	117
Tabela 18 – Pregão eletrônico nº 01/2012-SRP.....	119

Tabela 19 – Pregão eletrônico nº 03/2012-SRP.....	121
Tabela 20 – Pregão eletrônico nº 21/2012-SRP.....	123
Tabela 21 – Pregão eletrônico nº 06/2013-SRP.....	127
Tabela 22 – Pregão eletrônico nº 01/2014-SRP.....	133
Tabela 23 – Visão geral (carnes e derivados).....	139
Tabela 24 – Pregão eletrônico nº 12/2009-SRP.....	139
Tabela 25 – Pregão eletrônico nº 06/2010-SRP.....	140
Tabela 26 – Pregão eletrônico nº 08/2010-SRP.....	140
Tabela 27 – Pregão eletrônico nº 08/2011-SRP.....	141
Tabela 28 – Pregão eletrônico nº 10/2011-SRP.....	141
Tabela 29 – Pregão eletrônico nº 10/2012-SRP.....	142
Tabela 30 – Pregão eletrônico nº 15/2012-SRP.....	143
Tabela 31 – Pregão eletrônico nº 02/2013-SRP.....	143
Tabela 32 – Pregão eletrônico nº 09/2013-SRP.....	145
Tabela 33 – Pregão eletrônico nº 20/2013-SRP.....	146
Tabela 34 – Pregão eletrônico nº 07/2014-SRP.....	148
Tabela 35 – Visão geral (hortifrutigranjeiros).....	148
Tabela 36 – Pregão eletrônico nº 13/2012-SRP.....	148
Tabela 37 – Pregão eletrônico nº 19/2012-SRP.....	149
Tabela 38 – Pregão eletrônico nº 28/2012-SRP.....	151
Tabela 39 – Pregão eletrônico nº 01/2013-SRP.....	152
Tabela 40 – Pregão eletrônico nº 12/2013-SRP.....	154
Tabela 41 – Pregão eletrônico nº 15/2013-SRP.....	155
Tabela 42 – Pregão eletrônico nº 23/2013-SRP.....	157
Tabela 43 – Pregão eletrônico nº 10/2014-SRP.....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU – Advocacia-Geral da União

ARP – Ata de Registro de Preços

CAF – Conselho de Administração e Fiscalização

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CEASA-ES – Centrais de Abastecimento do Espírito Santo

CEUNES – Centro Universitário Norte do Espírito Santo

CGU – Controladoria-Geral da União

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DF – Distrito Federal

DGR – Departamento de Gestão de Restaurantes

ES – Espírito Santo

FUEC – Federação Universitária de Esportes Capixabas

GARP – Grau de Aproximação entre o Real e o Planejado

HUCAM – Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IRP – Intenção de Registro de Preços

JIT – *Just in Time*

MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PIB – Produto Interno Bruto

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

QTEC – Quantidade Total Efetivamente Comprada

QTR – Quantidade Total Registrada

RC – Restaurante Central

RU – Restaurante Universitário

SIASG – Sistema de Administração e Serviços Gerais

SISG – Sistema de Serviços Gerais

SLTI – Secretária de Logística e Tecnologia da Informação

SRP – Sistema de Registro de Preços

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UASG – Unidade Administrativa de Serviços Gerais

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Contextualização	18
1.2 Objetivos de pesquisa.....	21
1.2.1 Objetivo geral	21
1.2.2 Objetivos específicos.....	21
1.3 Justificativa	22
1.4 Estrutura da pesquisa	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 Compras públicas	25
2.1.1 Principais conceitos.....	25
2.1.2 Modalidades de licitação	31
2.1.3 Compras públicas no contexto da nova administração pública	34
2.1.4 Impacto das compras públicas na economia.....	37
2.2 Planejamento	40
2.2.1 Planejamento da contratação pública.....	40
2.2.2 O processo de previsão de demanda.....	43
2.2.3 SRP como ferramenta de planejamento no setor público.	48
3 METODOLOGIA	58
3.1 Classificação da pesquisa.....	58
3.2 Unidade de análise	58
3.3 Indicador e escala de análise (produto final): proposta de intervenção .	59
3.4 Etapas da pesquisa	63
3.4.1 Entrevista	63
3.4.2 Pesquisa documental	67

3.4.2.1 Período pesquisado.....	68
3.4.2.2 População e amostra.....	68
4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DGR	70
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	74
5.1 Breve análise dos registros de preços da amostra de pesquisa	74
5.2 Discussão dos resultados	81
5.3 Propostas de pesquisas futuras	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
7 REFERÊNCIAS.....	105
8 APÊNDICES	112
8.1 Apêndice A: roteiro para entrevista semiestruturada.....	112
8.1.1 Apresentação	112
8.1.2 Questões	112
8.2 Apêndice B: análise detalhada do GARP	113
8.2.1 Gêneros alimentícios.....	113
8.2.2 Carnes e derivados	138
8.2.3 Hortifrutigranjeiros	148
9 ANEXOS	165
9.1 Anexo A: cópia da Portaria nº 398/1967, da Reitoria da UFES	165

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Nos termos do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 10 de dezembro de 1948, “toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários”.

Sob esse prisma, o Estado assume papel relevante, por meio da disponibilização de serviços públicos à sociedade, que devem ser capazes de garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos elencados no parágrafo anterior. Conforme Matias-Pereira (2009), a principal função do Estado é satisfazer o bem-comum, isto é, bem-estar, segurança e justiça, tendo o interesse coletivo como balizador da sua ação.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, ao instituir o Estado Democrático, ratifica o posicionamento de Matias-Pereira (2009). Segundo o preâmbulo da norma constitucional brasileira, a finalidade do Estado Democrático consiste em:

[...] assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Para o cumprimento da referida função, o Estado necessita de recursos financeiros, humanos, tecnológicos, físicos e materiais em quantidade e qualidade adequadas. Nesse aspecto, a função de compras (no sentido amplo, de contratações) é primordial, ao passo que supre os órgãos públicos com recursos humanos ao contratar serviços terceirizados, recursos tecnológicos ao contratar tecnologias da informação e comunicação, recursos físicos ao contratar obras e melhorias, e recursos materiais ao adquirir bens de consumo e equipamentos. De

modo que, sem este suprimento, seria inviável a prestação de serviços públicos para atender aos anseios da sociedade.

Para tanto, no Brasil, em regra, faz-se uso da licitação pública como meio de efetivar a contratação no setor público, com a garantia de igualdade de condições a todos os concorrentes, conforme preceituado no artigo 37, inciso XXI, da norma constitucional brasileira, regulamentado através da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. A legislação vigente prevê as seguintes modalidades de licitação, aplicáveis de acordo com o caso concreto, além das possibilidades de dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação: (i) concorrência; (ii) tomada de preços; (iii) convite; (iv) concurso; (v) leilão; (vi) pregão presencial; e (vii) pregão eletrônico.

Em análise específica do caso da aquisição de materiais, foco desta pesquisa, tem-se a seguinte constatação: da mesma forma que não é possível conceber uma indústria sem a matéria-prima e as máquinas necessárias à obtenção do produto que atenderá às demandas do mercado consumidor, não é possível conceber uma escola pública ou um hospital público, por exemplo, sem os insumos e os equipamentos necessários à prestação dos serviços públicos à coletividade. Por isso, a função de compras é tão importante para as organizações, sendo sua realização condicionada a múltiplas variáveis, isto é, qualidade, tempo, quantidade, fonte e preço.

Dentre as variáveis mencionadas no parágrafo anterior, a presente pesquisa trata do aspecto da “quantidade”. É fundamental analisar como as organizações lidam com essa variável. Planejar a demanda é indispensável para o não comprometimento das operações organizacionais, mesmo considerando a hipótese de defasagem entre a demanda efetiva e a demanda prevista como regra, uma vez que todo planejamento está sujeito a erros, dada a imprevisibilidade dos acontecimentos futuros. Nesse contexto, as organizações precisam trabalhar com métodos de previsão condizentes com suas atividades e com a manutenção de memória informacional sobre as previsões sucessivas, visando ao aumento da precisão da previsão e à diminuição do erro de previsão com o passar do tempo.

A dificuldade de prever a demanda afeta todas as organizações, em menor ou maior grau. Conforme Heinritz e Farrell (1988), além do requisitante da compra, é importante envolver no planejamento dos quantitativos o setor de compras da

organização e até mesmo os fornecedores (com o estabelecimento de relações de parcerias), pois estes possuem informações relevantes sobre seu mercado de atuação e tendências futuras. Nesse ponto, o setor público enfrenta restrições, considerando a necessidade de obediência a bases legais rígidas nas contratações, bem como a impossibilidade de estabelecer parcerias junto ao mercador fornecedor. É preciso zelar pela igualdade entre os fornecedores interessados na contratação e pela transparência do processo.

Desse modo, prever a demanda de materiais é uma atividade de elevada complexidade no setor público.

Apesar disso, no Brasil, o Sistema de Registro de Preços (SRP), que não é uma modalidade de licitação, mas um mecanismo para realizar aquisições de bens e contratações de serviços parceladamente, e que tem seu uso incentivado na legislação vigente, torna o procedimento de previsão de demanda menos engessado no setor público. Essa afirmação é plausível, uma vez que o artigo 15, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993, prevê a realização de contratações pelos preços registrados como algo facultativo para a administração pública.

O Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, responsável por regulamentar o SRP, em substituição ao Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001 (revogado), define em seu artigo 3º, inciso IV, a seguinte hipótese de uso do mecanismo: “quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”.

Contudo, conforme entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU), consubstanciado no Parecer Jurídico nº 940/2014-AGU/PGF/PF/UFES, de 14 de outubro de 2014, embora não haja obrigatoriedade na contratação dos bens ou serviços registrados, a justificativa de consumo deve ser fundamentada em bases consistentes, evitando a ocorrência de restrições na disputa. Em outras palavras, os quantitativos não podem ser definidos de forma aleatória e arbitrária, mesmo no caso do SRP, sob pena de ferir os princípios que regem o processo licitatório.

Nesse sentido, quantidades superestimadas em registros de preços representam perigo, tanto por gerarem uma falsa expectativa de lucro nos potenciais fornecedores quanto por inibirem a participação de uma fatia de mercado que não tem condições de honrar com o fornecimento nos quantitativos estimados.

Mediante o exposto, tendo como referência o caso do Departamento de Gestão de Restaurantes (DGR) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), escolha devidamente fundamentada na Seção 3.2 desta dissertação, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: **as quantidades estimadas nos registros de preços realizados pelo DGR da UFES refletem a real necessidade de suprimento do departamento?**

1.2 Objetivos de pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Em decorrência do problema de pesquisa, definiu-se o seguinte objetivo geral: verificar se as quantidades estimadas nos registros de preços realizados pelo DGR da UFES refletem a real necessidade de suprimento do departamento.

1.2.2 Objetivos específicos

Com vistas ao alcance do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram definidos: (i) conhecer o processo de previsão de demanda no DGR, junto aos atores envolvidos diretamente no planejamento das contratações por registro de preços no departamento (requisitantes); (ii) examinar a precisão da previsão de demanda e o erro da previsão de demanda, considerando os registros de preços celebrados pelo departamento; e (iii) propor ferramenta (indicador e escala de análise) para aferir a acurácia da previsão de demanda dos materiais licitados por meio do SRP.

1.3 Justificativa

Segundo Oliveira e Gonçalves (2011), no setor público, o planejamento é fundamental para a definição do objeto a ser licitado, em seus aspectos qualitativo e quantitativo, disponibilizando dados indispensáveis ao processo de tomada de decisão da administração pública e dos potenciais fornecedores.

O planejamento é o ponto de partida do processo de contratação pública e, se bem delineado e trabalhado pela organização, tende a qualificar as etapas posteriores do processo. Isto é, o adequado planejamento aumenta a probabilidade do processo de contratação pública ser bem executado, ou seja, com o termo de referência redigido adequadamente e refletindo a real necessidade do órgão, a licitação conduzida com transparência e isonomia, a participação de fornecedores idôneos no certame, a obtenção de preços justos e econômicos ao término da licitação, a correta execução e fiscalização do objeto e, por fim, a prestação de um serviço público de qualidade para a sociedade.

O SRP é uma ferramenta de grande valia no planejamento das contratações públicas, sem as quais o Estado não teria condições de atender aos anseios da coletividade. Entretanto, para contribuir efetivamente com o planejamento, o SRP precisa ser utilizado de forma correta pelo gestor público.

A literatura aponta que o gestor público brasileiro tem dado pouco valor à etapa do planejamento, fato que tem gerado o surgimento de diversos problemas na sequência do processo de contratação pública. No caso específico do SRP, o aspecto quantitativo do planejamento carece de atenção especial, pois os quantitativos dos diferentes materiais precisam ser estimados com base em critérios metodológicos objetivos, mesmo que a administração pública não tenha a obrigação legal de contratar os itens registrados.

Nesse cenário, este estudo propõe, como produto final, um indicador e sua escala de análise para acompanhamento e controle da acurácia da previsão de demanda em registros de preços, isto é, um instrumento para medir a aproximação entre o planejado e o real, entre os quantitativos registrados e os quantitativos

efetivamente adquiridos, sendo o controle fundamental para a realização de ajustes, correções e revisões no planejamento no transcurso do tempo, num ciclo de melhora contínua.

Com isso, a pesquisa é relevante e aplicável, a partir do momento em que busca meios para aprimorar gradativamente o planejamento da contratação pública em seu aspecto quantitativo, isto é, diminuir o erro de previsão e aumentar a exatidão da previsão.

1.4 Estrutura da pesquisa

A presente pesquisa está subdividida nas seguintes partes principais: (i) introdução (Capítulo 1); (ii) referencial teórico (Capítulo 2); (iii) metodologia (Capítulo 3); (iv) algumas considerações sobre o DGR (Capítulo 4); (v) resultados e discussões (Capítulo 5); e (vi) considerações finais (Capítulo 6).

O ponto central da introdução é a apresentação do assunto estudado, a formulação do problema e objetivos da pesquisa, e a exposição dos motivos que tornam o estudo relevante e aplicável.

No referencial teórico, são abordados os principais aspectos da literatura acerca de contratações públicas, registro de preços, planejamento e previsão de demanda.

No Capítulo 3, é feita a descrição metodológica da pesquisa, isto é, sua caracterização quanto aos objetivos e ao objeto, seus métodos para coleta, tratamento e análise dos dados, e sua delimitação. Destaca-se o produto final e a proposta de intervenção desta dissertação contidos na Seção 3.3.

No Capítulo 4, são discutidas informações relevantes sobre o DGR, caso estudado nesta dissertação, para esclarecimento e conhecimento do leitor.

Os resultados alcançados a partir da aplicação do método de pesquisa são apresentados e discutidos à luz do referencial teórico no Capítulo 5.

Por fim, as considerações finais compilam os resultados obtidos, no sentido de responder o problema de pesquisa e atingir os objetivos do estudo.

Além disso, fazem parte desta dissertação os Capítulos 7, 8 e 9. No Capítulo 7, é possível identificar os textos aqui citados, tais como livros, artigos, dissertações, teses, legislações, pareceres, etc. Já nos Capítulos 8 e 9, constam os apêndices e os anexos da pesquisa, respectivamente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente Capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte, enfoca-se a contratação pública como um processo que se inicia com o planejamento, passa pela seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública que, em regra, é processada através de procedimento licitatório com a observância de princípios e regras rígidas, e termina com a execução e fiscalização do objeto. Na segunda parte, é discutida a importância do planejamento para que a contratação pública seja bem-sucedida, destacando-se o aspecto quantitativo do planejamento e a relevância do registro de preços para o planejamento no setor público.

2.1 Compras públicas

2.1.1 Principais conceitos

Diferentemente das empresas que atuam em favor de interesses de particulares, o Estado atua em favor de interesses de toda a sociedade. Segundo Matias-Pereira (2009), a principal função do Estado é satisfazer o bem-comum, isto é, bem-estar, segurança e justiça, tendo o interesse coletivo como balizador da sua ação.

Na sua fase moderna, o Estado de Direito fundamenta-se nos princípios da legalidade e da separação dos poderes, tendo por objetivo a garantia e a defesa dos direitos individuais, tanto na relação entre particulares, quanto na relação entre estes e o Estado (DI PIETRO, 2011).

Para a consecução dos seus fins, o Estado conta com o governo e a administração, onde o segundo é o aparato administrativo que atua na execução de metas e decisões definidas pelo primeiro (MATIAS-PEREIRA, 2009). Essa distinção é fundamental, pois o Estado, na condição de pessoa jurídica, não goza de vontade

própria, atuando sempre por meio de pessoas físicas alocadas na sua estrutura de governo e de administração (DI PIETRO, 2011).

Jund (2009, p. 46) elucida a diferença entre governo e administração da seguinte forma:

Governo	Administração
É atividade política e discricionária	É atividade neutra, normalmente vinculada à lei ou a outra norma técnica
É conduta independente; comanda com responsabilidade constitucional e política	É conduta hierarquizada; executa sem responsabilidade constitucional ou política, mas com responsabilidade técnica e legal

Quadro 1 – Governo x Administração.

Fonte: Jund (2009, p. 46).

Sucintamente, Di Pietro (2011, p. 57-58, grifo do autor) esclarece o conceito de administração pública, em sentido objetivo e subjetivo:

[...] em sentido material ou objetivo, a **Administração Pública** pode ser definida como a **atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos.**

[...]

[...] pode-se definir Administração Pública, em sentido subjetivo, como o **conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.**

Para Justen Filho (2009), a função administrativa é competência legal atribuída ao poder público, tendo como objetivos satisfazer os interesses essenciais da coletividade e promover os direitos fundamentais.

O artigo 4º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelece a distinção entre administração pública direta e indireta:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

a) Autarquias;

b) Empresas Públicas;

c) Sociedades de Economia Mista.

d) Fundações Públicas. (Incluído pela Lei nº 7.596, de 1987)

Por seu turno, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 estipula, em seu artigo 37 (redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998), que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Tradicionalmente, setor público e setor privado apresentam características distintas um do outro. Entretanto, a colocação de Baily et al. (2012) aplica-se integralmente às duas realidades. Segundo o autor, na atual conjuntura, a organização bem-sucedida visualiza a atividade de compras como algo de importância estratégica considerável.

Uma definição usual, embora superficial e simplista, dos objetivos de compras aponta para comprar na qualidade correta, no tempo certo, na quantidade exata, na fonte certa e pelo preço adequado (BAILY et al., 2012). Já Arnold (2012) subdivide estes objetivos em quatro categorias: (i) comprar mercadorias e serviços na quantidade e com a qualidade necessárias; (ii) comprar mercadorias e serviços ao menor custo; (iii) propiciar o melhor serviço possível e a pronta entrega por parte do fornecedor; e (iv) desenvolver e manter boas relações com fornecedores atuais e com fornecedores potenciais.

“As compras não são um fim em si mesmas” (HEINRITZ e FARREL, 1988, p. 20). A abrangência do processo de compras não fica restrita ao departamento de compras, ou seja, é uma função ampla que envolve diversos departamentos da organização, a começar pelo setor usuário do bem ou serviço a ser comprado (PAULUS JR., 2005).

Obviamente, a forma e as dificuldades de lidar com a variável “compras” não são as mesmas quando se confronta as duas realidades, setor público e setor privado.

No caso específico do setor público, as compras são vitais para o atendimento da finalidade do Estado, satisfazer o bem-comum. Num primeiro plano, é fundamental distinguir o processo de contratação pública e a licitação, conceitos tratados como sinônimos na maioria das vezes, sendo esse um tratamento equivocado.

Processo de contratação pública é o conjunto de fases, etapas e atos estruturado de forma lógica para permitir que a Administração, a partir da identificação precisa da sua necessidade e demanda, possa definir com precisão o encargo desejado, minimizar seus riscos e selecionar, isonomicamente, se possível, a pessoa capaz de satisfazer a sua necessidade pela melhor relação benefício-custo (MENDES, 2012, p. 25, grifo do autor).

Segundo Justen Filho (2012), o Estado recorre aos particulares (setor privado) pelo fato de não dispor de conhecimento, de recursos materiais e de

recursos humanos necessários à execução de serviços e à produção de bens, essenciais à satisfação das suas demandas e, conseqüentemente, à prestação de serviços públicos para a sociedade. O autor lembra que, na maioria dos casos, é economicamente mais vantajoso o Estado recorrer ao setor privado, através do processo de contratação pública.

Já a licitação é um procedimento administrativo em que um ente público, fazendo-se valer do seu exercício da função administrativa, disponibiliza a todos os interessados que se enquadrem nas condições estipuladas no edital de convocação a possibilidade de oferecerem propostas, dentre as quais será escolhida e aceita a mais conveniente para a efetivação da contratação (DI PIETRO, 2011). Spitzcovsky (2005) destaca que a finalidade da licitação consiste em atender aos interesses da coletividade (sociedade), por meio da seleção da proposta mais vantajosa a partir da observância irrestrita das disposições editalícias.

[...] todo contrato administrativo deve ser precedido, **como regra**, de uma licitação. Licitação é o procedimento administrativo destinado a selecionar, segundo critérios objetivos predeterminados, a proposta de contratação mais vantajosa para a Administração e a promover o desenvolvimento nacional sustentável, assegurando-se a ampla participação dos interessados e o seu tratamento isonômico, com observância de todos os requisitos legais exigidos (JUSTEN FILHO, 2012, p. 11, grifo nosso).

A Lei Federal nº 8.666/1993, coloca que:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010, que altera a Lei nº 8.666, de 1993)

Di Pietro (2011) lembra que existem princípios norteadores da licitação, ressaltando, entretanto, a divergência dos doutrinadores acerca de quais são estes princípios. O quadro 2 evidencia os posicionamentos encontrados na doutrina:

Doutrinador	Princípios citados
José Roberto Dromi (1975, p. 134)	I) Livre concorrência; e II) Igualdade entre os concorrentes.
Sayaguéz Laso (1940, p. 52-53)	I) Igualdade de todos frente à Administração; e II) Estrito cumprimento do edital.
Adilson Abreu Dallari (1973, p. 33)	I) Igualdade; II) Publicidade; e III) Rigorosa observância das condições do edital.

(continua)

Quadro 2 – Princípios norteadores da licitação segundo diversos doutrinadores.

Doutrinador	Princípios citados
Celso Antônio Bandeira de Mello (1980, p. 2)	I) Igualdade; II) Publicidade; III) Rigorosa observância das condições do edital; e IV) Possibilidade do disputante fiscalizar o atendimento dos princípios anteriores.
Hely Lopes Meirelles (2003, p. 265)	I) Procedimento formal; II) Publicidade; III) Igualdade entre os licitantes; IV) Sigilo das propostas; V) Vinculação aos termos do instrumento convocatório; VI) Julgamento objetivo; e VII) Adjudicação compulsória.

(conclusão)

Quadro 2 – Princípios norteadores da licitação segundo diversos doutrinadores.**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de Di Pietro (2011).

Em síntese, a licitação é um procedimento administrativo que possui exceções, sendo que a licitação e suas exceções correspondem a uma parte do processo de contratação pública, representando formas específicas de operacionalizar efetivamente a contratação. Ou seja, o processo de contratação pública é mais amplo que a licitação, já que envolve: (i) a detecção da necessidade; (ii) o planejamento da contratação; (iii) a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública através da licitação ou das suas exceções; (iv) a execução do objeto; e (v) a fiscalização do objeto.

No caso brasileiro, as exceções da licitação são a dispensa e a inexigibilidade.

A legislação prevê a existência de diversas hipóteses de dispensa de licitação, incluindo as compras de pequenos valores. Os artigos 17 e 24 da Lei Federal nº 8666/1993 tratam especificamente do assunto de dispensa. Os casos de inexigibilidade, quando a competição é inviável, encontram-se previstos no artigo 25 do referido instrumento legal (PAULUS JR., 2005).

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, coloca, de forma bastante clara, a licitação como regra frente suas exceções:

Art. 37. [...]

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações¹ serão contratados mediante processo de licitação

¹ Com base no artigo 6º, incisos I a IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, tem-se que:

“Art. 6º [...]

I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dos conceitos descritos acima é possível perceber certo engessamento nas contratações públicas, uma vez que estas obedecem a bases legais rígidas, para garantir a igualdade entre os fornecedores interessados em contratar com a administração pública.

A contratação vantajosa, traduzida na compra na quantidade certa, na qualidade certa, da fonte certa, no exato momento e ao preço certo, é um objetivo compartilhado pela empresa privada e pela Lei de Licitação, contudo, a igualdade entre os participantes apresenta características distintas nos dois sistemas de compras, pois no setor público a igualdade possui importância capital, sendo um princípio constitucional norteador do próprio Estado de Direito (COSTA, 2000). O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, ao passo que esta objetiva não apenas permitir à administração a seleção da melhor proposta como também garantir a igualdade de direitos a todos interessados na contratação (DI PIETRO, 2011).

A flexibilidade das regras difere do sistema público para o sistema privado. Neste, em geral, as regras são mais amplas e flexíveis, deixando, na maioria dos casos, a decisão por conta do gestor (SILVEIRA et al., 2012). Essa diferença pode ser explicada a partir da seguinte constatação: no setor privado, o gestor responde aos proprietários da firma – um número limitado de pessoas que aportam recursos em um negócio, objetivando, em regra, a maximização da sua riqueza individual; enquanto no setor público, o gestor responde a toda sociedade – um número amplo de pessoas que contribuem com tributos, almejando serviços públicos de qualidade como contrapartida.

Em um sistema de mercado, dada a competição entre as firmas, as organizações privadas precisam de um setor de compras eficiente para o cumprimento da meta de maximização dos lucros. Para o alcance dessa meta, são lançadas estratégias que entrelaçam parcerias, fidelização de

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;

III - Compra - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

IV - Alienação - toda transferência de domínio de bens a terceiros”.

clientes e relacionamentos de longo prazo a fim de se obter o crescimento constante dos lucros.

Em organizações públicas, o foco é a transparência das relações e o emprego dos recursos para a satisfação da sociedade. Assim, percebe-se que na governabilidade do País deverão ser preservados valores que garantam a eficiência e a eficácia na utilização dos bens públicos da sociedade. Para isso, a administração pública vê-se obrigada a utilizar-se de um alto grau de formalismo nas suas relações para aquisições de bens e contratações de serviços (NUNES, LUCENA e SILVA, 2007, p. 227-228).

Nesse sentido, o setor público convive com uma série de amarras que o distancia de práticas usuais do setor privado, justamente para garantir a perpetuidade dos princípios fundamentais do Estado de Direito. Ou seja, ainda que o processo de reforma gerencial do Estado aproxime a administração pública de práticas/técnicas modernas de gestão adotadas há muito tempo pelas empresas, sempre haverá uma forte distinção entre a realidade pública e a realidade privada, em função dos diferentes objetivos perseguidos por cada um.

2.1.2 Modalidades de licitação

Segundo Mendes (2012), escolher a modalidade licitatória significa definir o regime jurídico que será observado na condução da fase externa do certame, devendo-se avaliar a natureza do objeto em primeiro lugar e, posteriormente, o valor estimado para a contratação pretendida.

A modalidade de licitação é o formato específico de conduzir o procedimento licitatório, a partir de critérios definidos em lei. O valor estimado para contratação é o principal fator para escolha da modalidade de licitação, exceto quando se trata de pregão, que não está limitado a valores (SILVEIRA et al., 2012, p. 161).

Importante esclarecer que: na fase interna ocorre o levantamento da demanda e sua formalização, a abertura do processo administrativo, a pesquisa mercadológica, a elaboração da minuta de edital, a análise do processo pelo setor jurídico e a elaboração do edital; já na fase externa ocorre a publicação da licitação com a disponibilização do edital nos meios oficiais, a abertura da sessão pública, a realização do certame em consonância com os parâmetros legais, a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação da licitação.

A Lei Federal nº 8.666/1993 foi concebida com a previsão de cinco modalidades de licitação, todas presenciais, conforme preceituado no artigo 22, incisos I a V, da referida Lei. São estas:

- a) concorrência;
- b) tomada de preços;
- c) convite;
- d) concurso; e
- e) leilão.

Já a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002, trouxe como inovação o pregão, que pode ser operacionalizado na forma presencial e eletrônica:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão [...]

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns [...] aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2º [...]

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Sendo que o pregão, na forma eletrônica, foi regulamentado no Brasil por meio do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

O quadro 3 esclarece os pontos que precisam ser considerados pelo gestor público brasileiro quando da definição da modalidade de licitação a ser aplicada:

Modalidade	Critério para selecionar a modalidade
Concorrência	I) Obras e serviços de engenharia: acima de R\$ 1.500.000,00 (obrigatório); abaixo de R\$ 1.500.000,01 (facultativo); II) Compras e demais serviços: acima de R\$ 650.000,00 (obrigatório); abaixo de R\$ 650.000,01 (facultativo).
Tomada de preços	I) Obras e serviços de engenharia: até R\$ 1.500.000,00 (obrigatório, desde que não seja optado pela concorrência); abaixo de R\$ 150.000,01 (facultativo); II) Compras e demais serviços: até R\$ 650.000,00 (obrigatório, desde que não seja optado pela concorrência); abaixo de R\$ 80.000,01 (facultativo).
Convite	I) Obras e serviços de engenharia: até R\$ 150.000,00 (obrigatório, desde que não seja optado pela concorrência ou pela tomada de preços); abaixo de R\$ 15.000,01 (facultativo); II) Compras e demais serviços: até R\$ 80.000,00 (obrigatório, desde que não seja optado pela concorrência ou pela tomada de preços); abaixo de R\$ 8.000,01 (facultativo).

(continua)

Quadro 3 – Como definir a modalidade de licitação a ser utilizada no Brasil?

Modalidade	Critério para selecionar a modalidade
Concurso	Modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
Leilão	Modalidade de licitação para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no artigo 19 da Lei Federal nº 8.666/1993, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
Pregão	Modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, independente do valor estimado da contratação. Assim, situações que se enquadrariam nas modalidades de concorrência, tomada de preços ou convite podem ser realizadas via pregão, salvo os casos não aplicáveis elencados na legislação vigente. O pregão pode ser realizado na forma presencial ou eletrônica.

(conclusão)

Quadro 3 – Como definir a modalidade de licitação a ser utilizada no Brasil?**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir da Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei Federal nº 10.520/2002.

Contudo, modalidade de licitação não pode ser confundida com regime de execução e tipo de licitação. O regime de execução tem a ver com a forma de pagamento do objeto (aplicável a obras e serviços, somente), e o tipo de licitação relaciona-se com o critério de julgamento das propostas, diferentemente da modalidade de licitação, que indica o rito procedimental a ser seguido para a escolha da proposta vencedora (CASTRO, 2012).

Com base no artigo 10, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, quando o órgão ou entidade da Administração contrata a execução de obras e serviços com terceiros, é possível a adoção dos seguintes regimes de execução:

- a) empreitada por preço global;
- b) empreitada por preço unitário;
- c) tarefa; e
- d) empreitada integral.

Por seu turno, o artigo 45, § 1º, incisos I a IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, prevê que os seguintes tipos de licitação são aplicáveis às modalidades de licitação, com exceção do concurso:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica;
- c) técnica e preço; e
- d) maior lance ou oferta, aplicável somente ao leilão.

Desse modo, com base no caso concreto, cabe ao gestor público escolher a modalidade de licitação, o regime de execução e o tipo de licitação para a contratação pretendida, devendo-se observar os parâmetros legais com rigor. Sendo que o gestor público pode decidir pela dispensa ou inexigibilidade do procedimento licitatório, desde que observado os requisitos legais.

2.1.3 Compras públicas no contexto da nova administração pública

Em meio à onda neoliberal que se alastrou pelo mundo, a administração pública gerencial ou nova administração pública emergiu na segunda metade do século XX como meio de enfrentar a crise fiscal, como estratégia de reduzir custos e de tornar mais eficiente a gestão dos serviços sob a tutela do Estado, e como mecanismo de proteção do patrimônio público (BRESSER PEREIRA e SPINK, 2001). Para os autores, a crise do Estado, que convivia com elevados níveis de endividamento e com o esgotamento do modelo burocrático, é a causa do declínio do modelo burocrático e da ascensão do modelo gerencial.

As iniciativas de reforma e modernização do setor público e do Estado se intensificaram não apenas como consequência da crise fiscal dos anos 1980, mas também como resultado do esgotamento do modelo de gestão burocrática e do modo de intervenção estatal (DINIZ et al., 2009, p. 26).

Nesse contexto, o Estado se viu diante da necessidade de mudança na sua estratégia de gerência que, para funcionar, precisaria de uma estrutura administrativa reformada, em que houvesse a definição clara dos setores de atuação do Estado, das competências de cada ente e das modalidades de administração mais adequadas a cada setor (BRESSER PEREIRA e SPINK, 2001).

No Brasil, a reforma gerencial do Estado ganhou força a partir de 1995, quando o país era governado por Fernando Henrique Cardoso. Nesse período foi dado início ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), encabeçado pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, responsável pela pasta do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) (BRESSER PEREIRA e SPINK, 2001).

As tentativas de inovação na administração pública simbolizam a busca da eficiência e da qualidade na prestação dos serviços públicos, sendo fundamental o rompimento com os modelos tradicionais de administrar os recursos públicos e a disseminação de uma nova cultura de gestão (GUIMARÃES et al., 2001).

Nesse sentido, a área de compras é um componente essencial da nova administração pública, ao passo que proporciona ao Estado a possibilidade de manifestar seu perfil empreendedor e transparente com a adequada administração dos recursos públicos. Conforme Nunes, Lucena e Silva (2007), as compras públicas são vitais na gestão eficaz e eficiente dos bens públicos pertencentes à sociedade.

No início do século XXI, Costa (2000) já destacava que havia certo consenso acerca da necessidade do sistema de compras públicas brasileiro passar por modificações, para conferir maior agilidade, eficiência e transparência no trato do dinheiro público, considerando o processo de transformação e reestruturação administrativa do setor público no país.

Tendo em vista as maiores cobranças por parte dos órgãos de controle e da opinião pública no Brasil, no que tange ao uso adequado dos recursos públicos, há a necessidade de se zelar pela agilidade, eficiência e transparência no processo de contratação pública (SILVEIRA et al., 2012).

Um grande avanço do governo brasileiro no campo da reforma gerencial do Estado é o “governo eletrônico”, que “pode ser entendido como um conjunto de ações modernizadoras vinculadas à administração pública, que começam a ganhar visibilidade no final da década de 1990” (AGUNE e CARLOS, 2005 apud DINIZ et al., 2009, p. 27). Segundo os autores, o conceito ultrapassa a dimensão do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no serviço público.

Entre as inovações trazidas pelo “governo eletrônico” está a realização de licitações por meio da *internet*, com o uso do pregão eletrônico. Com o avanço das TICs, ocasionado pelo processo de globalização, o governo federal brasileiro criou o pregão eletrônico no início do século XXI. O pregão destina-se à contratação de bens e serviços comuns, podendo ser operacionalizado na forma presencial (pregão presencial) ou eletrônica (pregão eletrônico).

O Brasil conta com duas grandes plataformas que possibilitam a ocorrência do pregão eletrônico, quais sejam, o Comprasnet, que é utilizado pelos órgãos do

governo federal e por alguns estados e municípios da federação; e o Licitações-e do Banco do Brasil, que é utilizado pela maioria dos estados e municípios da federação.

A tabela 1 evidencia a participação do pregão eletrônico frente às demais modalidades de licitação, tendo por referência o governo federal brasileiro, entre os anos de 2008 e 2014 (primeiro trimestre):

Tabela 1 – Distribuição percentual do valor total licitado entre as modalidades de licitação e suas exceções (dados do governo federal brasileiro entre 2008 e 2014 (primeiro trimestre)).

Ano	Distribuição %					
	I ^a	II ^b	III ^c	IV ^d	V ^e	VI ^f
2008	28,7	6,1	17,4	5,3	40,4	2,0
2009	15,6	13,2	25,9	5,6	39,3	0,4
2010	18,4	12,2	19,5	2,1	45,2	2,6
2011	14,8	22,2	12,3	2,0	47,6	1,1
2012	19,0	14,7	17,5	1,6	46,3	0,9
2013	13,8	17,2	7,5	1,1	59,9	0,6
2014 (jan-mar)	11,6	22,8	3,3	1,5	60,4	0,3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Relatório de Informações Gerenciais de Contratações e Compras Públicas (janeiro a março de 2014), da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

^a I = dispensa de licitação;

^b II = inexigibilidade de licitação;

^c III = concorrência (exceto concorrência internacional);

^d IV = pregão presencial;

^e V = pregão eletrônico;

^f VI = outras modalidades (concorrência internacional, concurso, convite e tomada de preços).

Importante destacar, com relação aos dados da tabela 1, que o volume de recursos monetários movimentados por meio do pregão eletrônico é o mais representativo em todos os anos analisados, apresentando uma tendência de crescimento, em termos relativos, no transcurso do tempo. Entre 2008 e 2014 (primeiro trimestre), houve um crescimento de 20% da participação do pregão eletrônico frente às demais modalidades de licitação previstas na legislação vigente.

De acordo com o Relatório de Informações Gerenciais de Contratações e Compras Públicas (janeiro a março de 2014), da SLTI/MPOG, no primeiro trimestre de 2014:

Segmentando a informação regionalmente, foi possível observar que [...] os órgãos federais localizados no estado do Rio de Janeiro foram os que mais utilizaram o pregão em quantidade (721 – 14% do total do pregão eletrônico), enquanto os do DF em valor (R\$ 2,5 bilhões – 32% do total do pregão eletrônico). Proporcionalmente, os órgãos federais do Acre foram os maiores contratantes do pregão eletrônico, 94% do valor de suas compras realizaram-se por essa modalidade.

Os bens e serviços mais adquiridos por pregão eletrônico pertencem, respectivamente, aos grupos de Equipamentos e artigos para uso médico, dentário e veterinário (R\$ 1,3 bilhão) e Outros serviços de suporte (R\$ 470,2 milhões).

Desse modo, fica evidente a representatividade do “governo eletrônico” no Brasil contemporâneo.

Além da licitação via pregão eletrônico, os processos de dispensa de licitação também podem ser realizados pela *internet*, com o uso da cotação eletrônica. De acordo com o artigo 4º, § 2º, do Decreto Federal nº 5.450/2005:

Art. 4º [...]

[...]

§ 2º Na hipótese de aquisições por dispensa de licitação, fundamentadas no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as unidades gestoras integrantes do SISG deverão adotar, preferencialmente, o sistema de cotação eletrônica, conforme disposto na legislação vigente.

Com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, a cotação eletrônica aplica-se à aquisição por dispensa de licitação, que não ultrapasse o valor máximo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Em síntese, as contratações realizadas via *internet* são um progresso na consolidação da nova administração pública, pois proporcionam maior transparência e publicidade aos processos licitatórios, redução dos custos, racionalização e desburocratização dos procedimentos, ampliação da concorrência e maior eficácia e legitimidade aos certames, com a difusão do controle social (BRAGA, 2001).

2.1.4 Impacto das compras públicas na economia

Partindo do conceito econômico, os consumidores adquirem bens e serviços para maximizar sua utilidade. Ao contrário do que a teoria econômica clássica pressupõe, os consumidores nem sempre compram o produto de preço mais baixo em uma categoria, avaliando o quesito qualidade também (DING, ROSS JR. e RAO, 2010). No entanto, os autores ressaltam que a administração pública, como consumidora de bens e serviços, utiliza o preço como parâmetro para seleção de fornecedores, na maioria das situações.

Conforme Tadelis (2012), as compras podem envolver bens padronizados, como materiais de escritório, computadores, pacotes de *software* padrão, que são produzidos em massa e normalmente comercializados a preços fixos; ou bens feitos

sob encomenda, como edifícios novos, *softwares* personalizados, serviços legais, que são produzidos para atender a demanda específica de um único comprador, normalmente.

No processo de contratação pública, as autoridades públicas recorrem ao mercado para adquirirem bens e serviços, sendo que essa relação entre Estado e mercado representa um importante setor da economia mundial (KASTANIOTI et al., 2013).

Em outras palavras, o setor público contribui, de modo preponderante, para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) das nações. Existem diferentes formas de calcular e interpretar o PIB. Conforme Blanchard (2011), uma visão bastante difundida entre os macroeconomistas é de que o PIB corresponde ao somatório: (i) do consumo – compra de bens e serviços pelos consumidores; (ii) do investimento – compra de novas instalações e novas máquinas pelas empresas, e de novas residências pelas pessoas; (iii) dos gastos do governo – compra de bens e serviços pelos governos federal, estadual e municipal; (iv) do investimento em estoques – diferença entre produção e vendas, positiva ou negativa; e (v) do saldo da balança comercial – diferença entre exportações e importações, positiva ou negativa.

As compras governamentais equivalem à quantia substancial do orçamento global do setor público, representando uma parcela significativa da economia das nações (ARLBJORN e FREYTAG, 2012). O papel relevante em escala mundial revela-se no fato das contratações públicas responderem por aproximadamente 15% dos recursos monetários totais movimentados no mundo (BERGMAN e LUNDBERG, 2013). “A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) fala que, no Brasil, o volume de compras e contratações atinge de 5 a 20% do PIB” (TEIXEIRA, FILHO e NASCIMENTO, 2015, p. 3).

Conforme dados da SLTI/MPOG, o valor das contratações realizadas pelo governo federal brasileiro evoluiu da seguinte forma, entre os anos de 2008 e 2014 (primeiro trimestre):

Tabela 2 – Montante de recursos monetários movimentados com contratações públicas, em reais (dados do governo federal brasileiro entre 2008 e 2014 (primeiro trimestre)).

(continua)

Ano	Valor de compra ^a
2008	72.745.965.275
2009	73.102.423.959

Tabela 2 – Montante de recursos monetários movimentados com contratações públicas, em reais (dados do governo federal brasileiro entre 2008 e 2014 (primeiro trimestre)).

(conclusão)

Ano	Valor de compra ^a
2010	79.297.917.820
2011	61.217.956.034
2012	81.187.285.227
2013	68.436.546.561
2014 (jan-mar)	12.636.444.220

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Relatório de Informações Gerenciais de Contratações e Compras Públicas (janeiro a março de 2014), da SLTI/MPOG.

^a Valores corrigidos pelo IPCA Dessazonalizado.

Há de se ressaltar que, nesses números não estão inclusas as contratações realizadas pelos estados, incluindo o Distrito Federal, e municípios brasileiros. Segundo dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 26 estados, 1 distrito federal e 5.570 municípios (consulta realizada em 15 de julho de 2015).

Hawkins, Gravier e Powley (2011) destacam que o mercado de compras governamentais corresponde ao maior setor de negócios do mundo, no qual os fornecedores têm ampla compreensão acerca de ambos os setores, privado e público, entretanto, como estes setores diferem em termos de ética e estratégia, permanece em grande parte desconhecido.

Os argumentos apresentados fortalecem o posicionamento de Baily et al. (2012), de modo que o setor público precisa tratar a atividade de compras como algo de importância estratégica considerável, objetivando, em última instância, a satisfação do bem-comum.

Em suma, a variável “compras públicas” é primordial para o atendimento das demandas dos órgãos públicos, impactando diretamente no nível de qualidade dos serviços públicos disponibilizados/prestados à sociedade, bem como para o desenvolvimento e o fomento das atividades econômicas das nações.

2.2 Planejamento

2.2.1 Planejamento da contratação pública

O planejamento é um processo sistemático e constante, sendo fundamental para a tomada de decisões nas organizações.

De acordo com Druker (1962, p.131), “o planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas a implicações futuras de decisões presentes”. Oliveira (2011) destaca a tendência de redução do nível de incerteza inerente ao processo decisório, por meio do exercício do planejamento, ocorrendo o aumento das chances das organizações atingirem suas metas e objetivos.

O processo de planejar envolve, portanto, um *modo de pensar*; e um salutar modo de pensar envolve indagações; e indagações envolvem questionamentos sobre o que fazer, como, quando, quanto, para quem, por que, por quem e onde.

[...]

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas, as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz (OLIVEIRA, 2011, p. 5, grifo do autor).

Entretanto, cabe ressaltar que o planejamento não é um fim em si mesmo, fazendo parte de um ciclo contínuo que envolve também a execução, a avaliação e o controle. Segundo Mintzberg (2006 apud SILVA e GONÇALVES, 2011, p. 464), “não pode haver controle sem planejamento e os planos perdem sua influência sem controles de acompanhamento”. Com o controle, é possível verificar a aproximação entre o planejado e o real, sendo viável a realização de ajustes, correções e revisões no planejamento ao longo do tempo, num ciclo de melhoria contínua.

Em uma organização moderna, o planejamento é indispensável em todos os setores – recursos humanos/gestão de pessoas, financeiro, compras, produção, logística, vendas, etc; e em todos os níveis – estratégico, tático e operacional.

Sob esse prisma, Mendes (2012) lembra que a contratação pública é uma realidade jurídica ampla, que envolve o planejamento do que se pretende contratar,

a seleção da melhor proposta, e a execução e gestão do contrato. Segundo o autor, historicamente, muito por conta do aparato legal brasileiro, a fase de planejamento tem sido renegada a segundo plano, enquanto a fase de execução (licitação propriamente dita) tem sido priorizada, fato este que proporciona o surgimento dos grandes problemas e dificuldades que terão de ser superados durante a execução do objeto contratado.

Ora, se o legislador ignorou o planejamento, por que os aplicadores da lei dariam importância para ele? [...] **o planejamento da contratação deve passar de coadjuvante a ator principal, e a licitação, de atriz principal à coadjuvante.** Essa não é uma mudança fácil, mas necessária (MENDES, 2012, p. 24-25, grifo do autor).

[...]

O marco zero do processo de contratação é a identificação da necessidade. É por ela que tudo deve se iniciar. Mas não é isso que tem ocorrido. Aliás, muito pelo contrário, temos ignorado a necessidade e, em grande parte dos casos, iniciamos o planejamento pela definição da solução/do objeto (MENDES, 2012, p. 93, grifo do autor).

Tendo clara a divisão da licitação em duas fases, interna e externa, Motta (2008) corrobora com o entendimento de que a fase interna tem recebido pouca atenção do gestor público brasileiro, tornando-se a origem da maior parte das deficiências verificadas ao longo do processo. O autor acredita que esse seja um infeliz engano do gestor público, uma vez que o sucesso da fase externa está condicionado ao sucesso da fase interna.

Ao tratar do pregão, Reis (2014-2015) coloca que juntar pregão e planejamento parece uma tarefa árdua para alguns, uma vez que estes entendem que planejar implica em “perder tempo” pensando, quando poderiam estar agindo; sendo o pregão uma modalidade de licitação associada à celeridade processual. Para o autor, “o planejamento adequado conduz à celeridade processual; a ausência ou a imperfeição do planejamento conduz à pressa” (p. 131), não sendo correto ver no planejamento uma “perda de tempo”, pois planejar significa utilizar o tempo de forma otimizada, proporcionando o prévio conhecimento do caminho a ser percorrido, dos percalços que podem aparecer e das alternativas a serem adotadas em cada caso.

Na administração pública trabalhamos com recursos da coletividade. Recursos que são cada vez mais escassos, diante das necessidades sempre crescentes da administração. É indispensável que a utilização desses recursos seja otimizada. Otimizar rima com planejar. (REIS, 2014-2015, p. 133).

O planejamento possui papel relevante no que se refere à definição do objeto e do quantitativo a ser licitado, pois é o planejamento que disponibilizará dados importantes ao processo de tomada de decisão, tanto para a administração pública, quanto para os potenciais fornecedores (OLIVEIRA e GONÇALVES, 2011). De modo que, reduzir o nível de incerteza em relação ao sucesso da contratação pública é um dos objetivos a ser perseguido e atingido por quem dirige o planejamento (MENDES, 2012).

Com isso, o planejamento da licitação é imprescindível para o atendimento do disposto no artigo 15, § 7º, incisos I que trata do aspecto qualitativo e II que trata do aspecto quantitativo, da Lei Federal nº 8.666/1993:

Art. 15. [...]

[...]

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

A etapa de planejamento da contratação pública é formalizada no processo administrativo da licitação, por escrito. Para tanto, a legislação vigente prevê a adoção do projeto básico ou do termo de referência, dependendo do caso concreto.

O projeto básico encontra-se previsto no artigo 6º, inciso IX, da Lei Federal nº 8.666/1993:

Art. 6º [...]

[...]

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

Enquanto o termo de referência encontra-se previsto no artigo 8º, inciso II, do Decreto Federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000:

Art. 8º [...]

[...]

II - o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;

Considerando o problema e os objetivos levantados, esta pesquisa foca o aspecto quantitativo do planejamento da contratação pública, isto é, a estimativa do quantitativo de insumos a ser adquirido.

Ou seja, dentre os objetivos de compras descritos por Baily et al. (2012), quais sejam, comprar na qualidade correta, no tempo certo, na quantidade exata, na fonte certa e pelo preço adequado, esta pesquisa trata do aspecto da “quantidade exata”.

2.2.2 O processo de previsão de demanda

Sob a óptica de Ackoff (1975), que divide o planejamento em cinco partes, estimar quantitativos de insumos para aquisição futura enquadra-se no planejamento dos recursos. Conforme o autor, tem-se o planejamento: (i) **dos fins** – descrição do estado futuro desejado; (ii) **dos meios** – proposições dos caminhos para se alcançar o estado futuro desejado; (iii) **organizacional** – esquematização dos requisitos organizacionais para ter condições de executar os meios propostos; (iv) **dos recursos** – dimensionamento dos recursos humanos, tecnológicos e materiais, bem como a determinação da origem e da destinação dos recursos financeiros; e (v) **da implantação e controle** – definição dos parâmetros de acompanhamento da implantação do empreendimento e de avaliação dos resultados apresentados.

“A previsão é um prelúdio do planejamento. [...] Como são feitas as estimativas e com que precisão, é um outro problema; mas não se pode fazer quase nada sem alguma forma de estimativa” (ARNOLD, 2012, p. 213).

Existem vários fatores que precisam ser considerados na definição da quantidade adequada a ser comprada de um determinado item, isto é, que mantenha a continuidade da operação conforme a programação, que represente o custo unitário mais econômico e que proporcione as melhores vantagens frente as tendências do mercado (HEINRITZ e FARRELL, 1988). Os autores citam os seguintes fatores: (i) o tempo exigido para entrega do material; (ii) a frequência de movimentação do material; (iii) as instalações disponíveis para armazenamento do

material e o custo de manutenção desta estrutura; e (iv) a tendência do mercado para cada insumo em particular (comportamento dos preços).

Contratar o nível de estoque tem seus riscos associados. [...] Para complicar ainda mais a situação, não é possível prever com exatidão quando chegarão os suprimentos para iniciar a produção e abastecer os estoques.

[...]

Esse é um item menos complexo de resolver [...] Muitas empresas têm evoluído no relacionamento com seus fornecedores e feito deles verdadeiros parceiros de seus negócios (CHING, 2010, p. 16-17).

Uma relação de parceria pode ser conceituada como:

[...] um relacionamento comercial sob medida, com base em confiança mútua, abertura, riscos e recompensas compartilhados, que proporcionam vantagem competitiva estratégica, resultando em um desempenho melhor do que seria possível individualmente (definição da consultoria Vantine e Associados) (CHING, 2010, p. 84).

No setor privado, as parcerias comerciais acontecem de fato, entretanto, no setor público, tal prática não é possível, dados os requisitos de igualdade e de transparência que norteiam o processo de contratação pública. Nesse aspecto, o gestor público conta, tão somente, com as cláusulas editalícias/contratuais e com os mecanismos de sanção aos inadimplentes, para gerenciar seus contratos.

Segundo Arnold (2012), há quatro características ou princípios fundamentais quando se trata do procedimento de previsão, sendo a compreensão destes primordial para o uso eficaz da ferramenta. São estes: (i) nas previsões, os erros são inevitáveis e devem ser esperados; (ii) cada previsão deve considerar uma estimativa de erro, que pode ser obtida estatisticamente, através do estudo da variabilidade da demanda em torno da demanda média; (iii) as previsões são mais precisas para famílias ou grupos de itens que apresentem similaridades, pois a análise de itens individuais demonstra uma maior aleatoriedade no comportamento da demanda; e (iv) as previsões são mais precisas quando abarcam períodos de tempo mais próximos, uma vez que existem menos fatores de incerteza envolvidos no processo.

Quanto ao “tópico (iv)” do parágrafo anterior, em regra, os contratos celebrados pela administração pública no Brasil podem ter vigência máxima de 12 meses, de modo que vencido este prazo deverá ser providenciada outra licitação para o objeto correspondente (artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/1993). No caso específico das licitações para registro de preços, o prazo máximo de validade da ata

de registro de preços é de 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme artigo 12, do Decreto Federal nº 7.892/2013:

Art. 12. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

[...]

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

[...]

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Planejar a demanda por materiais é um procedimento extremamente necessário e obrigatoriamente sujeito a erros, pois envolve desdobramentos futuros associados a questões políticas, econômicas e sociais (NOVAES, 2007). Para o autor é fundamental organizar a estrutura de planejamento, com a seleção de métodos de previsão definidos em bases criteriosas e com a manutenção da memória mercadológica e informacional do processo, visando à realização de previsões mais próximas da realidade.

O erro de previsão corresponde à diferença entre a demanda real e a demanda prevista, podendo ocorrer por variação por viés, quando há um erro sistemático em que a demanda real está consistentemente acima ou abaixo da demanda prevista; ou por variação aleatória, quando, em um dado período, a demanda real oscila em torno da demanda média (ARNOLD, 2012).

Existem dois grandes grupos de técnicas de previsão de demanda, isto é, as técnicas qualitativas em que são utilizados dados subjetivos, prioritariamente, dados estes que são difíceis de serem representados numericamente, e as técnicas quantitativas em que se prioriza a análise numérica dos dados passados, dados estes que são isentos de opiniões pessoais e palpites (TURBINO, 2009).

Vários são os métodos padronizados de previsão disponíveis. Tais métodos são divididos em três categorias: qualitativos, de projeção histórica e causais. Cada grupo tem diferentes graus em termos de exatidão relativa em previsões de longo prazo e de curto prazo, o nível de sofisticação quantitativa utilizado e a base lógica (dados históricos, opiniões de especialistas, ou estudos) da qual a previsão é derivada.

[...]

Métodos Qualitativos

[...] são aqueles que recorrem a julgamento, intuição, pesquisas ou técnicas comparativas a fim de produzir estimativas quantitativas sobre o futuro. [...] Deve-se optar por eles preferencialmente em previsões de médio e longo alcance.

[...]

Métodos de Projeção Histórica

Quando se dispõe de um número razoável de dados históricos e a tendência e variações sazonais nas séries de tempo são estáveis e bem definidas, a projeção desses dados no futuro pode representar uma maneira eficiente de previsão de curto prazo.

[...]

Métodos Causais

A premissa básica em que se assentam os métodos causais de previsão sustenta que o nível da variável de previsão é derivado do nível de outras variáveis relacionadas. [...] Até onde as boas relações de causa-e-efeito podem ser descritas, os modelos causais têm realmente efetividade na antecipação de grandes mudanças nas séries de tempo e na previsão exata para períodos de médio a longo alcances (BALLOU, 2006, p. 244-248, grifo do autor).

Rossetto et al. (2011) citam as seguintes técnicas qualitativas de previsão, encontradas na literatura:

- a) Técnica *Delphi*: estabelecida com base na opinião de um conjunto de especialistas;
- b) Análise de cenários: baseia-se na prospecção de cenários futuros para a demanda, identificando-se previamente como a demanda se comportaria em diferentes situações;
- c) Opinião de executivos: definida a partir da opinião dos executivos da organização, na condição de bons conhecedores das atividades desenvolvidas nos diversos setores e de detentores de uma visão sistêmica dos processos;
- d) Opinião da força de vendas: baseada na opinião da equipe de vendas, considerando a experiência relevante adquirida através do contato direto com a demanda;
- e) Pesquisa de mercado: formulada a partir da identificação dos desejos e das necessidades daqueles que determinam a demanda, os consumidores; e
- f) Analogia histórica: utilizada para estimar a demanda de um novo produto, com base na demanda de um produto similar em períodos passados.

Por outro lado, têm-se as seguintes técnicas quantitativas de previsão:

- a) Método causal: utiliza dados históricos para variáveis dependentes e independentes, buscando relações causais entre fatores que influenciam a demanda de um produto, tendo por referência funções matemáticas, tais como, a regressão linear e outras regressões. Em uma regressão, o coeficiente de correlação, o erro-padrão e o intervalo de confiança são

indicadores de qualidade da expressão matemática de causa-efeito (RITZMAN e KRAJEWSKI, 2004 apud ZAN e SELLITTO, 2007); e

b) Métodos de séries temporais: foca na utilização de dados históricos concernentes à variável dependente, tão somente, com base na premissa de que o padrão anterior da variável dependente se repetirá no futuro. São exemplos desse método, a média móvel simples, a média móvel ponderada, a suavização exponencial e o padrão sazonal (MARTINS e LAUGENI, 2002 apud ZAN e SELLITTO, 2007).

Para Turbino (2009), um modelo de previsão de demanda envolve cinco etapas, conforme sugere o quadro 4:

Etapas	Descrição
Objetivo do modelo	Consiste na razão pela qual se necessita de previsões. Deve-se definir com que grau de acurácia e detalhe a previsão trabalhará. Para tanto, são fundamentais dois fatores: a importância do produto (quanto mais significativo o produto, menor deve ser a margem de erro); e o horizonte de tempo que a previsão abarcará (quanto maior o horizonte temporal, maior é a margem de erro admitida).
Coleta e análise dos dados	Com base nos dados históricos do produto, identifica-se e desenvolve-se a técnica de previsão mais adequada ao caso concreto. Quanto maior a quantidade de dados, maior será a confiabilidade da técnica de previsão.
Seleção da técnica de previsão	A opção por uma técnica, qualitativa ou quantitativa, deve levar em conta uma série de fatores: relação custo x acurácia; disponibilidade de dados históricos; experiências passadas com a aplicação de determinada técnica; disponibilidade de tempo para obter os resultados; período de tempo abrangido pela previsão (curto prazo, médio prazo ou longo prazo); e etc.
Obtenção das previsões	Nessa etapa tem-se o resultado da projeção futura da demanda, sendo importante ressaltar que quanto maior for o horizonte de tempo abarcado pela previsão, menor será sua qualidade.
Monitoração do modelo	A medida que a demanda real for sendo concretizada, deve-se monitorar a extensão do erro entre a demanda real e a demanda prevista, objetivando a verificação da validade do modelo empregado e a realização de ajustes no mesmo.

Quadro 4 – Etapas do modelo de previsão da demanda.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Turbino (2009).

Segundo Bowersox e Closs (2011), antes de definir a metodologia de previsão mais adequada, é primordial entender: (i) a natureza da demanda, isto é, dependente, quando está relacionada à demanda de outro produto ou serviço, ou

independente, quando não está relacionada à demanda de outro produto ou serviço; e (ii) os principais componentes da previsão, tais como nível das saídas, fatores sazonais, tendência de crescimento ou queda, fatores cíclicos, fatores aleatórios e promoções.

Para realizar boas previsões de demanda, é fundamental conhecer bem os produtos e o mercado, pois é desse modo que os componentes da previsão podem ser compreendidos. No entanto, esse processo de conhecer os produtos e o mercado deve abarcar todos os setores da organização, dado que quanto mais informações disponíveis, melhores serão os resultados obtidos (ROSSETTO et al., 2011).

O setor de compras, na condição de responsável direto pela aquisição, deve participar do planejamento e das previsões realizadas pela organização. Além disso, é interessante consultar o mercado fornecedor nesta etapa, pois os fornecedores podem disponibilizar informações importantes sobre a tendência dos seus mercados e sobre os planos de expansão ou limitação das suas atividades, bem como podem ajudar ou interferir diretamente no planejamento (HEINRITZ e FARRELL, 1988).

Considerando os requisitos de igualdade e transparência que devem cercar o processo de contratação pública, a participação do mercado fornecedor na fase de planejamento da contratação enfrenta diversos limitadores no setor público. Por outro lado, a participação do setor responsável pela efetivação da contratação e de setores afins é possível e, inclusive, aconselhável, em caráter colaborativo com o setor demandante.

2.2.3 SRP como ferramenta de planejamento no setor público

Os procedimentos a serem obedecidos na realização das compras interferem diretamente no grau de dificuldade que a organização terá no planejamento da demanda de materiais. Assim, é possível supor que o setor público tenha mais dificuldades que o setor privado, considerando que os procedimentos do setor público são mais engessados devido à observação de bases legais rígidas

necessárias à manutenção e fortalecimento dos fundamentos do Estado de Direito. O quadro 5 evidencia as restrições enfrentadas pelo setor público em relação ao setor privado, quando se trata da realização de compras:

Parâmetro	Compras	Licitação
Seleção de Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> - Critério de seleção centrado no fornecedor - Negociação - Possibilidade de parcerias - Critério de seleção com base no custo do ciclo de vida 	<ul style="list-style-type: none"> - Critério de seleção centrado no produto - Cotação - Impossibilidade de parcerias - Critério de seleção com base no preço
Avaliação dos Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> - Facilidade de usar como critério os fornecimentos passados 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de usar como critério os fornecimentos passados
Custo do Pedido	<ul style="list-style-type: none"> - Pequenos custos de pedidos; as parcerias fazem tender a zero 	<ul style="list-style-type: none"> - Grandes custos de pedido; alto custo de vendas para o fornecedor
Tamanho do Lote de Compra	<ul style="list-style-type: none"> - Pequenos lotes de produtos - Entregas constantes (JIT) 	<ul style="list-style-type: none"> - Grandes lotes de produtos - Entregas constantes só com Registro de Preços ou Padronização
Tempo de Reposição	<ul style="list-style-type: none"> - Pequeno - Tende a zero com os sistemas eletrônicos, <i>Kanban</i> e JIT 	<ul style="list-style-type: none"> - Grande - Processo obedece a lógica cronológica - Apelação jurídica dos participantes pode estender o tempo ainda mais
Preço e Concorrência	<ul style="list-style-type: none"> - Concorrência centrada em qualidade, entrega, serviços, preços, tempo de vida do produto 	<ul style="list-style-type: none"> - Concorrência centrada no preço
Especificação do Produto	<ul style="list-style-type: none"> - Especificação mais flexível - Fornecedor pode participar do projeto do produto (JIT) - Modificação na especificação com curva de aprendizado de fabricação 	<ul style="list-style-type: none"> - Comprador fornece especificação formal no início do processo de compra que tende, em regra, a ser seguida rigorosamente
Inspeção de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Pode ser no próprio fornecedor, qualidade garantida (JIT) - Inspeção de recebimento feita pelo Controle de Qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de trabalhar com qualidade garantida - Recebimento feito por uma comissão
Contratos	<ul style="list-style-type: none"> - Longa duração (JIT) - Flexível na especificação do produto - Incorpora melhoria técnica e qualidade - Modificações por negociação - Troca de informação técnica durante o contrato 	<ul style="list-style-type: none"> - Curta duração - Na prática, mais rígido - Especificação formal - Dificuldade para incorporar melhorias técnicas - Dificuldade na troca de informação técnica
Controle sobre a Função	<ul style="list-style-type: none"> - Pequeno nível de formalismo - Controle genérico sobre a função 	<ul style="list-style-type: none"> - Grande nível de formalismo; tudo deve ser documentado - Controle sobre cada processo

Quadro 5 – Quadro sinóptico demonstrativo das diferenças entre os modelos de compras.

Fonte: Costa (2000, p. 121) a partir do modelo de Ansare e Modarres (1990).

Diante das limitações enfrentadas pelo setor público no que tange a realização de compras, mais especificamente no caso do planejamento de quantitativos de materiais, o SRP atua como um facilitador. Em consonância com a legislação vigente, no SRP a realização de contratações pelos preços registrados é algo facultativo para a administração pública.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

[...]

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

[...]

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

De acordo com a Cartilha da Controladoria-Geral da União (CGU), acerca do SRP (2014, p. 12-13), o registro de preços que pode ser realizado através de concorrência ou pregão (artigo 7º, do Decreto Federal nº 7.892/2013):

[...] é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. O SRP não é uma nova modalidade de licitação. Após efetuar os procedimentos do SRP, é assinada uma Ata de Registro de Preços – ARP, documento de compromisso para contratação futura, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas.

[...]

[...] o Sistema de Registro de Preços - SRP não é uma modalidade de licitação como as previstas no art. 22 da Lei nº 8.666/1993 e no art. 1º da Lei nº 10.520/02. É uma maneira de realizar aquisições de bens e contratações de serviços de forma parcelada, isso porque no SRP, a Administração Pública não fica obrigada a contratar.

Quando se compara a licitação comum e a licitação para registro de preços, é possível realizar a seguinte constatação:

No sistema de registro de preços, a principal diferença reside no objeto da licitação. Usualmente, a licitação destina-se a selecionar um fornecedor e uma proposta para uma contratação específica, a ser efetivada posteriormente pela Administração. No registro de preços, a licitação destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante um certo período, por repetidas vezes. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir, se valerá dos preços registrados, tantas vezes quantas o desejar (dentro dos limites estabelecidos no ato convocatório) (JUSTEN FILHO, 2012, p. 219).

Diferentemente do SRP, na licitação comum, “decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos”, conforme preceituado no artigo 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

O Decreto Federal nº 7.892/2013, responsável por regulamentar o SRP em âmbito nacional, em substituição ao Decreto Federal nº 3.931/2001, define, dentre as hipóteses de uso do mecanismo, a situação em que não há como definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - **quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.** (grifo nosso)

Uma característica peculiar do SRP, como parte do universo das compras públicas, está no fato da administração pública não ter a obrigação legal de efetivar a contratação dos itens registrados (MEIRELLES, 2006), tornando a etapa de planejamento de quantidades menos penosa ao setor demandante da compra. Justen Filho (2012) valoriza o SRP como uma das mais úteis e interessantes alternativas de gerenciamento de contratações disponibilizadas ao setor público, sendo viável a interpretação de sua instituição como algo obrigatório aos órgãos públicos, não se tratando de uma mera escolha discricionária dos gestores públicos.

Assim, através do SRP a vinculação orçamentária não precisa ocorrer previamente à realização da licitação, ficando para o momento da efetiva contratação, no qual o requisitante solicitará emissão do empenho. O Decreto Federal nº 7.892/2013 inovou em relação ao tema no artigo 7º, § 2º, dispondo que “na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”². O Decreto Federal nº 3.931/2001 (revogado) não tratava do assunto, proporcionando o surgimento de diferentes posicionamentos acerca da necessidade ou não da dotação orçamentária ser informada antes da licitação para registro de preços.

Segundo Oliveira e Gonçalves (2011), a definição da quantidade do objeto a ser contratado era um dos grandes problemas enfrentados pela administração pública, pois o gestor público, em determinadas situações, não tinha condições de determinar com razoável certeza a quantidade do objeto a ser contratado. Para os

² Nos termos do artigo 62, da Lei Federal nº 8.666/1993, “o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço”.

autores, antes do SRP, havia um desconforto perante a necessidade de controle orçamentário, considerando a possível ocorrência das seguintes situações indesejadas: (i) ou poderia se comprar muito mais do que realmente é necessário, aumentando os custos de controle do estoque e o risco de deterioração dos materiais; (ii) ou poderia se comprar muito menos do que realmente é necessário, forçando a abertura de um novo procedimento licitatório para o mesmo objeto, gerando fracionamento da despesa e custos adicionais à administração pública.

O fracionamento refere-se à despesa, ou seja, à divisão do seu valor. Caracteriza-se quando a Administração, no mesmo exercício, divide a despesa para a contratação, por etapas, de determinado serviço ou compra mediante a utilização de modalidade de licitação diversa da cabível para o valor da integralidade do serviço ou da compra suficiente para atender às necessidades de todo o exercício, ou para efetuar diversas contratações, no mesmo exercício, com dispensa de licitação, graças ao pequeno valor de cada contrato (art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/93) (PEREIRA JR. e DOTTI, 2010, p. 66).

Nesse sentido, o SRP harmoniza, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, o valor obtido para a totalidade do quantitativo registrado com a oscilação do ritmo de execução demandado pelo requisitante da compra ou do serviço, sem configurar fracionamento da despesa e com a disponibilidade dos recursos orçamentários (PEREIRA JR. e DOTTI, 2010).

No registro de preços, as entregas ocorrem conforme a necessidade da unidade que está comprando, permitindo, dentre outras coisas, a melhor gestão dos espaços físicos para armazenamento, a redução dos investimentos em estoques e a diminuição dos riscos de deterioração dos materiais, sendo o registro de preços um instrumento a ser estimulado em cenários de estabilização da economia e de inflação³ controlada (PAULUS JR., 2005). Há, assim, a aproximação de conceitos/técnicas modernos de gestão de estoques, amplamente difundidos no setor privado, tal como, o *Just in Time* (JIT) que:

Visa atender a demanda instantaneamente, com qualidade e sem desperdícios. Ele possibilita a produção eficaz em termos de custo, assim como o fornecimento da quantidade necessária de componentes, no momento e em locais corretos, utilizando o mínimo de recursos. JIT é uma derivação do sistema japonês “Kanban”. Os cartões Kanban de processo de produção especificam quanto será feito (a quantidade de reabastecimento) e quando será necessário (o momento da necessidade do reabastecimento) (CHING, 2010, p. 23).

³ Segundo Moore (1983 apud FEIJÓ, 1993, p. 123) a “inflação é caracterizada por um aumento geral e bastante difundido de preços e custos”.

Cabe salientar que, ainda que haja essa aproximação, não há como o setor público acompanhar o setor privado de forma integral. Por exemplo, no caso do JIT, Costa (2000) lembra que este é um sistema de suprimentos baseado na filosofia de relações de parcerias entre comprador e fornecedor e de celebração de contratos de longa duração. Ambos os quesitos apontados não são práticas usuais do setor público.

Apesar das contribuições para o planejamento das contratações no setor público trazidas pelo SRP, conforme entendimento da AGU, consubstanciado no Parecer Jurídico nº 940/2014-AGU/PGF/PF/UFES, ainda que não haja obrigatoriedade na contratação dos bens ou serviços registrados, a justificativa de consumo deve ser fundamentada em bases consistentes, evitando a ocorrência de restrições na disputa. Em outras palavras, os quantitativos não podem ser definidos de forma aleatória e arbitrária, mesmo no caso do SRP, sob pena de ferir os princípios que regem o processo licitatório.

Jamais poderá o órgão/entidade responsável pelo processo de contratação admitir a possibilidade de licitar a aquisição de bens sem fazer previamente a definição do quantitativo a ser adquirido. [...] se trata de um cálculo o mais preciso possível, levando em conta o consumo anterior e as projeções para o futuro a ser atendido. [...] o quantitativo a ser demandado é fundamental para a definição do preço, tendo em vista a economia de escala adotada pelo mercado (REIS, 2014-2015, p. 129-130).

A necessidade de critério metodológico objetivo para estimar quantitativos nas contratações públicas fica evidente no artigo 15, § 7º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, segundo qual:

Art. 15. [...]

[...]

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

[...]

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

Quantidades superestimadas em registros de preços representam risco em dois aspectos relevantes:

- a) geram uma falsa expectativa de lucro nos potenciais fornecedores, que ofertam preços menores e reduzem a margem de lucro, ao passo que

vislumbram um ganho na escala (aumento do giro)⁴. Nessa conjuntura, quando da efetiva execução do objeto, muitas vezes, o fornecedor não cumpre o compromisso ou solicita a rescisão da ata de registro de preços para evitar prejuízos⁵; e

b) inibem a participação de uma fatia de mercado que não tem capacidade disponível para honrar com o fornecimento (empresas de pequeno e/ou médio porte)^{6 7}, afetando negativamente a concorrência do certame licitatório.

A colocação de Favaretto (2012, p. 102, grifo nosso) contribui para explicar o possível surgimento de quantitativos superdimensionados em registros de preços:

A gestão de materiais está sujeita a uma série de incertezas. A literatura científica da área explora principalmente as incertezas da demanda e dos tempos envolvidos na gestão de materiais. Estas incertezas são vistas geralmente como inerentes aos processos, e **a linha de ação sugerida é a criação de “folgas” que absorvam esta incerteza.**

Essa questão precisa ser analisada com o máximo de cuidado possível. Com o advento do Decreto Federal nº 7.892/2013, há uma tendência do demandante da compra estimar quantidades maiores, em comparação ao cenário anterior quando vigorava o Decreto Federal nº 3.931/2001. Ocorre que o novo decreto trouxe como

⁴ “A MARGEM é expressa em valores percentuais e representa a margem de lucro que uma empresa obteve sobre o montante de suas vendas, ou ainda, do faturamento, após deduzir os impostos e abatimentos, os custos e as despesas, o imposto de renda e as contribuições, resta a margem de lucro.

O GIRO é expresso em número de vezes que a empresa consegue girar o seu próprio Ativo, ou ainda, quantas vezes, num período, consegue vender o seu próprio Ativo.

A MARGEM e o GIRO são grandezas, normalmente, inversamente proporcionais. Em uma empresa quando se aumenta a margem de lucro, naturalmente as vendas são reduzidas; diminuindo-se, assim, o giro” (KASSAI, 1996, p. 9).

⁵ Além das quantidades registradas superestimadas, outro fator que pode levar o fornecedor a uma situação de prejuízo é o componente inflacionário, que proporciona a corrosão do valor da moeda ao longo do tempo. Como no SRP, os preços são fixos e a vigência pode chegar até 12 meses (artigo 15, § 3º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993; e artigo 12, do Decreto Federal nº 7.892/2013), o componente inflacionário é significativo na formação do preço, principalmente, quando a economia está volátil. Por isso, é muito importante que os licitantes, quando da disputa, levem em consideração todos os fatores relevantes para a formação do preço mais adequado para as partes envolvidas (comprador e vendedor), objetivando a melhor execução do objeto durante a vigência do registro de preços.

⁶ As empresas operam com uma capacidade disponível, que “é a capacidade de um sistema ou recurso de fornecer uma quantidade de resultado em um determinado período de tempo” (ARNOLD, 2012, p. 126). A capacidade disponível tem que ser suficiente para atender a capacidade exigida, que “é a capacidade necessária a um sistema ou recurso para fornecer um resultado desejado em um período de tempo” (ARNOLD, 2012, p. 126). A análise destas duas variáveis, capacidade disponível e capacidade exigida, é fundamental antes da celebração de qualquer contrato.

⁷ De maneira geral, as contratações públicas trabalham com regras específicas para fomentar a participação de empresas de porte inferior, e sua consequente contratação. No Brasil, a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estipula em seu capítulo V, benefícios às empresas de porte inferior (microempresas e empresas de pequeno porte) nas licitações. Assim, a superestimativa dos quantitativos dos itens licitados, pode dificultar o acesso de empresas menores aos contratos celebrados pelo setor público.

inovação a vedação ao acréscimo nos quantitativos fixados nas atas de registro de preços, em seu artigo 12, § 1º. Ou seja, como não há mais a prerrogativa de efetuar acréscimos como instrumento de “margem de segurança”, é possível que o demandante da compra aumente suas estimativas de consumo para garantir o abastecimento durante toda a vigência do registro de preços, sem imprevistos. Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo que fosse possível efetuar acréscimos sobre os quantitativos registrados, não seria correto o uso da ferramenta para corrigir falhas no planejamento. Segundo Reis (2014-2015), as margens de acréscimos e supressões previstas no artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, devem ser utilizadas para correções provenientes de eventualidades, e não como reserva para correções de falhas no processo.

Ainda que o registro de preços, durante sua vigência, não seja utilizado nenhuma vez, ou venha a ser utilizado na sua totalidade/quase totalidade, algumas questões precisam ser consideradas:

- a) na primeira hipótese, o fornecedor não será onerado com os custos de entrega, contudo, caso tenha adquirido/produzido o material com antecedência para estocá-lo até que a requisição seja feita, o fornecedor poderá incorrer em prejuízo, dados os custos de controle e o risco de deterioração do estoque, se não houver outra possibilidade de comercialização ou uso; e
- b) na segunda hipótese, caso o fornecedor tenha formado seu preço com base na premissa de “poucas entregas com quantidades elevadas”, ele poderá ter dificuldades de lidar com os custos de entrega se, no momento da execução do objeto, as requisições basearem-se na premissa de “muitas entregas com quantidades reduzidas”.

Carvalho (2008) explica que no ambiente de incerteza gerado pelo SRP, o particular (empresário) fica diante de um dilema econômico, pois os custos variarão em função das quantidades comercializadas. Assim, nesse cenário, a tendência tem sido a formulação de preços médios pelos licitantes. O autor estabelece uma comparação para esclarecer o dilema enfrentado pelo particular, quanto ao princípio da escala, segundo o qual há uma relação inversa entre a quantidade comercializada e o preço unitário: o preço unitário para vender 1 kg de açúcar (preço maior) não é o mesmo para vender 10 kg do produto (preço menor).

A colocação de Mendes (2012) evidencia o motivo para os fornecedores se depararem com o referido dilema econômico em registros de preços. Segundo o autor, para definir o preço do encargo, duas informações são fundamentais, isto é, o que deve ser feito, aspecto qualitativo da contratação, e quanto deve ser feito, aspecto quantitativo da contratação. Ou seja, no SRP, o aspecto quantitativo é uma incógnita para o licitante.

Importante ressaltar que o edital da licitação para registro de preços pode contribuir para amenizar o dilema econômico enfrentado pelo particular, desde que disponibilize informações relevantes para a formação do preço, tais como a quantidade mínima que será adquirida de cada item licitado e o cronograma estimado de entregas por período (semanal, quinzenal, mensal, trimestral, etc).

Em suma, em hipótese alguma o setor público pode privar-se da tarefa de planejar as quantidades dos diversos materiais licitados por meio dos seus processos, mesmo no caso do SRP. O ideal é planejar e, posteriormente, verificar a aproximação entre o planejamento e a realidade, com o uso de ferramentas de controle e acompanhamento, objetivando a realização de ajustes, correções e revisões no planejamento ao longo do tempo. Assim, supõe-se que o exercício perene do planejamento pelos órgãos componentes da administração pública, no que tange o processo de contratação pública, ocasionará a melhora das previsões realizadas e o aumento da sua credibilidade, a partir da diminuição gradativa do erro de previsão.

Nesse aspecto, a visão de Pereira Jr. e Dotti (2010) é bastante relevante. Segundo os autores, o SRP, desde que adequadamente utilizado e manejado, aproxima o setor público de conceitos modernos de gestão, habilitando-o ao compromisso com a eficiência e a eficácia, que são conceitos indispensáveis no processo de reforma gerencial do Estado.

Por fim, cabe destacar que, em termos de mecanismos para planejar as contratações no setor público, houve significativos avanços no Brasil ao longo dos últimos anos.

O Decreto Federal nº 7.892/2013 instituiu em seu artigo 4º, a Intenção de Registro de Preços (IRP) como um meio de fomentar as compras compartilhadas entre os órgãos públicos e, com isso, obter economia de escala através do aumento

das quantidades licitadas de um mesmo item. A IRP é uma lista com todos os itens que se pretende licitar, a ser divulgada pelo órgão proponente da licitação (órgão gerenciador) no sistema de compras do governo federal brasileiro durante a fase interna do certame, propiciando aos demais órgãos, a possibilidade de manifestarem interesse de integrar o edital da licitação na condição de órgão participante em pelo menos um dos itens da IRP.

Art. 2º [...]

[...]

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014)

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços. [...]

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador. (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014)

Assim, o Decreto Federal nº 7.892/2013 tornou mais real e palpável a possibilidade de interação entre órgão gerenciador e órgão(s) participante(s) nas licitações para registro de preços no Brasil, já que o Decreto Federal nº 3.931/2001 (revogado) previa a possibilidade de compras compartilhadas entre os órgãos públicos sem, contudo, descrever os meios para tal.

Obviamente, tanto o órgão gerenciador quanto o(s) órgão(s) participante(s) necessitam planejar adequadamente sua demanda, para evitar situações indesejadas durante a vigência do registro de preços.

Além disso, recentemente, a SLTI/MPOG editou a Instrução Normativa nº 6, de 25 de julho de 2014, que prevê a possibilidade do órgão gerenciador realizar o remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados, desde que observados os requisitos estipulados, nas hipóteses de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.

3 METODOLOGIA

Este Capítulo é composto de quatro partes. Na primeira parte, procede-se à caracterização da pesquisa quanto aos objetivos e ao objeto. Posteriormente, a escolha do caso estudado nesta dissertação é justificada. A terceira parte é bastante relevante, pois apresenta e discute o produto final do estudo, colocando-o como proposta de intervenção no órgão público estudado. Por último, os métodos para coleta, tratamento e análise dos dados são apresentados, com a devida delimitação da pesquisa.

3.1 Classificação da pesquisa

Considerando os objetivos da pesquisa, tem-se um estudo exploratório e descritivo. Os estudos exploratórios almejam compreender melhor assuntos pouco conhecidos, enquanto os estudos descritivos objetivam conhecer e relatar a realidade do fenômeno estudado (VERGARA, 1997).

Com base no objeto da pesquisa, este é um estudo de caso que, segundo Yin (2010), consiste numa investigação empírica, na qual um fenômeno contemporâneo é estudado em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não são definidos com clareza.

3.2 Unidade de análise

Esta pesquisa foi aplicada no Departamento de Gestão de Restaurantes (DGR) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Para atender sua demanda de compras, a UFES adota um modelo descentralizado, em que há cinco setores distintos. São estes: (i) Pró-Reitoria de

Administração (Proad – UASG 153046); (ii) Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam – UASG 153047); (iii) Departamento de Gestão de Restaurantes (DGR – UASG 153048); (iv) Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes – UASG 153049); e (v) Centro de Ciências Agrárias (CCA – UASG 153050).

Nesse contexto, o DGR responde pelas contratações dos diversos restaurantes da universidade (restaurantes de Goiabeiras, Maruípe, São Mateus-ES, Alegre-ES e Jerônimo Monteiro-ES).

O DGR foi escolhido para aplicação da pesquisa por possuir um histórico de licitações para registro de preços nos últimos anos (59,3% do total de licitações realizadas pelo departamento entre 2009 e 2014), conforme evidenciado na tabela 3:

Tabela 3 – Licitações realizadas pelo DGR entre 2009 e 2014.

Forma adotada	Ano						Total
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Convencional	10	11	5	8	4	6	44
	47,6%	73,3%	45,5%	34,8%	17,4%	40,0%	40,7%
SRP	11	4	6	15	19	9	64
	52,4%	26,7%	54,5%	65,2%	82,6%	60,0%	59,3%
Total	21	15	11	23	23	15	108

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro (www.comprasgovernamentais.gov.br).

Além disso, a maior parte das requisições de compras no departamento provém da área técnica (nutrição), fato este que viabiliza a análise minuciosa do procedimento de estimativa de quantitativos e facilita a análise, uma vez que as demandas não são dispersas entre vários requisitantes com características distintas um do outro.

3.3 Indicador e escala de análise (produto final): proposta de intervenção

Por meio deste estudo, propõe-se o seguinte indicador como instrumento de aferição da acurácia da previsão de demanda em registros de preços, isto é, do quão próximo são os quantitativos registrados e os quantitativos efetivamente comprados:

$$\text{GARP} = \frac{\text{QTEC}}{\text{QTR}}$$

Onde:

GARP = grau de aproximação entre o real e o planejado;

QTEC = quantidade total efetivamente comprada; e

QTR = quantidade total registrada.

O GARP apresenta oscilação entre “0 e 1”, sendo um indicador do tipo “quanto maior, melhor”, de modo que:

- a) **quanto mais próximo de “0”**, menor a precisão do processo de planejamento das quantidades, e maior o erro de previsão; e
- b) **quanto mais próximo de “1”**, maior a precisão do processo de planejamento das quantidades, e menor o erro de previsão.

O GARP igual a “0” indica que nenhuma unidade do produto registrado foi adquirida, por outro lado, o GARP igual a “1” indica que todas as unidades do item registrado foram compradas.

Entretanto, é fundamental ressaltar que, o GARP igual a “0” pode ser mais favorável ao fornecedor do que a aquisição de poucas unidades do item pelo órgão, pois não haverá custos com a entrega do material, e o GARP igual a “1” não significa que o órgão acertou exatamente a quantidade necessária para seu suprimento, uma vez que a estimativa pode ter sido subdimensionada.

Para Bossel (1999, p. 9) os indicadores representam:

[...] a nossa ligação ao mundo. Eles condensam a sua enorme complexidade numa quantidade manejável de informação significativa, para um subgrupo de observações que informam as nossas decisões e direcionam as nossas ações. [...] Os indicadores representam informação valiosa. [...] Os indicadores são uma expressão de valores.

Quanto à previsão de demanda, Zan e Sellitto (2007, p. 98) destacam a importância desse tipo de parâmetro para as organizações, pois “como técnicas de previsão são sujeitas a erros, é necessário verificar sua acuracidade, através de indicadores”. Já Dal Forno et al. (2013) ressaltam que o estabelecimento de indicadores contribui para a gestão eficaz da previsão, bem como o seu controle durante o processo, sendo fundamental para o sucesso da organização.

Contudo, é preciso definir uma escala para análise do indicador, para facilitar e padronizar a interpretação do número obtido. Desse modo, a escala proposta para análise do GARP está representada na figura 1:

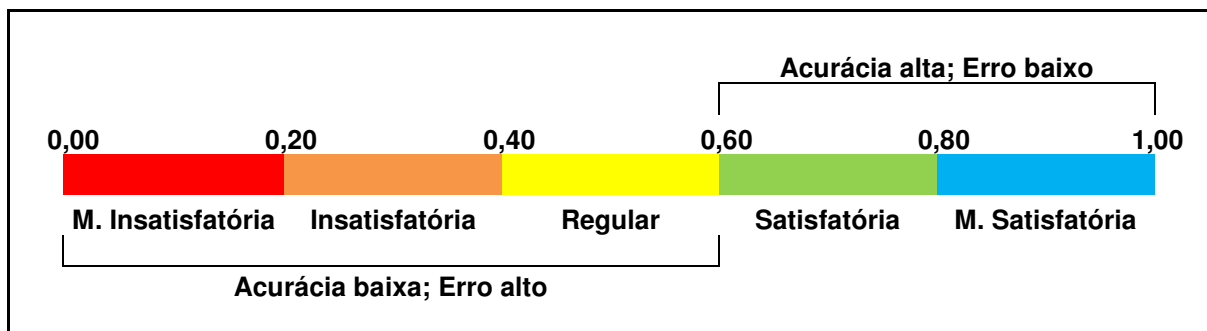


Figura 1 – Escala de análise do GARP.

Fonte: Elaborado pelo autor.

*** Onde:**

$0,00 \geq \text{GARP} \leq 0,20$ = qualidade da previsão muito insatisfatória;

$0,20 > \text{GARP} \leq 0,40$ = qualidade da previsão insatisfatória;

$0,40 > \text{GARP} \leq 0,60$ = qualidade da previsão regular;

$0,60 > \text{GARP} \leq 0,80$ = qualidade da previsão satisfatória;

$0,80 > \text{GARP} \leq 1,00$ = qualidade da previsão muito satisfatória;

$0,00 \geq \text{GARP} \leq 0,60$ = acurácia da previsão baixa e erro de previsão alto; e

$0,60 > \text{GARP} \leq 1,00$ = acurácia da previsão alta e erro de previsão baixo.

Assim, o GARP e sua escala de análise constituem uma ferramenta simples, de fácil implementação e interpretação, mas com grande potencial informativo em termos de controle e acompanhamento da demanda por materiais no setor público, possibilitando o aumento da acurácia da previsão e a diminuição do erro de previsão nos registros de preços sucessivos. Com o controle, é possível verificar a aproximação entre o planejado e o real, sendo viável a realização de ajustes, correções e revisões no planejamento, isto é, a melhora contínua do processo.

Com base na divisão do modelo de previsão de demanda em cinco etapas, proposta por Turbino (2009) (vide quadro 4), o produto final deste estudo é um instrumento de monitoração do modelo, em que a demanda real e a demanda prevista são confrontadas, objetivando a verificação da validade do modelo empregado e a realização de ajustes no mesmo. Ou seja, tem-se uma ferramenta que contribui para o planejamento nas compras sucessivas, num ciclo de aprendizado contínuo.

Sob esse prisma, é fundamental calcular o indicador por item, visando ao mapeamento do comportamento da previsão de demanda de cada produto registrado no transcurso do tempo e, conseqüentemente, à identificação dos itens

cujos parâmetros de previsão precisam ser revistos e à adoção das medidas necessárias.

Além de atender aos parâmetros legais, com previsões de demanda mais próximas da realidade, a credibilidade das informações constantes no termo de referência dos editais para registro de preços aumenta e, com isso, há a tendência dos licitantes sentirem maior confiança em reduzirem seus preços, favorecendo a economicidade do processo licitatório. Trata-se de transformar a percepção do licitante, que tem visto o aspecto quantitativo como uma incógnita no SRP, evitando a ocorrência de situações como:

- a) geração de uma falsa expectativa de lucro nos potenciais fornecedores; e
- b) não participação de uma fatia de mercado que não tem condições de honrar com o fornecimento nos quantitativos estimados.

Contudo, há de se ressaltar que o produto final desta dissertação apresenta limitações, dentre as quais: (i) contribui na gestão da demanda ao passo que identifica as estimativas superdimensionadas somente, não identificando as estimativas subdimensionadas a princípio; e (ii) questões de difícil previsibilidade, como as greves e o contingenciamento do orçamento, diminuem o valor preditivo da ferramenta.

Mediante o exposto, em nível de intervenção, esta pesquisa sugere a adoção do seu produto final pelo DGR a partir de sistemas informatizados, de modo que o requisitante tenha condição de acompanhar, em tempo real, a qualidade da previsão de demanda dos itens com preços registrados através das suas licitações, sendo viável e aconselhável a adoção da medida por outros órgãos públicos brasileiros, seja da esfera federal, estadual ou municipal.

Em um estágio evoluído, é possível pensar nesta informação como um parâmetro que possa ser visualizado por toda a sociedade no Portal de Compras do Governo Federal, abarcando todos os órgãos públicos federais brasileiros. Algo que contribuirá para a transparência e a prestação de contas no setor público brasileiro.

Com a disponibilização da ferramenta no Portal de Compras do Governo Federal, os possíveis fornecedores terão subsídios para analisar, com facilidade e agilidade, o histórico da qualidade da previsão de demanda dos diferentes itens licitados por determinado órgão público federal. Desse modo, estes fornecedores

poderão concluir sobre questões-chave com maior embasamento e segurança, dentre as quais:

- a) participar ou não da licitação?
- b) qual é o risco envolvido na operação?
- c) qual é o preço mínimo que pode ser praticado no fornecimento do item, com base nos requisitos constantes no edital da licitação, sem prejudicar o equilíbrio operacional, econômico e financeiro da empresa?

3.4 Etapas da pesquisa

Para atingir os objetivos do estudo e responder o problema de pesquisa, foram adotadas duas etapas complementares: entrevista e pesquisa documental.

3.4.1 Entrevista

Foi realizado levantamento do tipo *survey*, por meio de entrevista do tipo semiestruturada (Apêndice A – Seção 8.1). A entrevista foi direcionada aos responsáveis pela área técnica do DGR (nutricionistas), que responde pela maior parcela de requisições de compra do departamento e, portanto, participa diretamente da etapa de planejamento da contratação pública.

A figura 2 apresenta o organograma do DGR, com os setores de lotação das nutricionistas entrevistadas em destaque:

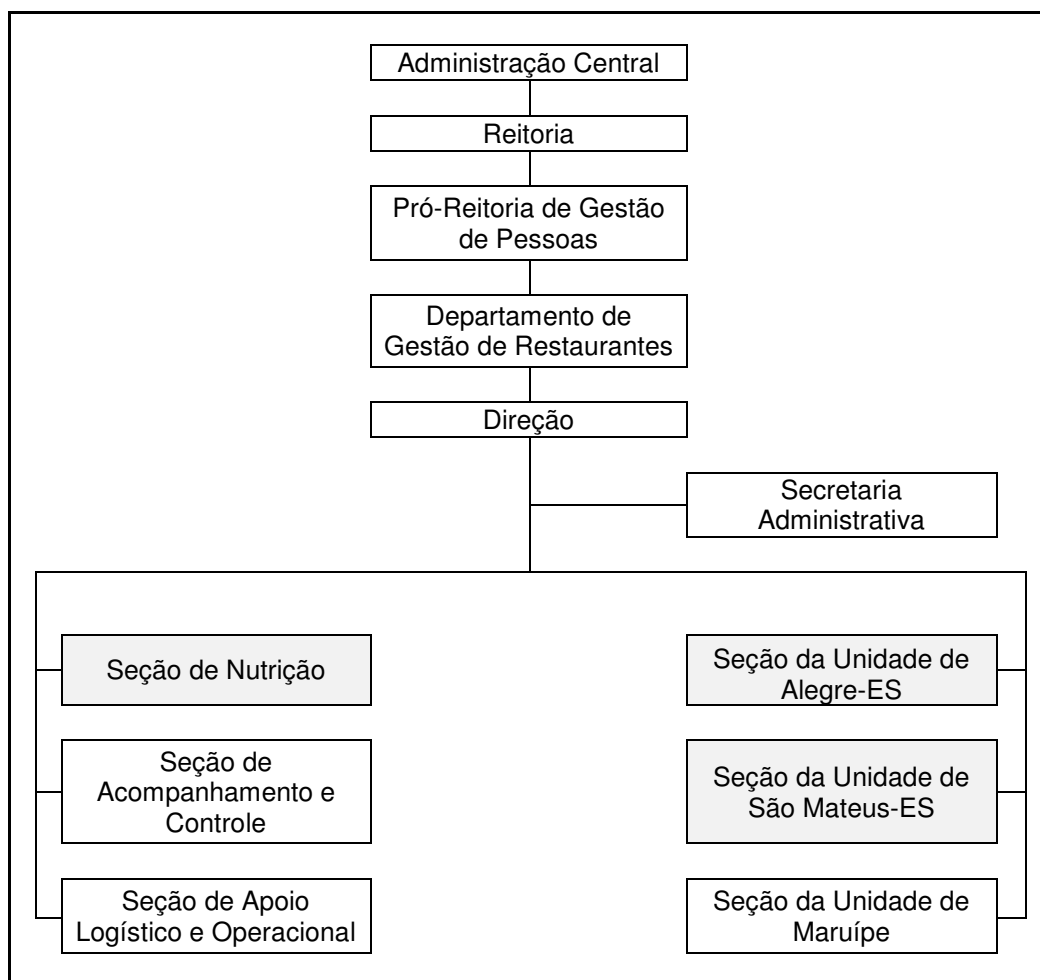


Figura 2 – Organograma do DGR.

Fonte: Resolução nº 8, de 10 de abril de 2014, do Conselho Universitário da UFES.

A figura 3 resume as principais atividades exercidas pelos setores do DGR:

Direção			
- Liderança, demandas e controle das seções, ordenação de despesas.			
Secretaria Administrativa <ul style="list-style-type: none"> - Apoio a Direção; - Agenda da Direção; - Controle de processos administrativos; - Controle de notificações e penalizações. 	Seção de Acompanhamento e Controle <ul style="list-style-type: none"> - Contabilidade; - Procedimentos de empenho, liquidação e pagamento; - Gestão financeira; - Controle de patrimônio; - Controle do <i>software</i> de estoque e custos; - Financeiro dos caixas. 	Seção de Apoio Logístico e Operacional <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de editais; - Condução de processos licitatórios; - Realização de processos de dispensa e inexigibilidade; - Elaboração de atas de registro de preços, e coleta de assinaturas; - Elaboração de contratos e coleta de assinaturas; - Elaboração de termos aditivos e coleta de assinaturas; - Elaboração de termos de apostilamentos e coleta de assinaturas; - Controle de prazos de vigência; - Almoxarifado. 	Seção de Nutrição <ul style="list-style-type: none"> - Controle operacional; - Controle da cozinha; - Controle dos cardápios; - Controle das requisições; - Controle de pedidos; - Controle do <i>software</i> de cardápios; - Planejamento das aquisições (elaboração de termo de referência); - Coletas de preços; - Supervisão de terceiros.
Seção da Unidade de Alegres <ul style="list-style-type: none"> - Almoxarifado; - Financeiro dos caixas; - Controle operacional; - Controle da cozinha; - Controle dos cardápios; - Controle das requisições; - Controle de pedidos; - Controle do <i>software</i> de cardápios; - Planejamento das aquisições (elaboração de termo de referência); - Supervisão de terceiros. 	Seção da Unidade de São Mateus-ES <ul style="list-style-type: none"> - Almoxarifado; - Financeiro dos caixas; - Controle operacional; - Controle da cozinha; - Controle dos cardápios; - Controle das requisições; - Controle de pedidos; - Controle do <i>software</i> de cardápios; - Planejamento das aquisições (elaboração de termo de referência); - Supervisão de terceiros. 	Seção da Unidade de Maruípe <ul style="list-style-type: none"> - Financeiro dos caixas; - Controle operacional; - Supervisão de terceiros. <p>* As atividades de planejamento, cozinha, cardápio e requisição do restaurante de Maruípe são centralizadas na Seção de Nutrição. As refeições são confeccionadas no restaurante de Goiabeiras e transportadas de caminhão até o restaurante de Maruípe, diariamente.</p>	

Figura 3 – Principais atividades desenvolvidas pelos setores do DGR.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no organograma do departamento constante na figura 2, a entrevista foi realizada com os responsáveis pelos seguintes setores, entre 27 e 29 de maio de 2015:

- a) **Seção de Nutrição** (entrevista realizada em 28 de maio de 2015): dentre outras atribuições, faz o planejamento das compras dos restaurantes de Goiabeiras e Maruípe;
- b) **Seção da Unidade de Alegre-ES** (entrevista realizada em 27 de maio de 2015): dentre outras atribuições, faz o planejamento das compras dos restaurantes de Alegre-ES e Jerônimo Monteiro-ES; e
- c) **Seção da Unidade de São Mateus-ES** (entrevista realizada em 29 de maio de 2015): dentre outras atribuições, faz o planejamento das compras do restaurante de São Mateus-ES.

A pesquisa *survey* pode ser conceituada como a coleta de dados ou informações acerca de características, ações ou opiniões de determinado grupo de indivíduos representantes da população-alvo de estudo, através de uma ferramenta de pesquisa (TANUR, 1982 apud PINSONNEAULT e KRAEMER, 1993).

Nesta pesquisa, a ferramenta utilizada foi a entrevista. Conforme Marconi e Lakatos (2011, p. 80), a entrevista é uma técnica de observação direta intensiva, na qual há “[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Os dados coletados através das entrevistas são os denominados de primários, que são aqueles colhidos diretamente na fonte de informações, dados e evidências (MARTINS e THEÓPHILO, 2007).

As entrevistas foram transcritas e, em seguida, procedeu-se à análise do teor destas.

Desse modo, considerando a coleta de opinião junto a um grupo de interesse, adotou-se uma abordagem qualitativa do problema de pesquisa. Para Godoy (1995, p.21), a pesquisa qualitativa é uma maneira interessante de “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”.

3.4.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental caracteriza-se pelo “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares” (GODOY, 1995, p. 21).

Foram extraídos dados dos editais e atas das licitações abarcadas por esta pesquisa, disponíveis no sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro⁸. Dentre os quais:

- a) vigência do registro de preços;
- b) locais atendidos pelo registro de preços;
- c) quantidade de itens licitados por licitação;
- d) quantidade de itens cancelados por licitação e os respectivos motivos dos cancelamentos; e
- e) quantidade de itens registrados por licitação.

A partir da proposição do GARP, indicador para medir a precisão da previsão de demanda em registros de preços, procedeu-se à coleta dos seguintes dados no sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro⁹:

- a) **quantidade total registrada**, por item, das licitações selecionadas para compor a amostra da pesquisa; e
- b) **quantidade total efetivamente comprada**, por item, das licitações selecionadas para compor a amostra da pesquisa.

Com base nas duas variáveis supracitadas, foi calculado o GARP por: (i) produto; (ii) licitação; (iii) objeto; (iv) requisitante em cada uma das licitações; e (v) requisitante em cada um dos objetos. Posteriormente, procedeu-se à categorização, conforme a escala proposta na figura 1 (Seção 3.3). O resultado detalhado da análise descrita neste parágrafo consta no Apêndice B (Seção 8.2).

⁸ **Caminho para coleta dos dados (editais):** Gestor de Compras – Consultas – Licitações – Avisos de Licitações; **Caminho para coleta dos dados (atas):** Gestor de Compras – Consultas – Atas – Atas de Pregão.

⁹ **Caminho para coleta dos dados:** Gestor de Compras – Consultas – Gestão de Atas de Registro de Preços/SRP.

Os dados elencados nesta Seção são os denominados de secundários que, segundo Martins e Theóphilo (2007), são aqueles já coletados e organizados em arquivos, bancos de dados, anuários estatísticos, publicações, dentre outros.

O tratamento dos dados foi processado no *Microsoft Office Excel 2010*. A análise dos dados baseou-se em técnicas de estatística descritiva e na aplicação do produto final proposto neste estudo.

Assim, o presente estudo adotou também uma abordagem quantitativa, dado o emprego de ferramentas estatísticas para tratamento do conjunto de dados. A esse respeito, Martins e Theóphilo (2007, p. 103) colocam que:

[...] o pesquisador, dependendo da natureza das informações, dos dados e das evidências levantadas, poderá empreender uma avaliação quantitativa, isto é: organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados. Para tanto poderá trabalhar os dados através da aplicação de métodos e técnicas da Estatística.

3.4.2.1 Período pesquisado

Considerando a disponibilidade de informações no sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro, o estudo se restringiu ao período compreendido entre os anos de 2009 e 2014.

Nos anos anteriores a 2009, as informações disponíveis ao público são insuficientes para atender aos critérios metodológicos estabelecidos, inviabilizando a extensão da pesquisa por um período de tempo maior.

3.4.2.2 População e amostra

Segundo Martins e Theóphilo (2007), enquanto a população é o conjunto de todos os elementos que se interessa estudar, a amostra é o subconjunto de

elementos da população efetivamente estudado. A amostra é parte da população e deve ser capaz de refletir as características desta.

No caso deste estudo, a amostra considerada abrange os registros de preços de itens de consumo utilizados diretamente no preparo de refeições nos restaurantes da universidade, realizados entre 2009 e 2014, cuja vigência esteja encerrada. Assim, os objetos analisados são: (i) **gêneros alimentícios**; (ii) **carnes e derivados**; e (iii) **hortifrutigranjeiros**.

A seleção da amostra supracitada é motivada pela similaridade dos três objetos, dado que são itens de aplicação direta na atividade-fim dos restaurantes da UFES, que consiste no preparo e fornecimento de refeições. Além disso, é importante restringir a pesquisa aos registros de preços com vigência expirada, pois, nesse caso, não há como realizar novas requisições de compra. Desse modo, os números levantados nesta pesquisa não são passíveis de alteração, concedendo maior confiabilidade aos resultados obtidos.

Entre 2009 e 2014, o DGR celebrou 8 registros de preços de gêneros alimentícios, 11 de carnes e derivados, e 8 de hortifrutigranjeiros, que se enquadram na amostra de pesquisa. Portanto, esta pesquisa analisou 27 registros de preços no total.

O DGR realiza também, licitação para aquisição de polpa de fruta destinada ao preparo de sucos, no entanto, não se trata de um registro de preços. Para a polpa de fruta é feito um contrato com vigência de 12 meses, no qual é previsto a disponibilização de equipamentos para o preparo, o armazenamento e a distribuição dos sucos, em regime de comodato, por conta do fornecedor contratado durante a vigência do contrato. Portanto, o objeto “polpa de fruta” não faz parte da amostra estudada.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DGR

A UFES é uma instituição pública de ensino superior brasileira, criada em 5 de maio de 1954, sob a tutela do governo estadual e transformada em instituição federal em 30 de janeiro de 1961, por meio de ato administrativo do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Na atual conjuntura, a instituição possui unidades em quatro municípios do estado do Espírito Santo (ES): Vitória, São Mateus, Alegre e Jerônimo Monteiro. Sua missão consiste em “gerar avanços científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo e socializando conhecimento para formar cidadãos com capacidade de implementar soluções que promovam o desenvolvimento sustentável”¹⁰.

Em 1 de março de 1968, foi inaugurado o Restaurante Universitário (RU) na UFES, com sede no centro da cidade de Vitória-ES, durante a gestão do Reitor Alaor de Queiroz Araújo (BORG, 2014). O funcionamento da unidade foi regulamentado por meio da Portaria nº 398, de 20 de dezembro de 1967, da Reitoria da UFES (Anexo A – Seção 9.1).

Durante a gestão 1965-1966, as reivindicações estudantis, formuladas através do DCE, culminaram com a liberação de recursos financeiros que permitiram **a aquisição do terreno e o início da construção do prédio do restaurante universitário, na Esplanada Capixaba**; a instalação da gráfica, que deveria funcionar naquele mesmo prédio; e a aquisição de uma outra sala do Edifício Sarkis, onde se instalou a Federação Universitária de Esportes Capixaba (FUEC) (BORG, 2014, p. 96, grifo nosso).

Posteriormente, o RU passou a funcionar no *campus* de Goiabeiras, com a construção do Restaurante Central (RC) no mandato do Reitor Rômulo Augusto Penina, uma obra prevista no Plano Diretor Físico de 1977, iniciada em 1979 e encerrada no 2º semestre de 1982 (BORG, 2014).

Com o passar dos anos, a universidade inaugurou outros RUs nos municípios de Vitória-ES (unidade do *campus* de Maruípe), São Mateus-ES, Alegre-ES e Jerônimo Monteiro-ES. Em 2012, a UFES criou o DGR, com o propósito de integrar todos os seus restaurantes em uma única estrutura de gestão, centralizada no *campus* de Goiabeiras, visando à redução de custos. Até então, a gestão era descentralizada por *campus*. O restaurante de São Mateus-ES foi integrado no início

¹⁰ Informações extraídas do sítio eletrônico da UFES: www.ufes.br.

de 2012, já os restaurantes de Alegre-ES e Jerônimo Monteiro-ES foram incorporados no início de 2013.

Conforme Haddad (2013), estiveram à frente da gestão do atual DGR, em diferentes momentos:

- a) Fenelon Barbosa da Silva (1968 a 1978): primeiro diretor, ficando no cargo até seu falecimento;
- b) Miguel Frota Fraga (1979 a 1992): supervisionou a mudança do restaurante para o *campus* de Goiabeiras;
- c) Maristher Vargas (1992 a 1996);
- d) Manoel Fernandes Nery (1996 a 2004);
- e) Vera Gomes da Silva (2004 a 2008);
- f) Amélia Lopes Lima (2008 a 2012): conduziu o projeto de reestruturação das instalações físicas do RC; e
- g) Ariana Lírio Pandini Fonseca (2012 a 2014).

No início de 2014, a gestão do DGR foi novamente entregue a Amélia Lopes Lima.

Hoje, a operacionalização dos restaurantes da UFES conta com a participação de servidores técnico-administrativos e de funcionários terceirizados, nos quantitativos descritos na tabela 4:

Tabela 4 – Quantitativo de servidores técnico-administrativos e de terceirizados que trabalham no DGR.

Restaurante	Servidores		Terceirizados		Total
	Total	%	Total	%	
Goiabeiras e Maruípe	29	16,6	146	83,4	175
São Mateus-ES	4	14,3	24	85,7	28
Alegre-ES e Jerônimo Monteiro-ES	5	13,2	33	86,8	38
Total	38	15,8	203	84,2	241

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Seção de Acompanhamento e Controle do DGR.

O DGR representa uma ferramenta imprescindível na política de assistência estudantil da universidade. Fernandes (2011, p. 37) destaca como um importante passo nesta política no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) em 2008, cujo “objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão”. Por meio de pesquisa de opinião, Haddad (2013)

constatou que, na UFES, o restaurante é um instrumento importante na assistência estudantil, principalmente para os discentes que residem longe da universidade e/ou possuem baixa renda, proporcionando economia de tempo e dinheiro, além de acesso a uma alimentação de qualidade.

De 2008 até 2014, o atual DGR recebeu o seguinte montante de recursos provenientes do Pnaes:

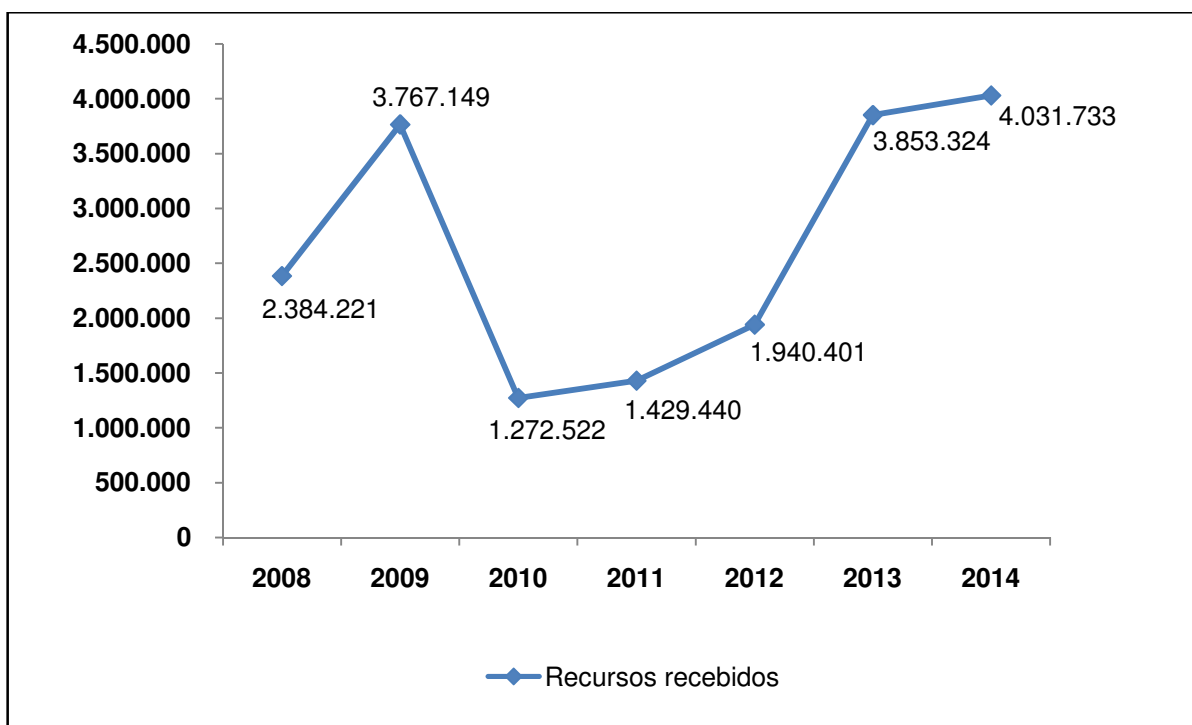


Gráfico 1 – Montante de recursos monetários do Pnaes recebidos pelo DGR entre 2008 e 2014, em reais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Seção de Acompanhamento e Controle do DGR.

Portanto, no período de 2008 a 2014, foram recebidos R\$ 18.678.790 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa reais) advindos do Pnaes. Em 2010, observa-se a queda brusca dos recursos recebidos, algo que pode ser explicado pelo processo de reestruturação vivido pelo RC entre 2008 e 2009. A partir de 2012, os recursos recebidos apresentam uma tendência de crescimento, devido à incorporação de novos restaurantes a estrutura com a criação do DGR.

Conforme dados da Seção de Acompanhamento e Controle do DGR, o departamento recebeu R\$ 2.520.062 (dois milhões, quinhentos e vinte mil, sessenta e dois reais) oriundos do Pnaes, entre janeiro e junho de 2015.

São fornecidas refeições aos alunos e servidores da UFES, prioritariamente, bem como à comunidade externa, com base na seguinte tabela de preços definida

por meio das Resoluções nº 36, de 29 de outubro de 2009, e nº 56, de 12 de dezembro de 2014, ambas do Conselho Universitário da instituição: (i) R\$ 0,00 – alunos isentos; (ii) R\$ 0,75 – alunos que pagam meia-entrada; (iii) R\$ 1,50 – demais alunos e servidores; (iv) R\$ 4,50 – usuários especiais; e (v) R\$ 11,00 – usuários visitantes.

Para entender a tabela de preços do DGR é fundamental conceituar usuários especiais e usuários visitantes, conforme disposto no texto do artigo 3º, incisos II e III, da Resolução nº 56, de 12 de dezembro de 2014, do Conselho Universitário da UFES:

Art. 3º. São usuários dos Restaurantes Universitários:

[...]

II - não integrantes da comunidade universitária da UFES, mas que tenham algum vínculo temporário com a Universidade, seja esse vínculo relativo a atividades de ensino, pesquisa ou extensão, decorrente de convênios, contratos, ou instrumentos similares, celebrados pela UFES, ou relativos às atividades desenvolvidas por prestadores de serviços terceirizados e outros, denominados **usuários especiais**;

III - pessoas que não mantenham qualquer tipo de vínculo com a UFES, denominadas **usuários visitantes**.

De acordo com o artigo 1º, da Resolução nº 30, de 26 de junho de 2014, do Conselho Universitário da UFES, os restaurantes da universidade ficam autorizados:

Art. 1º. [...] a servir refeições aos filhos(as) de estudantes devidamente cadastrados no Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com idade de até 06 (seis) anos e 11 (onze) meses de idade, acompanhados(as) do pai ou da mãe, pelo mesmo valor estabelecido para estes.

A possibilidade de alimentar filhos de estudantes da universidade com preços acessíveis, ou até mesmo sem cobrança alguma, reforça a importância do DGR como mecanismo de assistência estudantil na UFES. Desse modo, com base no levantamento executado neste Capítulo, pode-se dizer que o DGR objetiva a diminuição dos índices de repetência e evasão na universidade, tendo uma forte vertente social em sua linha de atuação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente Capítulo está dividido em duas partes, nas quais são evidenciados os resultados alcançados a partir da aplicação do método de pesquisa, apresentando-os e discutindo-os à luz do referencial teórico. Na primeira parte, é feita a análise descritiva dos registros de preços que compõem a amostra de pesquisa. Na segunda parte, procede-se à análise conjunta das entrevistas e da aplicação do GARP, no sentido de responder o problema de pesquisa e atingir os objetivos do estudo.

5.1 Breve análise dos registros de preços da amostra de pesquisa

Todos os registros de preços da amostra estudada foram licitados por meio de pregão eletrônico. Esse fato é relevante, considerando a presença cada vez mais intensa do “governo eletrônico” no Brasil, dada a cobrança da sociedade brasileira por celeridade e transparência no setor público.

Com base na análise dos editais dos registros de preços estudados, a participação de outros órgãos públicos não ocorreu em nenhum certame. Portanto, não foram verificados casos de compras compartilhadas por meio da figura do órgão participante prevista no Decreto Federal nº 7.892/2013. Com isso, todo o quantitativo estimado nestas licitações foi para atender ao DGR, tão somente.

A seguir, constam tabelas com dados relevantes acerca dos registros de preços analisados (tabela 5 – gêneros alimentícios; tabela 6 – carnes e derivados; tabela 7 – hortifrutigranjeiros):

Tabela 5 – Registros de preços de gêneros alimentícios do DGR com vigência encerrada (licitações realizadas entre 2009 e 2014).

(continua)

Pregão	Ano	Vigência Original da Ata			Locais atendidos ^b	Itens ^c		
		Início	Término	Tempo ^a		L	C	R
02	09	07/04/09	06/10/09	6	G e M	70	1	69
21	09	09/12/09	08/12/10	12	G e M	92	1	91
03	11	31/03/11	30/09/11	6	G e M	92	10	82
01	12	16/02/12	13/08/12	6	G e M	103	4	99

Tabela 5 – Registros de preços de gêneros alimentícios do DGR com vigência encerrada (licitações realizadas entre 2009 e 2014).

Pregão	Ano	Vigência Original da Ata			Locais atendidos ^b	(conclusão) Itens ^c		
		Início	Término	Tempo ^a		L	C	R
03	12	12/03/12	07/09/12	6	SM	102	11	91
21	12	26/09/12	24/03/13	6	G e M / SM	200	8	192
06	13	20/05/13	14/01/14	8	G e M / SM / A e JM	303	21	282
01	14	21/03/14	17/11/14	8	G e M / SM / A e JM	346	84	262
Total						1.308	140	1.168

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

^a Em meses;

^b **G e M** (restaurantes de Goiabeiras e Maruípe); **SM** (restaurante de São Mateus-ES); **A e JM** (restaurantes de Alegre-ES e Jerônimo Monteiro-ES); e

^c **L** (Licitado); **C** (Cancelado); **R** (Registrado).

Do total de 1.308 itens de gêneros alimentícios licitados no período, 89% tiveram seus preços registrados, e os demais foram cancelados por algum motivo durante a licitação. O pregão eletrônico nº 01/2014 apresentou uma quantidade de itens cancelados consideravelmente superior à média, aproximadamente um quarto dos itens não foram registrados no certame, destoando dos pregões eletrônicos nº 02/2009 e nº 21/2009, que tiveram um item cancelado cada.

Analisando-se os itens registrados, 620 foram requisitados pela Seção de Nutrição, 367 pela Seção da Unidade de São Mateus-ES e 181 pela Seção da Unidade de Alegre-ES.

Todas as licitações de gêneros alimentícios da amostra utilizaram como critério de julgamento o “menor preço por item”, com itens específicos para cada local a ser atendido. Por exemplo, todos os restaurantes registram arroz periodicamente, assim na licitação é previsto três itens separados, um para os restaurantes de Goiabeiras e Maruípe, um para o restaurante de São Mateus-ES, e um para os restaurantes de Alegre-ES e Jerônimo Monteiro-ES. Esta separação é primordial, em virtude da distância elevada entre os restaurantes da UFES, pois é provável que nem todos os licitantes tenham condições logísticas de atender às diferentes localidades. Em outras palavras, caso ocorresse o agrupamento da demanda de todos os restaurantes em um único item, a concorrência e a economicidade do certame poderiam ser comprometidas.

Tabela 6 – Registros de preços de carnes e derivados do DGR com vigência encerrada (licitações realizadas entre 2009 e 2014).

Pregão	Ano	Vigência Original da Ata			Locais atendidos	Itens		
		Início	Término	Tempo		L	C	R
12	09	03/09/09	02/03/10	6	G e M	36	0	36
06	10	27/09/10	26/03/11	6	G e M	37	12	25
08	10	25/10/10	24/04/11	6	G e M	12	0	12
08	11	22/06/11	21/12/11	6	G e M	33	0	33
10	11	23/09/11	22/03/12	6	G e M	26	12	14
10	12	11/04/12	07/10/12	6	G e M / SM	66	21	45
15	12	24/08/12	19/02/13	6	G e M	15	5	10
02	13	07/03/13	01/11/13	8	G e M / SM / A e JM	99	12	87
09	13	11/06/13	05/02/14	8	G e M / SM / A e JM	12	0	12
20	13	21/03/14	17/11/14	8	G e M / SM / A e JM	99	10	89
07	14	01/09/14	29/04/15	8	G e M / SM / A e JM	13	8	5
Total						448	80	368

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

No período analisado, foram licitados 448 itens de carnes e derivados, sendo que 18% foram cancelados por algum motivo no decurso da licitação, não tendo seus preços registrados. Os pregões eletrônicos nº 12/2009, nº 08/2010, nº 08/2011 e nº 09/2013 obtiveram êxito total, já que todos os itens licitados foram registrados, diferentemente dos demais pregões eletrônicos, em que o índice de itens registrados oscilou entre 38% (licitação nº 07/2014) e 90% (licitação nº 20/2013).

Dos itens registrados, 212 foram solicitados pela Seção de Nutrição, 92 pela Seção da Unidade de São Mateus-ES e 64 pela Seção da Unidade de Alegre-ES.

Os pregões eletrônicos nº 12/2009, nº 06/2010, nº 08/2010 e nº 08/2011 utilizaram como critério de julgamento o “menor preço por lote”, num momento em que se comprava para os restaurantes de Goiabeiras e Maruípe, somente. As demais licitações de carnes e derivados analisadas adotaram o “menor preço por item”, com itens específicos para cada local a ser atendido.

Tabela 7 – Registros de preços de hortifrutigranjeiros do DGR com vigência encerrada (licitações realizadas entre 2009 e 2014).

Pregão	Ano	Vigência Original da Ata			Locais atendidos	Itens		
		Início	Término	Tempo		L	C	R
13	12	03/05/12	29/10/12	6	G e M	53	0	53
19	12	23/08/12	18/02/13	6	SM	49	0	49
28	12	04/12/12	01/06/13	6	G e M	53	0	53
01	13	18/02/13	16/08/13	6	SM / A e JM	98	0	98
12	13	28/05/13	23/11/13	6	G e M	53	0	53
15	13	14/08/13	10/02/14	6	SM / A e JM	102	0	102
23	13	05/02/14	03/08/14	6	G e M / SM / A e JM	167	0	167
10	14	05/09/14	03/03/15	6	G e M / SM / A e JM	163	0	163
Total						738	0	738

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Quanto aos hortifrutigranjeiros, as licitações avaliadas foram realizadas entre 2012 e 2014, considerando que até 2011 o objeto não era licitado com o uso do SRP. Até 2011, fazia-se um contrato de fornecimento por 12 meses, com a aplicação do menor percentual de acréscimo ou do maior percentual de desconto, preferencialmente, obtido na licitação sobre os preços diários constantes no Boletim Diário de Preços das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (Ceasa-ES).

Todos os 738 itens de hortifrutigranjeiros licitados no período foram registrados, indicando 100% de sucesso nos certames. Isto se deve à divisão do objeto em lotes por região a ser atendida, dado que as características do objeto e as condições de fornecimento exigidas em edital inviabilizam a disputa por itens. Quando se utilizam lotes, não há como cancelar itens específicos, ou cancelam-se todos os itens do lote, ou registram-se todos os itens do lote (situação verificada na totalidade das licitações de hortifrutigranjeiros, aqui estudadas).

Dos itens registrados, 273 foram requisitados pela Seção de Nutrição, 259 pela Seção da Unidade de São Mateus-ES, e 206 pela Seção da Unidade de Alegre-ES.

Todas as licitações de hortifrutigranjeiros da amostra empregaram como critério de julgamento o “menor preço por lote”, com lotes específicos para cada local a ser atendido.

Com base na análise das atas dos pregões eletrônicos elencados nas tabelas 5 e 6, observaram-se as seguintes motivações para os cancelamentos de itens de gêneros alimentícios e de carnes e derivados (quadro 6):

Motivação	Detalhamento
Item sem proposta (I)	Não foi cadastrada nenhuma proposta no sistema (item deserto).
Restrição na aceitação do item (II)	Licitante desclassificado na fase de aceitação por algum motivo (exemplo, especificação incompatível com o edital, amostra reprovada/não enviada, catálogo reprovado/não enviado).
Valor superior ao mercado (III)	O valor ofertado/negociado pelo licitante ficou acima da estimativa de mercado realizada pelo setor competente do órgão.
Restrição na habilitação do item (IV)	Licitante desclassificado na fase de habilitação por algum motivo (exemplo, documentos de habilitação não enviados, documentos de habilitação em desacordo com o edital).

(continua)

Quadro 6 – Motivos para o cancelamento de itens detectados nas licitações componentes da amostra de pesquisa.

Motivação	Detalhamento
Solicitação do órgão (V)	O requisitante da compra ou autoridade superior solicitou cancelamento do item por algum motivo (exemplo, necessidade de adequação na especificação, necessidade de encerramento da licitação para manter o suprimento).
Solicitação do licitante (VI)	O licitante solicitou desclassificação da proposta por algum motivo (exemplo, erro na marca cotada “incompatível”, erro no valor cotado “inexequível”).

(conclusão)

Quadro 6 – Motivos para o cancelamento de itens detectados nas licitações componentes da amostra de pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da análise das atas dos pregões eletrônicos elencados nas tabelas 5 e 6.

As tabelas 8 e 9 e o gráfico 2 evidenciam os resultados da análise das atas de pregão eletrônico examinadas:

Tabela 8 – Motivos de cancelamento dos itens de gêneros alimentícios.

Motivação	02/09	21/09	03/11	01/12	03/12	21/12	06/13	01/14	Total	%
I (A)	0	1	0	1	0	0	0	26	28	20,0
II (B)	1	0	6	0	4	3	10	9	33	23,6
II e III (C)	0	0	2	0	0	2	0	22	26	18,6
II, III e IV (D)	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,7
II, III e VI (F)	0	0	1	0	3	0	1	4	9	6,4
II e V (H)	0	0	0	0	0	0	5	0	5	3,6
II e VI (I)	0	0	0	0	3	0	0	1	4	2,9
III (J)	0	0	1	1	1	1	5	19	28	20,0
III e VI (L)	0	0	0	2	0	2	0	2	6	4,3
Total	1	1	10	4	11	8	21	84	140	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 9 – Motivos de cancelamento dos itens de carnes e derivados.

Motivação	06/10	10/11	10/12	15/12	02/13	20/13	07/14	Total	%
I (A)	0	0	0	0	0	0	2	2	2,5
II (B)	0	1	0	0	2	6	0	9	11,3
II e III (C)	0	10	6	0	0	0	5	21	26,3
II, III e IV (D)	12	0	2	0	0	0	0	14	17,5
II, III e V (E)	0	0	0	0	2	0	0	2	2,5
II, III e VI (F)	0	0	0	2	0	1	0	3	3,8
II, IV e V (G)	0	0	2	0	0	0	0	2	2,5
II e V (H)	0	0	0	0	5	3	0	8	10,0
II e VI (I)	0	0	0	1	0	0	0	1	1,3
III (J)	0	0	10	0	0	0	1	11	13,8
III e IV (K)	0	1	1	0	0	0	0	2	2,5
III e VI (L)	0	0	0	2	0	0	0	2	2,5
V (M)	0	0	0	0	3	0	0	3	3,8
Total	12	12	21	5	12	10	8	80	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

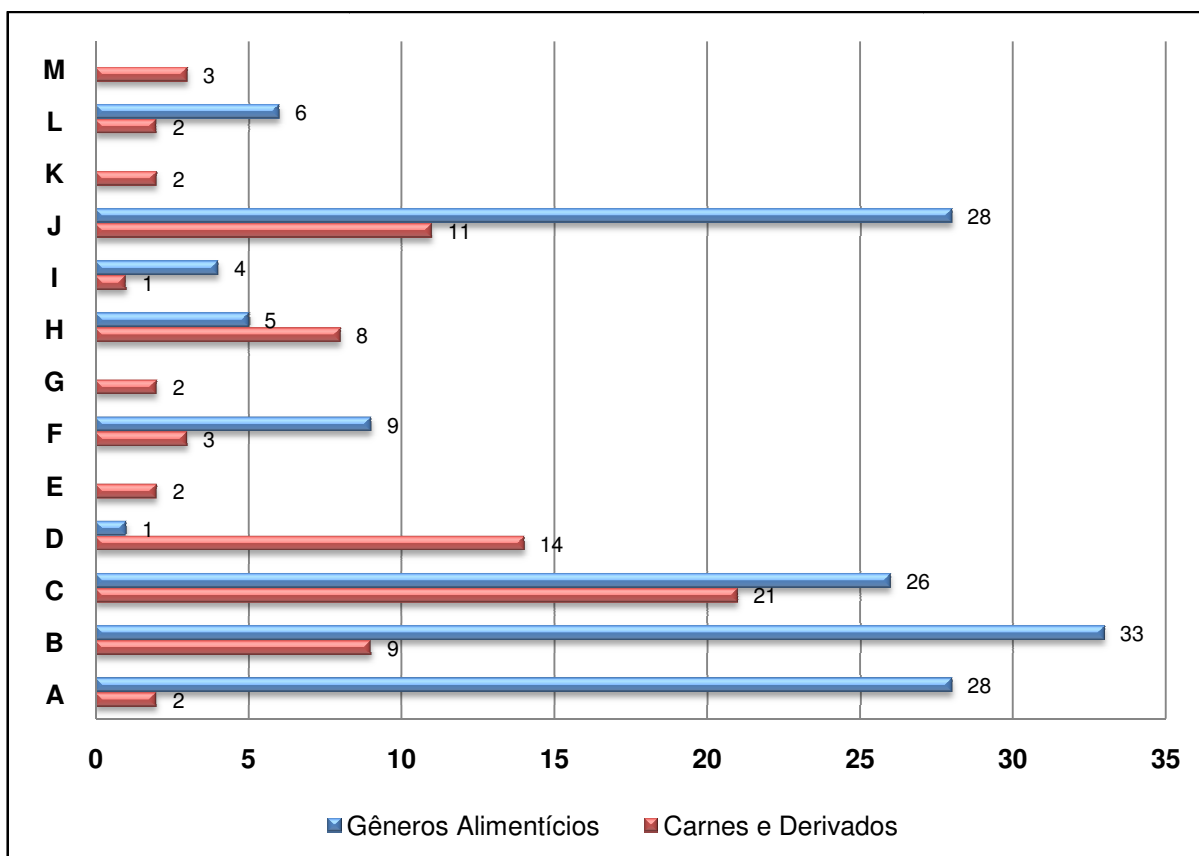


Gráfico 2 – Comparativo dos motivos de cancelamento dos itens de gêneros alimentícios e de carnes e derivados.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 8 e 9.

*** Onde:**

A = I = Item sem proposta;

B = II = Restrição na aceitação do item;

C = II e III = Restrição na aceitação do item; Valor superior ao mercado;

D = II, III e IV = Restrição na aceitação do item; Valor superior ao mercado; Restrição na habilitação do item;

E = II, III e V = Restrição na aceitação do item; Valor superior ao mercado; Solicitação do órgão;

F = II, III e VI = Restrição na aceitação do item; Valor superior ao mercado; Solicitação do licitante;

G = II, IV e V = Restrição na aceitação do item; Restrição na habilitação do item; Solicitação do órgão;

H = II e V = Restrição na aceitação do item; Solicitação do órgão;

I = II e VI = Restrição na aceitação do item; Solicitação do licitante;

J = III = Valor superior ao mercado;

K = III e IV = Valor superior ao mercado; Restrição na habilitação do item;

L = III e VI = Valor superior ao mercado; Solicitação do licitante; e

M = V = Solicitação do órgão.

A maioria dos cancelamentos foi motivada por: (i) “restrição na aceitação do item”, 78 (gêneros alimentícios) e 60 (carnes e derivados) ocorrências; e (ii) “valor superior ao mercado”, 70 (gêneros alimentícios) e 55 (carnes e derivados) ocorrências.

No primeiro caso, há indícios de que os licitantes têm tido dificuldades de atender aos critérios de especificação ou de qualidade exigidos no instrumento convocatório do certame. Nas licitações do DGR de gêneros alimentícios e de

carnes e derivados, é exigida a apresentação de amostra dos itens cotados, visando à aprovação destes por parte do requisitante. Além da reprovação de amostras, foram observados diversos casos em que o licitante simplesmente não apresentou a amostra no prazo estipulado no edital.

No segundo caso, por se tratar de um conjunto de produtos caracterizado pela volatilidade dos preços, que flutuam com base no comportamento do setor primário (agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, caça, pesca e mineração) do país, é possível que o tempo decorrido entre a pesquisa de mercado e a licitação no DGR esteja acima do recomendado. Num cenário de inflação instável, os preços obtidos por meio de pesquisa de mercado podem se tornar desatualizados em um curto espaço de tempo. Além disso, é fundamental que o setor responsável pela pesquisa de mercado analise as cotações enviadas pelos fornecedores, no sentido de verificar se os produtos cotados são compatíveis com os produtos especificados no termo de referência e, com isso, evitar a apuração de valores inexequíveis/irreais.

Há que se destacar, também, o elevado número de produtos de gêneros alimentícios que foram cancelados por falta de interessados em registrá-los (itens desertos), um quinto dos itens cancelados nas licitações para o referido objeto, principalmente como consequência do pregão eletrônico nº 01/2014 (dos 28 produtos de gêneros alimentícios que não receberam propostas, 26 foram originados deste certame). São produtos que se mostraram pouco atrativos ao mercado fornecedor por algum motivo, como dificuldade de adquirir o material para revenda, baixo quantitativo previsto no registro de preços, baixo potencial de lucro, cenário adverso para o preço do produto nos próximos meses, alto risco envolvido na operação, etc.

Os últimos registros de preços do DGR, descritos nas tabelas 5, 6 e 7, foram celebrados com vigência de 8 meses nos casos dos gêneros alimentícios e das carnes e derivados, e de 6 meses no caso dos hortifrutigranjeiros, portanto abaixo da validade máxima de 12 meses permitida no Decreto Federal nº 7.892/2013. Com esses prazos menores, o processo decisório do órgão e do licitante pode ser conduzido em um cenário de menos incertezas e, em tese, o DGR torna a variável “inflação” menos impactante e facilita o planejamento da demanda em seus registros de preços. A previsão de demanda é facilitada, pois o horizonte de tempo abarcado pela previsão e a acurácia desta tendem a apresentar comportamento inverso.

5.2 Discussão dos resultados

Considerando a necessidade de manter a identidade dos entrevistados em sigilo, estes são tratados aleatoriamente como entrevistados **A**, **B** e **C**, pois a intenção da entrevista é compreender a temática central da pesquisa a partir da percepção de pessoas conhecedoras do assunto, não sendo relevante saber quem são estas pessoas.

As entrevistas indicam que o planejamento da contratação via SRP funciona da seguinte forma no DGR:

- a) surge a necessidade de suprimento, isto é, a vigência do registro de preços atual encerrar-se-á em breve;
- b) a Seção de Nutrição define as especificações dos itens que serão registrados, as condições de fornecimento e o período de vigência do registro de preços **(aspecto qualitativo)**;
- c) as Seções da Unidade de São Mateus-ES e da Unidade de Alegre-ES adotam as especificações estipuladas pela Seção de Nutrição, excluindo as que não atendem suas demandas. Se for necessário, para atender a realidade de cada restaurante e evitar o desperdício de recursos públicos, especificações podem ser adequadas e/ou novos itens especificados **(aspecto qualitativo)**;
- d) as três Seções definem, separadamente, os quantitativos de cada item especificado para atender todo o período de vigência do registro de preços. As quantidades de um mesmo produto demandadas pelos diferentes requisitantes não são somadas, mas previstas em itens separados **(aspecto quantitativo)**;
- e) a Direção autoriza a realização da licitação, com base nos termos de referência propostos por cada uma das três Seções **(aspecto qualitativo e quantitativo)**;
- f) a Seção de Nutrição procede a uma pesquisa de mercado para todos os restaurantes **(aspectos orçamentário e financeiro)**; e

g) a Direção aprova o valor estimado por meio de pesquisa de mercado **(aspectos orçamentário e financeiro)**.

Com base na divisão do planejamento em cinco partes proposta por Ackoff (1975), as etapas supracitadas correspondem ao planejamento dos recursos, no qual há o dimensionamento dos recursos humanos, tecnológicos e materiais, bem como a determinação da origem e da destinação dos recursos financeiros.

Na sequência, ocorrem os seguintes procedimentos:

- a) a Seção de Apoio Logístico e Operacional recebe o processo administrativo, para conduzir todos os trâmites da licitação, e assim o faz;
- b) a Direção homologa a licitação;
- c) a Seção de Apoio Logístico e Operacional elabora a(s) ata(s) de registro de preços, e acompanha a assinatura desta(s) pelo(s) fornecedor(es) vencedor(es) do certame e pelo reitor da universidade. Posteriormente, procede a publicação do extrato de registro de preços nos meios oficiais;
- d) o objeto fica em condições de ser executado, mediante necessidade do requisitante e anuência da Direção, durante a vigência do registro de preços. A responsabilidade de emitir as notas de empenho é da Seção de Acompanhamento e Controle;
- e) o fornecedor entrega o material no restaurante a que se destina;
- f) o almoxarife do restaurante (servidor técnico-administrativo responsável) atesta a nota fiscal, desde que não haja nenhuma discordância em relação ao solicitado pelo requisitante; e
- g) a Seção de Acompanhamento e Controle recebe a nota fiscal para liquidação e pagamento da mesma, e assim o faz, encerrando o ciclo.

Como parte integrante do processo de contratação pública, as nutricionistas entrevistadas avaliam como essencial a disponibilização de cursos e treinamentos pela universidade, nas áreas de planejamento e elaboração de termo de referência.

Quando passamos no concurso público, não temos um treinamento prévio para as atividades que iremos desenvolver. [...] Quando o termo de referência é mal elaborado, têm vezes que a qualidade do serviço acaba sendo comprometida. Às vezes, não é que a gente não consegue comprar, a gente não sabe comprar (ENTREVISTADO B).

O curso é muito importante, principalmente para compreender as partes do processo que não são minha atribuição direta. [...] Falta embasamento teórico em alguns pontos (ENTREVISTADO C).

Entretanto, apenas a nutricionista responsável pela Seção de Nutrição já participou de curso na área e, na sua avaliação, o conteúdo ministrado foi introdutório e superficial. As nutricionistas das outras Seções explicam que existem limitações na locomoção até o *campus* de Goiabeiras, onde a maioria dos cursos é fornecida, pois não há quem as substituam à frente da responsabilidade técnica dos restaurantes.

Na percepção dos entrevistados, estão entre os pontos fortes do SRP: (i) possibilita a entrega dos produtos aos poucos, dado que se trabalha com materiais perecíveis, espaço físico limitado e probabilidade de interrupção não programada nas atividades (exemplo, nas greves), evitando-se, assim, o desperdício de recursos públicos e melhorando-se o controle de estoque; (ii) facilita o planejamento orçamentário e financeiro do órgão, pois os preços são fixos, algo muito positivo quando o cenário é de contingenciamento e corte de gastos; e (iii) não obriga o órgão a esgotar o quantitativo total registrado de determinado produto, tornando o procedimento de prever demanda menos árduo no setor público, e facilitando a gestão do estoque em situações como as greves.

Quanto ao “tópico (iii)” dos pontos fortes do SRP, o entrevistado A observa que as quantidades estimadas não podem ser definidas arbitrariamente pelo requisitante, isto é, deve haver critério metodológico objetivo, ainda que o órgão não tenha a obrigação legal de efetivar a compra. De acordo com o entrevistado C, esta é uma questão que merece atenção especial, pois o quantitativo registrado não pode ser subestimado, sob pena de faltarem insumos no futuro, e nem superestimado, sob pena de prejudicar o fornecedor e o próprio registro de preços. Portanto, um entendimento coerente com o disposto no artigo 15, § 7º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, e no Parecer Jurídico nº 940/2014-AGU/PGF/PF/UFES.

Como ponto fraco, os entrevistados destacam a dificuldade dos fornecedores em manter o preço fixo por um período longo, muitas vezes, principalmente, no caso dos hortifrutigranjeiros. Os produtos do ramo alimentício são caracterizados pela alta variação nos preços, de modo que registrar preço para esse tipo de item não é uma tarefa simples. Além disso, para os entrevistados A e B, muitos fornecedores registram preços sem conhecer a sistemática de funcionamento do SRP, fato que estremece a relação entre órgão e fornecedor, quando o quantitativo executado fica aquém do quantitativo registrado.

Nas tabelas 10, 11 e 12, constam os resultados da análise do GARP por objeto estudado, isto é, gêneros alimentícios, carnes e derivados, e hortifrutigranjeiros:

Tabela 10 – Análise do GARP: registros de preços de gêneros alimentícios.

Pregão	GARP	Qualidade da previsão	Quantidade de itens por categoria				
			M. Insat.	Insat.	Reg.	Sat.	M. Sat.
02/09	0,73	Satisfatória	7 10%	7 10%	4 6%	7 10%	44 64%
21/09	0,78	Satisfatória	7 8%	20 22%	10 11%	11 12%	43 47%
03/11	0,97	Muito Satisfatória	4 5%	1 1%	4 5%	3 4%	70 85%
01/12	0,58	Regular	32 32%	28 28%	13 13%	13 13%	13 13%
03/12	0,37	Insatisfatória	6 7%	47 52%	21 23%	12 13%	5 5%
21/12	0,84	Muito Satisfatória	49 26%	21 11%	18 9%	18 9%	86 45%
06/13	0,60	Satisfatória	117 41%	34 12%	34 12%	36 13%	61 22%
01/14	0,35	Insatisfatória	149 57%	45 17%	24 9%	18 7%	26 10%
S. Nutrição	0,66	Satisfatória	127 20%	99 16%	64 10%	63 10%	267 43%
S. São Mateus	0,37	Insatisfatória	153 42%	82 22%	46 13%	35 10%	51 14%
S. Alegre	0,48	Regular	91 50%	22 12%	18 10%	20 11%	30 17%
Geral	0,60	Satisfatória	371 32%	203 17%	128 11%	118 10%	348 30%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 14 a 22 (Apêndice B – Seção 8.2.1).

Tabela 11 – Análise do GARP: registros de preços de carnes e derivados.

(continua)

Pregão	GARP	Qualidade da previsão	Quantidade de itens por categoria				
			M. Insat.	Insat.	Reg.	Sat.	M. Sat.
12/09	1,00	Muito Satisfatória	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	36 100%
06/10	0,49	Regular	3 12%	3 12%	5 20%	6 24%	8 32%
08/10	0,33	Insatisfatória	3 25%	5 42%	1 8%	1 8%	2 17%
08/11	0,35	Insatisfatória	18 55%	2 6%	6 18%	1 3%	6 18%
10/11	0,55	Regular	4 29%	3 21%	4 29%	1 7%	2 14%
10/12	0,69	Satisfatória	8 18%	8 18%	4 9%	7 16%	18 40%
15/12	0,99	Muito Satisfatória	0 0%	2 20%	0 0%	0 0%	8 80%
02/13	0,61	Satisfatória	22 25%	12 14%	13 15%	13 15%	27 31%

Tabela 11 – Análise do GARP: registros de preços de carnes e derivados.

(conclusão)

Pregão	GARP	Qualidade da previsão	Quantidade de itens por categoria				M. Sat.
			M. Insat.	Insat.	Reg.	Sat.	
09/13	0,42	Regular	3 25%	1 8%	4 33%	2 17%	2 17%
20/13	0,27	Insatisfatória	44 49%	30 34%	11 12%	1 1%	3 3%
07/14	0,11	Muito Insatisfatória	5 100%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%
S. Nutrição	0,55	Regular	46 22%	35 17%	31 15%	16 8%	84 40%
S. São Mateus	0,38	Insatisfatória	28 30%	16 17%	11 12%	12 13%	25 27%
S. Alegre	0,24	Insatisfatória	36 56%	15 23%	6 9%	4 6%	3 5%
Geral	0,49	Regular	110 30%	66 18%	48 13%	32 9%	112 30%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 23 a 34 (Apêndice B – Seção 8.2.2).

Tabela 12 – Análise do GARP: registros de preços de hortifrutigranjeiros.

Pregão	GARP	Qualidade da previsão	Quantidade de itens por categoria				M. Sat.
			M. Insat.	Insat.	Reg.	Sat.	
13/12	0,71	Satisfatória	15 28%	3 6%	7 13%	9 17%	19 36%
19/12	0,77	Satisfatória	2 4%	6 12%	5 10%	5 10%	31 63%
28/12	0,44	Regular	14 26%	11 21%	16 30%	9 17%	3 6%
01/13	0,61	Satisfatória	25 26%	5 5%	11 11%	14 14%	43 44%
12/13	0,73	Satisfatória	10 19%	6 11%	6 11%	5 9%	26 49%
15/13	0,26	Insatisfatória	46 45%	30 29%	23 23%	3 3%	0 0%
23/13	0,28	Insatisfatória	92 55%	45 27%	20 12%	4 2%	6 4%
10/14	0,35	Insatisfatória	67 41%	42 26%	34 21%	15 9%	5 3%
S. Nutrição	0,44	Regular	98 36%	51 19%	48 18%	26 10%	50 18%
S. São Mateus	0,35	Insatisfatória	71 27%	55 21%	44 17%	21 8%	68 26%
S. Alegre	0,36	Insatisfatória	102 50%	42 20%	30 15%	17 8%	15 7%
Geral	0,41	Regular	271 37%	148 20%	122 17%	64 9%	133 18%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 35 a 43 (Apêndice B – Seção 8.2.3).

No geral, enquanto os gêneros alimentícios têm a previsão de demanda categorizada como “satisfatória”, as carnes e derivados e os hortifrutigranjeiros apresentam resultado inferior com a categorização “regular”.

O indicador aponta que as previsões de demanda realizadas pela Seção de Nutrição apresentam qualidade superior às realizadas pelas demais Seções, isto é, a Seção de Nutrição trabalha com uma acurácia maior e um erro menor na estrutura do DGR, no que se refere à previsão de demanda. Nos gêneros alimentícios, a Seção de Nutrição tem a previsão de demanda qualificada como “satisfatória”, a Seção da Unidade de São Mateus-ES como “insatisfatória” e a Seção da Unidade de Alegre-ES como “regular”. Já nas carnes e derivados e nos hortifrutigranjeiros, os resultados das três Seções são “regular”, “insatisfatória” e “insatisfatória”, respectivamente.

O gráfico 3 facilita a visualização do exposto nos dois parágrafos anteriores:

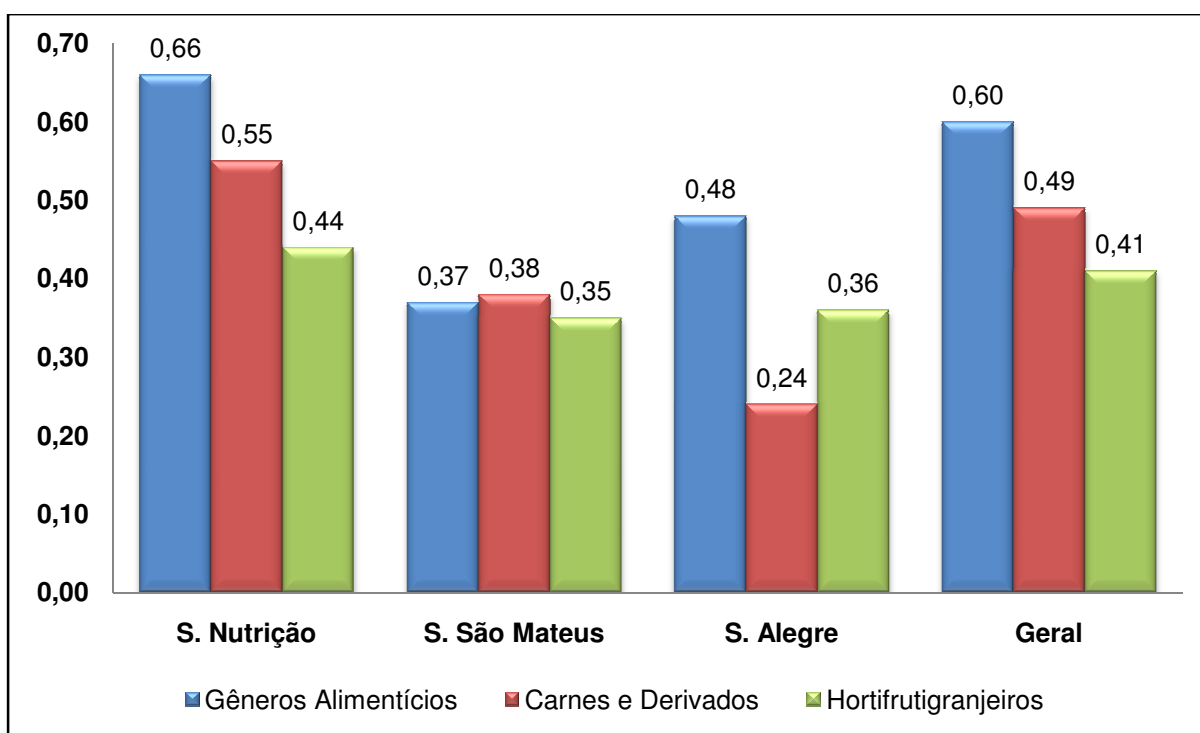


Gráfico 3 – Previsão de demanda no DGR: comparativo do GARP dos diferentes requisitantes.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 10, 11 e 12.

Dois aspectos são importantes para explicar o resultado dos requisitantes. Primeiro, o DGR detém o direito de uso de um *software* profissional de cozinha industrial, uma ferramenta que possibilita a melhora do controle e a realização de estimativas mais reais e fidedignas na visão dos entrevistados, no entanto apenas na Seção de Nutrição o sistema está efetivamente em uso já faz alguns anos, e nas outras duas Seções o sistema está em fase de implantação, com a transição do controle manual para o informatizado. Segundo, os restaurantes de Goiabeiras e Maruípe são os mais antigos da UFES, isto é, são locais com uma memória

informacional mais consistente quando se trata do planejamento de quantitativos de insumos (variáveis relacionadas e a própria previsão de demanda).

Nesse sentido, Novaes (2007) ressalta que a previsão de demanda está sujeita a erros, uma vez que envolve desdobramentos futuros associados a questões políticas, econômicas e sociais, sendo muito importante que se proceda à seleção de métodos de previsão definidos em bases criteriosas e à manutenção da memória informacional do processo, visando à realização de previsões mais próximas da realidade. Nessa jornada, as TICs são indispensáveis.

A importância do histórico de informações fica evidente na fala dos entrevistados, no que se refere ao funcionamento do planejamento e aos principais fatores considerados na definição dos quantitativos dos itens que terão preços registrados:

Utilizamos o consumo do período anterior e a estimativa de alunos que irão ingressar na universidade. Por exemplo, a cada período, acrescentamos em torno de 500 pessoas em relação ao período anterior. [...] O número, realmente, é uma estimativa sempre um pouco para mais, pois não sabemos o que pode acontecer, além de haver a possibilidade do número de serviços prestados pelo restaurante aumentar nos períodos seguintes (EXTREVISTADO A).

É preciso ter noção de per capita¹¹, de fator de correção¹² e de fator de rendimento¹³ dos alimentos para você conseguir estimar uma quantidade que atenda ao restaurante, que não sobre, nem falte. O padrão de utilização de determinadas preparações e o fluxo de comensais são importantes para definir os quantitativos dos diferentes itens (ENTREVISTADO B).

Inicialmente, a gente procura saber a média de consumo diário de cada item, depois analisamos a sua frequência de saída na semana e no mês, projetando para o período do registro de preços. [...] Por ser um registro de preços, ter um saldo remanescente não é tão prejudicial. Assim, eu deixo uma margem para os itens essenciais ao funcionamento do restaurante, até porque pode ser necessária a prorrogação da vigência do registro por certo tempo (EXTREVISTADO C).

Desse modo, a metodologia adotada no planejamento da demanda no DGR pode ser descrita como híbrida, isto é, utilizam-se tanto dados numéricos de períodos passados e de projeções futuras, característicos das técnicas quantitativas, quanto dados subjetivos, interpretados a partir da sensibilidade e experiência do responsável pela previsão, característicos das técnicas qualitativas. Sendo

¹¹ Conforme o entrevistado B, per capita é a quantidade média de alimento consumido por pessoa.

¹² Conforme o entrevistado B, o fator de correção é obtido através da relação entre o peso bruto (alimento na forma em que é adquirido) e o peso líquido (alimento depois de limpo e pronto para utilização).

¹³ Conforme o entrevistado B, o fator de rendimento ou fator de cocção é obtido através da relação entre o peso do alimento cozido e o peso do alimento cru.

importante destacar que nota-se no discurso dos entrevistados a importância dada ao SRP como facilitador do planejamento, já que, num cenário de muitas incertezas, é fundamental ter uma “folga” na demanda prevista para garantir o suprimento e, com isso, o funcionamento adequado dos restaurantes.

O entrevistado C ressalta que o descompasso entre a vigência do registro de preços e a duração dos períodos letivos da universidade é um empecilho no planejamento da contratação pública sob o aspecto quantitativo, dado que o público do restaurante não é preciso. Segundo o entrevistado C, há questões difíceis de prever, principalmente na transição de um período letivo para o outro, isto é, alunos ingressam na UFES, alunos deixam a UFES, o volume de alunos amparados pela assistência estudantil oscila.

Os entrevistados esclarecem que a sazonalidade de comensais é verificada entre períodos letivos, mas, também, dentro de um mesmo período letivo.

A quantidade de comensais varia muito de período para período. Dentro do mesmo período também há uma variação. Normalmente, no início o número é maior, na metade ocorre uma queda, no final aumenta um pouco, e nos últimos dias do período, como são poucos professores que estão dando aula ainda, diminui mais uma vez. Por isso, temos que analisar tudo que está ocorrendo na universidade com cuidado (ENTREVISTADO A).

Após o período de matrículas, o número de comensais é maior, havendo uma diminuição ao longo do período letivo. Não sei o motivo, não sei se os alunos desistem, se encontram outro local para realizar sua alimentação, enfim (ENTREVISTADO B).

A sazonalidade de comensais dificulta até o planejamento diário. Se em uma mesma semana é difícil prever o movimento, imagina a dificuldade de previsão de um semestre para outro (ENTREVISTADO C).

Por exemplo, o entrevistado A cita duas situações ocorridas no início de 2015, que demandaram sensibilidade dos agentes responsáveis pelo planejamento da contratação no DGR, no que tange à percepção do contexto vivido pela universidade. Ambas as situações provocaram forte variação no número de usuários dos restaurantes da universidade, isto é, o fluxo de usuários visitantes diminuiu bastante com o aumento do valor da refeição aprovado pelo Conselho Universitário da UFES para esse público em específico, de R\$ 4,50 para R\$ 11,00; e o número de alunos aumentou consideravelmente com a expansão do programa de bolsas de assistência estudantil da universidade.

Para os entrevistados A e B, outro fator que dificulta a definição dos quantitativos dos materiais, quando da elaboração do termo de referência, são os

eventos realizados na universidade, dado que a UFES não passa uma listagem prévia dos eventos que irão ocorrer em seus *campi* para o DGR. Muitas vezes, os eventos são realizados aos finais de semana, quando os restaurantes da universidade não têm previsão de abrir, além de abrangerem membros de fora da comunidade acadêmica, algo que aumenta o consumo e o gasto do restaurante.

Na opinião dos entrevistados, as situações elencadas nos parágrafos anteriores justificam a aplicação de uma “margem de segurança” nos quantitativos estimados pelo DGR, quando da abertura de processos licitatórios para registro de preços, diminuindo a probabilidade do suprimento dos restaurantes ser comprometido de alguma forma. Favaretto (2012) lembra que a gestão de materiais está sujeita a uma gama de incertezas que são vistas, geralmente, como inerentes aos processos, de modo que a linha de ação aconselhada é a criação de “folgas” que absorvam as incertezas.

Outra questão que pode influenciar na demanda por insumos no DGR são as greves. Contudo, conforme os entrevistados A e B, ainda que seja considerável a chance de acontecer uma greve no futuro próximo, não é aconselhável reduzir o quantitativo estimado dos produtos, pois o suprimento dos restaurantes poderá ser afetado negativamente se a greve não ocorrer.

A greve impacta as atas de registro de preços, com a sobra de um saldo elevado, desde que a interrupção das atividades dure muito tempo. Não temos como prever essa situação, por isso estimamos os quantitativos sem considerá-la, e, se acontecer a greve, tentamos tomar as medidas para minimizar os prejuízos das partes envolvidas (ENTREVISTADO A).

Os entrevistados acreditam que a redução da vigência dos registros de preços é uma medida que facilitaria o procedimento de previsão de demanda no DGR, seguindo uma linha coerente com a teoria que ensina: o horizonte de tempo abarcado pela previsão e a acurácia desta tendem a apresentar comportamento inverso. Conforme Arnold (2012), há quatro características ou princípios fundamentais da previsão de demanda que precisam ser compreendidos, visando ao uso eficaz da ferramenta, dentre os quais: as previsões são mais precisas quando abrangem períodos de tempo menores, pois ocorre a diminuição dos fatores de incerteza envolvidos no processo.

Por outro lado, os entrevistados têm ciência das dificuldades de realizar várias licitações num curto espaço de tempo, isto é, os custos e a morosidade do processo

licitatório. Ou seja, os entrevistados compreendem que é necessário observar os requisitos de legalidade, isonomia e transparência no setor público, algo que torna o procedimento de prever demanda mais complexo neste setor do que em relação ao setor privado. Por exemplo, diferente do setor privado, o estabelecimento de parcerias comerciais é inadmissível no setor público. Nunes, Lucena e Silva (2007) corroboram com esse entendimento, isto é, enquanto as organizações privadas têm um sistema de compras muito mais flexível e voltado para a maximização dos lucros da firma, as organizações públicas observam um alto grau de formalismo nas suas relações comerciais para garantir a eficiência, eficácia e transparência na utilização dos bens públicos da sociedade.

Com base na tabela 13, tem-se que, nos registros de preços mais recentes dos objetos estudados, a qualidade da previsão de demanda está abaixo do esperado, isto é, precisão baixa e erro elevado:

Tabela 13 – Análise do GARP: registros de preços mais recentes.

Objeto	Pregão	GARP	Qualidade da previsão	% de itens (regular ou abaixo)
Gêneros Alimentícios	01/14	0,35	Insatisfatória	83
	09/13	0,42	Regular	67
Carnes e Derivados	20/13	0,27	Insatisfatória	96
	07/14	0,11	Muito Insatisfatória	100
Hortifrutigranjeiros	15/13	0,26	Insatisfatória	97
	23/13	0,28	Insatisfatória	94
	10/14	0,35	Insatisfatória	88

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 10, 11 e 12.

Sobretudo, a partir de 2014, tem ocorrido o contingenciamento do orçamento federal para equilibrar as contas públicas no Brasil, fato que contribui para explicar esse resultado, pois no SRP a reserva orçamentária não precisa ocorrer na fase prévia da licitação (artigo 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892/2013).

Estamos tendo que restringir cardápio, utilizar os itens mais baratos, não temos recursos para fazer nenhum tipo de manutenção, não temos recursos para comprar nenhum tipo de equipamento novo. Estamos trabalhando com o que temos e economizando o máximo possível. Isso tem afetado muito a qualidade da alimentação servida (ENTREVISTADO A).

Vivemos um momento em que os produtos estão muito caros e não podemos gastar. [...] Precisamos reduzir os gastos ao máximo, e a qualidade do cardápio acaba sendo impactada negativamente. Por exemplo, aqui no restaurante, o padrão são quatro tipos de saladas, mas eu tive que reduzir para três, em face da necessidade de ficar dentro da média de orçamento estipulada pelo DGR. [...] Ficar abaixo do “teto” é muito

importante, até porque têm as outras unidades. [...] Com a redução da qualidade do cardápio vem a reclamação dos comensais, é um ciclo (ENTREVISTADO B).

Temos um valor a cumprir, não pode passar dele. [...] Isso afeta a qualidade do que é servido. Dado o momento do país, estamos tendo que diminuir a variedade, com base nos preços que estão registrados. Entretanto, têm itens que não podem ser retirados do cardápio, independente do preço registrado (ENTREVISTADO C).

Nesse cenário de restrição orçamentária, muitas vezes o requisitante necessita revisar o planejamento inicial, por não ter condições de executar o objeto da forma que melhor atenderia aos restaurantes, tendo que priorizar a formação de cardápios com itens mais baratos e de maior rendimento, com menos opções. Naturalmente, não é simples equalizar essa conta, qualidade x economia, num contexto de inflação acima da meta, sendo complicado manter a qualidade do serviço prestado. Entretanto, a argumentação do entrevistado C é relevante, no sentido de que determinados produtos são imprescindíveis para o cardápio, ainda que os preços registrados estejam elevados, tais como, o arroz, o feijão, a alface, etc.

Assim, o GARP dos itens mais econômicos e dos itens essenciais ao funcionamento dos restaurantes tende a ser superior ao GARP dos demais itens, quando o cenário é de restrição orçamentária.

Os resultados evidenciam que, em um mesmo registro de preços, os itens estão distribuídos nas diferentes categorias (muito insatisfatória, insatisfatória, regular, satisfatória e muito satisfatória), não havendo uma uniformidade na qualidade da previsão de demanda dos produtos. Mesmo que não haja restrições orçamentárias, essa é uma situação normal na realidade do DGR, de acordo com os entrevistados, pois se trabalha com uma grande variedade de itens que possuem características diversas. Por exemplo, enquanto determinados itens certamente serão comprados por serem de uso contínuo no cardápio, outros itens são previstos para serem utilizados em condições específicas, tais como a ocorrência de eventos na universidade, a disponibilidade de equipamento(s) em condição de uso para processar o insumo, a disponibilidade de outro(s) insumo(s) em estoque quando é necessário o uso conjunto de materiais no preparo de uma receita, etc.

Tem a possibilidade de fornecimento de refeições para eventos realizados na universidade, inclusive nos finais de semana. Então, alguns produtos são registrados somente para atender a estes eventos (ENTREVISTADO A).

Têm alguns itens que, atualmente, eu nem peço por não ter condições de utilizá-los, porque tínhamos a previsão de ir para a cozinha nova, de o serviço ser prestado de outra maneira. Então você registra, mas acaba não usando. Para esses itens, normalmente, estimo uma quantidade pequena (ENTREVISTADO C).

Sob esse prisma, é fundamental aferir o GARP por item, para que seja possível mapear o comportamento da previsão de demanda de cada produto no transcurso do tempo e, conseqüentemente, identificar os itens cujos parâmetros de previsão precisam ser revistos e adotar as medidas necessárias. O GARP da licitação é uma informação muito genérica, sendo difícil seu uso como instrumento de melhora gradativa do planejamento da contratação pública (aspecto quantitativo).

Por exemplo, o indicador por item evidencia os seguintes aspectos da previsão de demanda no DGR, conforme dados constantes nas tabelas 10, 11 e 12:

- a) **Seções de Nutrição e da Unidade de Alegre-ES:** as estimativas têm se concentrado em um dos extremos. Na Seção de Nutrição, tem prevalecido a categoria “muito satisfatória” para os gêneros alimentícios e as carnes e derivados (43% e 40% do total de itens, respectivamente), enquanto os hortifrutigranjeiros apresentam resultado inverso (36% do total de itens enquadram-se na categoria “muito insatisfatória”). Na Seção da Unidade de Alegre-ES, há a polarização na categoria “muito insatisfatória” nos três objetos estudados (50%, 56% e 50% do total de itens de gêneros alimentícios, de carnes e derivados e de hortifrutigranjeiros, respectivamente), sendo este dado um indicativo de alerta para este requisitante em relação ao procedimento de prever demanda nas licitações para registro de preços; e
- b) **Seção da Unidade de São Mateus-ES:** a previsão de demanda dos gêneros alimentícios apresenta resultado semelhante ao da Seção da Unidade de Alegre-ES, isto é, concentração dos itens na categoria “muito insatisfatória” (42% do total de itens). Já no caso das carnes e derivados e dos hortifrutigranjeiros, verifica-se que a maior parte dos itens dividem-se entre os dois extremos; assim na categoria “muito insatisfatória” estão 30% (carne e derivados) e 27% (hortifrutigranjeiros) do total de itens, enquanto na categoria “muito satisfatória” estão 27% (carne e derivados) e 26% (hortifrutigranjeiros) do total de itens.

Por meio do gráfico 4, é possível concluir que a parcela de materiais registrados pelo DGR que não atinge, ao menos, a faixa “satisfatória”, é majoritária

nos três objetos analisados na presente pesquisa. Isto é, 60% dos itens de gêneros alimentícios, 61% dos itens de carnes e derivados e 73% dos itens de hortifrutigranjeiros estão nesta situação, o que indica um baixo grau de exatidão da previsão de demanda. Os hortifrutigranjeiros merecem atenção especial nesse ponto, uma vez que 57% dos seus produtos não alcançam, sequer, a categoria “regular”.

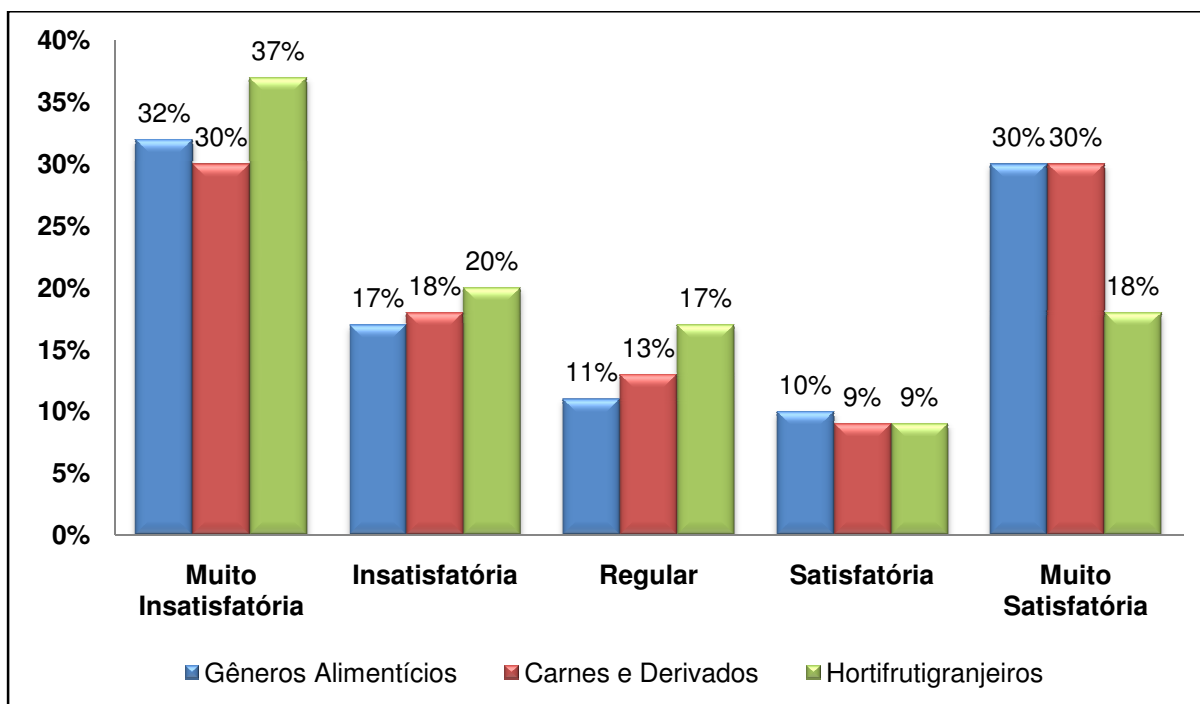


Gráfico 4 – Previsão de demanda no DGR: percentual de itens por categoria.

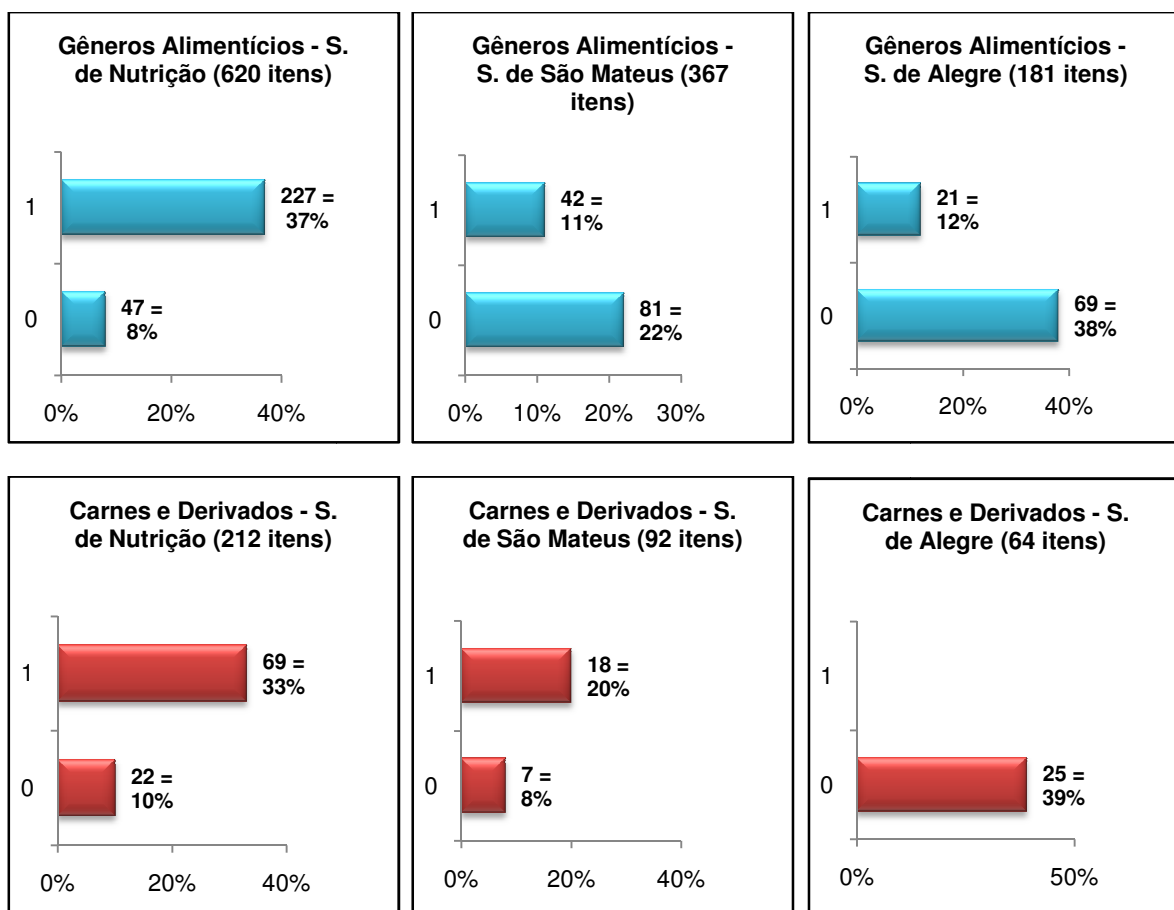
Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 10, 11 e 12.

Estendendo a análise proposta no gráfico 4 para os requisitantes, a partir dos dados das tabelas 10, 11 e 12, constata-se a presença majoritária de itens na categoria “regular” ou abaixo desta em todos os casos, com exceção dos gêneros alimentícios da Seção de Nutrição, que têm 53% dos produtos distribuídos entre as faixas “satisfatória – 10%” e “muito satisfatória – 43%”. Por exemplo, as carnes e derivados e os hortifrutigranjeiros requisitados pela Seção da Unidade de Alegre-ES apresentam percentuais bastante elevados de itens na categoria “regular” ou abaixo desta, 89% e 84% dos itens, respectivamente. Portanto, um indicativo de alerta para a Seção da Unidade de Alegre-ES em relação ao procedimento de prever demanda nas licitações para registro de preços.

De acordo com os entrevistados A e B, alguns fornecedores reagem negativamente ao fato do quantitativo requisitado estar bastante abaixo do

quantitativo registrado, e entram em contato com o órgão quando o vencimento do registro de preços se aproxima, tentando aumentar o volume de requisições. Os entrevistados esclarecem que o pedido do fornecedor é deferido somente se for coerente com a necessidade de suprimento do restaurante, prevalecendo o interesse público.

A aplicação do indicador item a item traz outra informação relevante: (i) o quantitativo de itens com GARP igual a “0”, que ocorre quando nenhuma unidade do produto registrado foi adquirida; e (ii) o quantitativo de itens com GARP igual a “1”, que ocorre quando todas as unidades do item registrado foram compradas. O gráfico 5 compila estas informações, por objeto licitado e por requisitante:



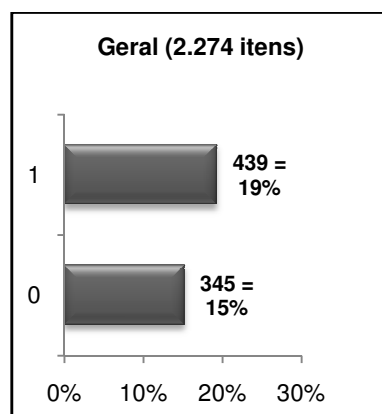
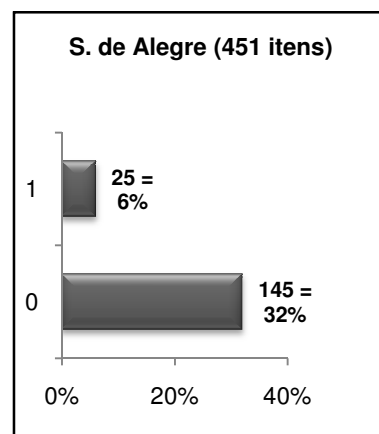
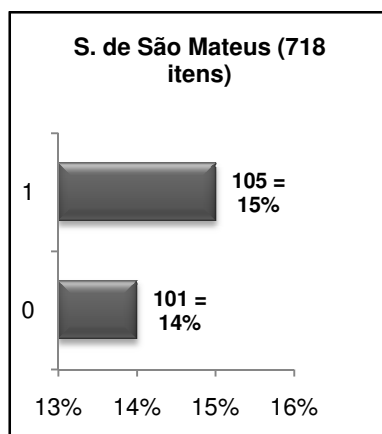
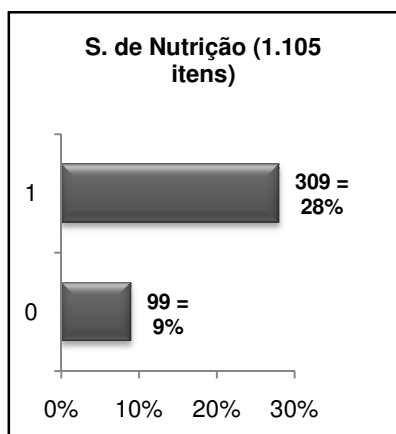
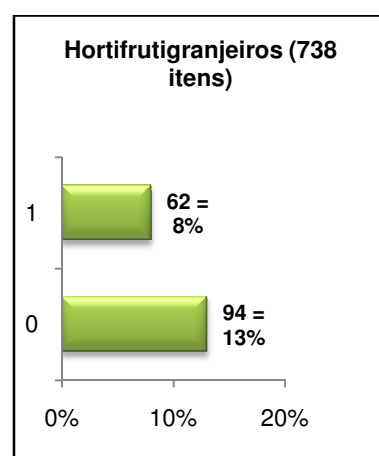
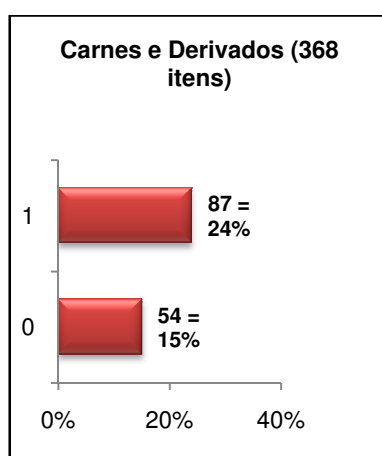
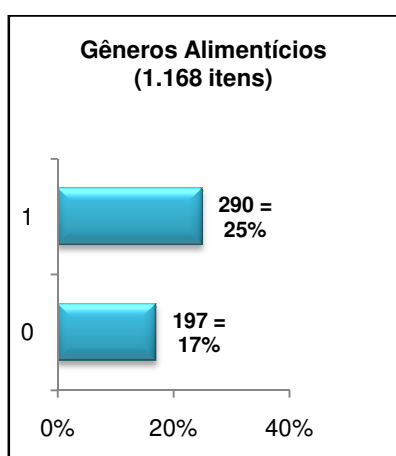
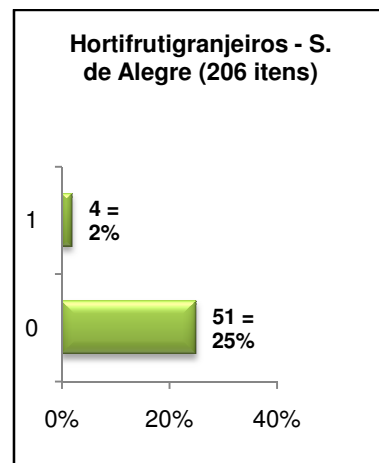
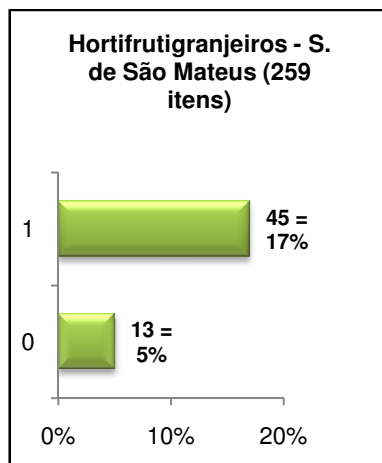
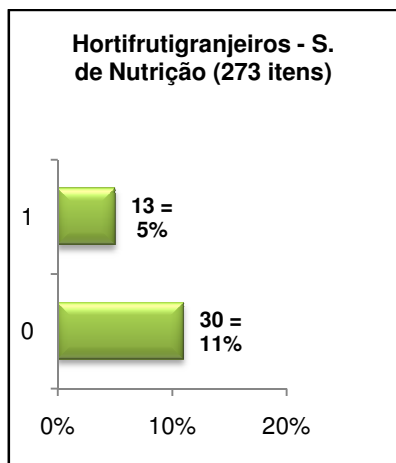


Gráfico 5 – Previsão de demanda no DGR: percentual de itens com GARP igual a “0” e a “1”.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 15 a 22, 24 a 34, e 36 a 43 (Apêndice B – Seção 8.2).

No caso estudado, os hortifrutigranjeiros apresentam maior ocorrência de itens cujo registro de preços não foi utilizado, tendo os menores percentuais de itens com GARP igual a “0” e a “1” entre os três objetos estudados, 13% no primeiro caso e 8% no segundo. Já nos gêneros alimentícios e nas carnes e derivados, verifica-se o predomínio dos itens em que o quantitativo registrado foi esgotado, 25% contra 17% e 24% contra 15%, respectivamente.

Quanto à análise dos requisitantes, as Seções de Nutrição e da Unidade de Alegre-ES têm resultados opostos. Enquanto na primeira ocorre, a menor, incidência de itens sem requisição de compra (9%) e, a maior, incidência de itens com quantitativos esgotados (28%), na segunda ocorre o contrário com os percentuais de 32% e 6%, respectivamente. Esse fato coaduna-se com a colocação exposta anteriormente, qual seja, a Seção de Nutrição trabalha com uma acurácia maior e um erro menor na estrutura do DGR, no que se refere à previsão de demanda

Inclusive, observando os gráficos individualizados de cada objeto, verifica-se que apenas na Seção da Unidade de Alegre-ES há a ampla maioria de itens com GARP igual a “0”, quando comparado com os itens com GARP igual a “1”, seja nos gêneros alimentícios, nas carnes e derivados ou nos hortifrutigranjeiros. Ou seja, para esse recorte de pesquisa, é mais comum encontrar produtos sem requisição de compra do que produtos com quantitativos esgotados. Portanto, outro indicativo de alerta para a Seção da Unidade de Alegre-ES em relação ao procedimento de prever demanda nas licitações para registro de preços.

Por seu turno, a análise geral do DGR indica que mais de um terço dos produtos registrados têm a previsão de demanda categorizada nos extremos, 15% com o indicador igual a “0” e 19% com o indicador igual a “1”, sendo este um número relevante no universo de produtos registrados pelo departamento.

De modo geral, as análises efetuadas evidenciam a necessidade de os requisitantes do DGR reverem os parâmetros das previsões de demanda dos insumos utilizados no preparo de refeições nos restaurantes, quando da elaboração do termo de referência, tendo em vista que o indicador proposto retratou a seguinte realidade: **acurácia da previsão baixa e erro de previsão elevado**. Nessa empreitada, complexa por natureza, o requisitante necessita fazer uma série de

questionamentos, dentre os quais este estudo destaca: **Os itens enquadrados nas categorias “muito insatisfatória”, “insatisfatória” ou “regular” no último registro de preços, podem ter seus quantitativos reduzidos no próximo registro de preços para o mesmo objeto? Os materiais do último registro de preços que não tiveram nenhuma requisição de compra (GARP = 0) são necessários ao restaurante? Estes precisam ser licitados novamente?**

Qualificar a maior parte dos itens na faixa de previsão de demanda “satisfatória”, no mínimo, com a obtenção de GARP superior a 0,60 por produto, parece ser um bom objetivo inicial a ser perseguido no processo de melhora gradativa do planejamento da contratação no DGR (aspecto quantitativo).

Obviamente, esta pesquisa não traz uma crítica ao planejamento dos quantitativos no DGR, até porque foi possível verificar a elevada complexidade do planejamento da contratação de um restaurante universitário, um processo impactado por múltiplas variáveis, muitas destas de difícil controle e previsibilidade pelo agente executor do planejamento. Pelo contrário, o estudo é propositivo, no sentido de sugerir uma ferramenta que viabilize a qualificação contínua do planejamento da contratação no DGR em seu aspecto quantitativo, algo que demonstra sua relevância e aplicabilidade, sendo viável e aconselhável a adoção da ferramenta por outros órgãos públicos brasileiros, seja da esfera federal, estadual ou municipal.

A ocorrência de erros nas previsões de demanda não é um problema em si, pois, de acordo com Arnold (2012), os erros são inevitáveis e devem ser esperados. Entretanto, é fundamental que as organizações trabalhem para diminuir esse erro de forma perene. Nesse cenário, esta dissertação disponibiliza uma ferramenta para acompanhamento e controle da previsão de demanda em registros de preços, afinal, “não pode haver controle sem planejamento e os planos perdem sua influência sem controles de acompanhamento” (MINTZBERG, 2006 apud SILVA e GONÇALVES, 2011, p. 464).

Além da adoção do GARP e da sua escala de análise pelo DGR, a partir de sistemas informatizados, com base nas entrevistas, sugere-se as seguintes medidas complementares à universidade: (i) disponibilizar cursos e treinamentos para as nutricionistas do departamento sobre planejamento e elaboração de termo de referência, preferencialmente, nos períodos do ano em que os restaurantes não

servem refeições (por exemplo, quando os alunos estão de férias), possibilitando que as nutricionistas possam partilhar conjuntamente o aprendizado e trocar experiências entre si; e (ii) aperfeiçoar a gestão integrada das informações da instituição, de modo que as nutricionistas do DGR tenham acesso facilitado a informações que influenciam na previsão de demanda dos insumos utilizados nos restaurantes (por exemplo, número de alunos amparados pela assistência estudantil que entraram e que deixaram a universidade, número de alunos não amparados pela assistência estudantil que entraram e que deixaram a universidade, número de vagas por curso e perspectiva de expansão ou retração destas, taxa de ocupação das vagas ofertadas por curso, taxa de evasão por curso, programação de eventos em cada um dos *campi* da UFES, etc).

Conclui-se, com o posicionamento unânime dos entrevistados A, B e C, no sentido de valorizar o planejamento como um meio indispensável para que todo o processo de contratação pública seja bem executado, isto é, com o termo de referência redigido adequadamente e refletindo a real necessidade do órgão, a licitação conduzida com transparência e isonomia, a participação de fornecedores idôneos no certame, a obtenção de preços justos e econômicos ao término da licitação, a correta execução e fiscalização do objeto e, por fim, a prestação de um serviço público de qualidade para a sociedade.

5.3 Propostas de pesquisas futuras

Como sugestão de pesquisas futuras esta dissertação traz duas propostas.

A primeira proposta consiste em estudar um indicador que confronte a quantidade total efetivamente comprada (quantitativos empenhados) e a quantidade total efetivamente entregue (quantitativos liquidados). Possivelmente, um indicador de comportamento similar ao GARP, obtido com base na seguinte fórmula: **quantidade total liquidada** dividido pela **quantidade total empenhada**.

Esse parâmetro permitiria verificar o grau de adimplência dos fornecedores registrados em relação às solicitações de compra dos órgãos públicos. De modo

que: (i) quanto mais próximo de “0”, menor a adimplência; e (ii) quanto mais próximo de “1”, maior a adimplência.

Inclusive, é possível pesquisar a relação entre este indicador e o GARP.

A segunda proposta é checar se os produtos sem requisição de compra durante a vigência do registro de preços (GARP = 0) se repetem entre os requisitantes do DGR e/ou nos sucessivos registros de preços. Caso positivo, caberia o questionamento acerca da necessidade de manter o insumo no *mix* de produtos registrados pelo departamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estimar o quantitativo de insumos que deverá ser comprado, visando à manutenção do suprimento, é uma tarefa complexa por natureza e indispensável a todas as organizações.

Nesse contexto, os órgãos públicos brasileiros dispõem de uma ferramenta muito interessante, prevista na legislação vigente, no sentido de facilitar a previsão de demanda no setor público, o SRP. No registro de preços é possível proceder à contratação para execução em parcela única ou em várias parcelas, bem como é facultativa a contratação do objeto que, se ocorrer, poderá abranger o quantitativo total ou parcial registrado.

A partir da realidade supracitada, esta pesquisa propôs, como produto final, uma ferramenta (indicador e escala de análise) para aferir a acurácia da previsão de demanda dos materiais licitados por meio do SRP. O registro de preços possibilita a criação de “folgas” nos quantitativos estimados pelos órgãos públicos, “folgas” estas que são primordiais mediante o cenário de incertezas. Porém, as quantidades superestimadas devem ser evitadas, pois podem: (i) gerar uma falsa expectativa de lucro nos potenciais fornecedores; e (ii) inibir a participação de uma fatia de mercado que não tem condições de honrar com o fornecimento nos quantitativos estimados.

Assim, os quantitativos dos materiais licitados pelos órgãos públicos brasileiros precisam ser obtidos através de critérios metodológicos objetivos, mesmo que o certame se destine à formação de registro de preços.

Propôs-se, como indicador, o GARP, obtido pela divisão entre a quantidade total efetivamente comprada e a quantidade total registrada. Um indicador que apresenta variação entre “0 e 1”, do tipo “quanto maior, melhor”, isto é, quanto mais próximo de “1”, maior a acurácia da previsão e menor o erro de previsão. Enquanto o **GARP igual a “0”** indica que nenhuma unidade do produto registrado foi adquirida, o **GARP igual a “1”** significa que todas as unidades do item registrado foram compradas.

Para análise do indicador foi prevista a escala constante na figura 1 (Seção 3.3), dividida em cinco categorias que indicam a qualidade da previsão de demanda:

(i) muito insatisfatória ($0,00 \geq \text{GARP} \leq 0,20$); (ii) insatisfatória ($0,20 > \text{GARP} \leq 0,40$); (iii) regular ($0,40 > \text{GARP} \leq 0,60$); (iv) satisfatória ($0,60 > \text{GARP} \leq 0,80$); e (v) muito satisfatória ($0,80 > \text{GARP} \leq 1,00$).

O GARP e sua escala de análise, produto final deste estudo, constituem uma ferramenta simples, de fácil implementação e interpretação, mas com grande potencial informativo em termos de acompanhamento e controle da acurácia da previsão de demanda em registros de preços, isto é, um instrumento para medir a aproximação entre o planejado e o real, entre os quantitativos registrados e os quantitativos efetivamente adquiridos, sendo o controle fundamental para a realização de ajustes, correções e revisões no planejamento no transcurso do tempo, num ciclo de melhora contínua.

Entretanto, são limitações da ferramenta: (i) contribui na gestão da demanda ao passo que identifica as estimativas superdimensionadas somente, não identificando as estimativas subdimensionadas a princípio; e (ii) questões de difícil previsibilidade, como as greves e o contingenciamento do orçamento, diminuem o valor preditivo da ferramenta.

Nesta pesquisa, foi estudado o caso do DGR, setor responsável pela gestão dos restaurantes da UFES (restaurantes de Goiabeiras, Maruípe, São Mateus-ES, Alegre-ES e Jerônimo Monteiro-ES). Enfocou-se as licitações para registro de preços de itens de consumo utilizados diretamente no preparo de refeições nos restaurantes da universidade, isto é, gêneros alimentícios, carnes e derivados, e hortifrutigranjeiros.

Os três objetos analisados são requisitados pela Seção de Nutrição para atender aos restaurantes de Goiabeiras e Maruípe, pela Seção da Unidade de São Mateus-ES para atender ao restaurante de São Mateus-ES, e pela Seção da Unidade de Alegre-ES para atender aos restaurantes de Alegre-ES e Jerônimo Monteiro-ES. Ou seja, estas três Seções participam diretamente da etapa de planejamento da contratação de gêneros alimentícios, carnes e derivados, e hortifrutigranjeiros no DGR.

Basicamente, o planejamento é iniciado com a detecção da necessidade de suprimento. Posteriormente, o aspecto qualitativo do planejamento é definido pela Seção de Nutrição (especificações dos produtos, condições de fornecimento e

período de vigência do registro de preços), cabendo às outras Seções adotarem as especificações dos produtos de sua necessidade e, se necessário, proporem eventuais ajustes nestas, no sentido de adequar o registro de preços à realidade da unidade a ser atendida e de evitar o desperdício de recursos públicos. Concluído o aspecto qualitativo, inicia-se o aspecto quantitativo do planejamento, foco deste estudo, em que as Seções de Nutrição, da Unidade de São Mateus-ES e da Unidade de Alegre-ES estimam, separadamente, os quantitativos de cada item especificado para atender todo o período de vigência do registro de preços. As quantidades de um mesmo produto demandadas pelos diferentes requisitantes não são somadas, mas previstas em itens separados (um item para cada requisitante).

Todo esse processo de planejamento é documentado através do termo de referência, que deve ser avaliado pela Direção do DGR para sequência dos trâmites.

A previsão de demanda no DGR utiliza técnicas quantitativas e qualitativas, portanto, dados numéricos (objetivos) e não numéricos (subjetivos), respectivamente. Por meio de entrevistas, as nutricionistas responsáveis pelas três Seções colocam, entre os entraves que dificultam o procedimento de prever demanda em um restaurante universitário, a sazonalidade de comensais dentro do período letivo e entre períodos letivos, a ocorrência de eventos não programados na universidade, e a possibilidade de paralisação das atividades nos casos de greve. Mediante questões de difícil controle e previsibilidade, as nutricionistas entrevistadas valorizam o registro de preços como um meio de incorporar “folgas” aos quantitativos estimados, diminuindo a probabilidade de ocorrer falta de insumos no futuro.

Observa-se através da análise do GARP, que as quantidades estimadas nos registros de preços do DGR não refletem a real necessidade de suprimento do departamento, tendo em vista que o indicador proposto retratou a seguinte realidade: **acurácia da previsão baixa e erro de previsão elevado**. A seguir, alguns dados que corroboram com a presente análise:

- a) dos três objetos, apenas os gêneros alimentícios têm a previsão de demanda categorizada como “satisfatória – 0,60”, mesmo assim, no limite inferior da referida categoria. A previsão de demanda dos demais objetos é tida como “regular”, mediante a obtenção dos indicadores 0,49 (carnes e derivados) e 0,41 (hortifrutigranjeiros);

- b) estendendo a análise, com a individualização dos objetos por requisitante, tem-se que a Seção de Nutrição apresenta a melhor previsão de demanda nos três objetos, quando comparada com as outras Seções. Os gêneros alimentícios da Seção de Nutrição são os únicos que alcançam a faixa “satisfatória – 0,66”. Nas Seções da Unidade de São Mateus-ES e da Unidade de Alegre-ES, com exceção dos gêneros alimentícios da segunda, qualificado como “regular – 0,48”, os demais objetos enquadram-se na categoria “insatisfatória”;
- c) portanto, a análise dos objetos sem a individualização item a item, demonstra que a faixa “muito satisfatória” não tem sido alcançada no DGR;
- d) nos registros de preços mais recentes de cada um dos objetos, a análise do GARP indica acurácia da previsão baixa e erro de previsão elevado;
- e) com a individualização item a item, é possível concluir que os produtos estão distribuídos nas diferentes categorias, não havendo uma uniformidade na qualidade da previsão de demanda dos produtos;
- f) a maioria dos produtos tem a previsão de demanda qualificada como “regular” ou abaixo desta categoria, isto é, 60% dos itens de gêneros alimentícios (702 produtos de 1.168), 61% dos itens de carnes e derivados (224 produtos de 368) e 73% dos itens de hortifrutigranjeiros (541 produtos de 738). Analisando por requisitante, esse resultado se repete em todos os objetos, com exceção dos gêneros alimentícios da Seção de Nutrição, que têm 53% dos produtos distribuídos entre as faixas “satisfatória – 10%” e “muito satisfatória – 43%”, reforçando o exposto no “tópico (b)”;
- g) na Seção da Unidade de Alegre-ES, há a ampla maioria de produtos sem requisição de compra (GARP = 0), em comparação com os produtos com quantitativos esgotados (GARP = 1), seja nos gêneros alimentícios, nas carnes e derivados, ou nos hortifrutigranjeiros.

Desse modo, considerando que as quantidades estimadas nos registros de preços do DGR não refletem a real necessidade de suprimento do departamento, conclui-se que os requisitantes do DGR precisam rever os parâmetros das previsões de demanda dos insumos utilizados no preparo de refeições nos restaurantes, quando da elaboração do termo de referência. Nos resultados da pesquisa, sugere-se como meta inicial, a qualificação da maior parte dos itens na faixa de previsão de

demanda “satisfatória”, no mínimo, objetivando a melhora gradativa do planejamento da contratação no DGR em seu aspecto quantitativo.

Esta pesquisa sugere a aplicação do seu produto final (indicador e escala de análise) pelo DGR por meio de TICs, além de recomendar as seguintes medidas complementares à UFES: (i) disponibilizar cursos e treinamentos para as nutricionistas do departamento sobre planejamento e elaboração de termo de referência, preferencialmente, nos períodos do ano em que os restaurantes não servem refeições; e (ii) aperfeiçoar a gestão integrada das informações da instituição, de modo que as nutricionistas do DGR tenham acesso facilitado a informações que influenciam na previsão de demanda dos insumos utilizados nos restaurantes.

O GARP e sua escala de análise não são uma ferramenta de uso exclusivo de um órgão, sendo viável e aconselhável, a sua adoção por outros órgãos públicos brasileiros, seja da esfera federal, estadual ou municipal. Inclusive, no longo prazo, é possível pensar nesta informação como um parâmetro que possa ser visualizado por toda a sociedade no Portal de Compras do Governo Federal, abarcando todos os órgãos públicos federais brasileiros. Assim, além de contribuir para a qualificação do aspecto quantitativo do planejamento da contratação pública, o produto final desta dissertação terá condições de contribuir para a transparência e a prestação de contas no setor público brasileiro.

7 REFERÊNCIAS

ACKOFF, R. L. **Planejamento empresarial**. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (Brasil). Parecer Jurídico nº 940/2014-AGU/PGF/PF/UFES, de 14 de outubro de 2014. Analisa a minuta do edital de pregão eletrônico nº 15/2014, art. 9º, inciso II, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005.

ARLBJORN, J. S; FREYTAG P. V. Public procurement vs private purchasing: is there any foundation for comparing and learning across the sectors? **International Journal of Public Sector Management**, v. 25, n. 3, p. 203–220, 2012.

ARNOLD, J. R. T. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2012.

BAILY, P. et al. **Compras: princípios e administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BERGMAN, M. A.; LUNDBERG, S. Tender evaluation and supplier selection methods in public procurement. **Journal of Purchasing and Supply Management**, v. 19, n. 2, p. 73–83, 2013.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

BORGO, I. A. **UFES: 40 anos de história**. 2. ed. Vitória: Edufes, 2014.

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, method, applications**: a report to the Balaton Group. Winnipeg: IISD, 1999.

BOWERSOX, D. J; CLOSS, D. J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. 10. ed. reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

BRAGA, E. Comprasnet: o site da transparência das compras governamentais. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 6., 2001, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2001. 5 p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Institui um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgando, sob a proteção de Deus, a Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. _____. Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes

políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 fev. 1967.

____. Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. ____, ____, 9 ago. 2000.

____. Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001 (revogado). Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. ____, ____, 20 set. 2001.

____. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. ____, ____, 1º jun. 2005.

____. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. ____, ____, 24 jan. 2013.

____. Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014. Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. ____, ____, 26 mai. 2014.

____. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. ____, ____, 15 dez. 2006.

____. Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. ____, ____, 13 abr. 1987.

____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. ____, ____, 22 jun. 1993 e 6 jul. 1994.

____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. ____, ____, 18 jul. 2002.

____. Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. _____, _____, 16 dez. 2010.

BRESSER PEREIRA, L. C; SPINK, P. K. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CARVALHO, C. H. S. **Os efeitos do sistema de registro de preços nas compras públicas**: estudo de caso da secretaria municipal de obras, serviços básicos e habitação da cidade de Manaus. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO, H. B. Modalidades de licitação: uma interpretação teleológica. **Revista Direito em Ação**, v. 8, n. 1, p. 185–200, 2012.

CHING, H. Y. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**: supply chain. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (Brasil). Cartilha sobre Sistema de Registro de Preços: perguntas e respostas, 2014.

COSTA, A. L. Sistema de compras privadas e públicas no Brasil. **Revista de Administração da USP**, v. 35, n. 4, p. 119–128, 2000.

DAL FORNO, A. J. et al. Erro de previsões, sistemas e desempenho do processo de previsão de demanda: resultados iniciais da aplicação de *survey* em empresas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 33., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador, 2013. 13 p.

DING, M.; ROSS JR., W. T.; RAO, V. R. Price as an indicator of quality: implications for utility and demand functions. **Journal of Retailing**, v. 86, n. 1, p. 69–84, 2010.

DINIZ, E. H. et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 23–48, 2009.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011

DRUKER, P. F. **Prática de administração de empresas**. São Paulo: Pioneira, 1962.

FAVARETTO, F. Impacto das incertezas da previsão da demanda no planejamento detalhado da produção. **P&D em Engenharia de Produção**, v. 10, n. 1, p. 101–108, 2012.

FEIJÓ, C. A. V. C. A firma em um ambiente inflacionário: uma visão pós-keynesiana. **Análise Econômica**, v. 11, n. 19, p. 122–135, 1993.

FERNANDES, C. P. **Histórias do trabalho em um restaurante universitário: entre conversas, panelas e temperos**. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

FERREIRA, D. F. L. **Aspecto quantitativo do planejamento da contratação pública**. 2015. Entrevista concedida a Halisson Golffetto da Veiga, São Mateus, 29 mai. 2015.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GUIMARÃES, T. A. et al. Forecasting core competencies in a R&D environment. **R & D Management**, v. 31, n. 3, p. 249-255, 2001.

HADDAD, M. R. **O Restaurante Central como mecanismo de assistência estudantil: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo**. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

HAWKINS, T. G.; GRAVIER, M. J.; POWLEY, E. H. Public versus private sector procurement ethics and strategy: what each sector can learn from the other. **Journal of Business Ethics**, v. 103, n. 4, p. 567–586, 2011.

HEINRITZ, S. F.; FARREL P. V. **Compras: princípios e aplicações**. São Paulo: Atlas, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil).
www.ibge.gov.br.

JUND, S. **Administração financeira e orçamentária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

____. **Curso de direito administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

KASSAI, J. R. Conciliação entre a TIR e ROI: uma abordagem matemática e contábil do retorno do investimento. **Caderno de Estudos – FIECAFI**, n. 14, p. 1–29, 1996.

KASTANIOTI, C. et al. Public procurement of health technologies in Greece in an era of economic crisis. **Health Policy**, v. 109, n. 1, p. 7–13, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, H. L. **Licitação e contrato administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2006.

MENDES, R. G. **O processo de contratação pública: fases, etapas e atos**. Curitiba: Zênite, 2012.

MOTTA, C. P. C. **Eficácia nas licitações e contratos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

NUNES, J.; LUCENA, R. L.; SILVA, O. G. Vantagens e desvantagens do pregão na gestão de compras no setor público: o caso da FUNASA – PB. **Revista de Serviço Público**, v. 58, n.2, p. 227-243, 2007.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, O. J.; GONÇALVES, G. L. M. R. O registro de preços no procedimento licitatório brasileiro. **Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania**, v. 2, n.1, p. 1-51, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

PAULUS JR., A. Gerenciamento de recursos materiais em unidades de saúde. **Revista Espaço para a Saúde**, v. 7, n. 1, p. 30–45, 2005.

PEREIRA JR., J. T.; DOTTI, M. R. O manejo do registro de preços e o compromisso com a eficiência. **Revista do Tribunal de Contas da União (TCU)**, v. 42, n. 118, p. 65–76, 2010.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER K. L. Survey research methodology in management information systems: an assessment. **Journal of Management Information Systems**, v. 10, n. 2, p. 75–105, 1993.

PIZETTA, L. C. **Aspecto quantitativo do planejamento da contratação pública**. 2015. Entrevista concedida a Halisson Golfetto da Veiga, Vitória, 28 mai. 2015.

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (Brasil).
www.comprasgovernamentais.gov.br.

REIS, P. S. M. O planejamento das licitações e o pregão. **Informativo do Instituto Negócios Públicos sobre Compras Públicas**, edição especial, p. 125–134, 2014-2015.

ROSSETTO, M. et al. Técnicas qualitativas de previsão de demanda: um estudo multicasos com empresas do ramo de alimentos. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8., 2011, Resende. **Anais...** Resende, 2011. 11 p.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Brasil). Instrução Normativa nº 6, de 25 de julho de 2014. Dispõe sobre o remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 jul. 2014.

_____. Relatório de Informações Gerenciais de Contratações e Compras Públicas (janeiro a março de 2014), 2014.

SILVA, F. A.; GONÇALVES, C. A. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. **Rev. Adm. UFSM**, v. 4, n. 3, p. 458–476, 2011.

SILVEIRA, E. S. et al. Análise do processo de compras do setor público: o caso da Prefeitura Municipal de Dourados/MS. **Revista de Administração IMED**, v. 2, n. 3, p. 158–171, 2012.

SPITZCOVSKY, C. **Direito administrativo**. 7. ed. Bauru: Damásio de Jesus, 2005.

TADELIS, S. Public procurement design: lessons from the private sector. **International Journal of Industrial Organization**, v. 30, n. 3, p. 297–302, 2012.

TEIXEIRA, H. J.; FILHO, L. P. P.; NASCIMENTO, F. Concentração de compras e melhoria da qualidade do gasto público no Brasil. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 8., 2015, Brasília. **Anais...** Brasília, 2015. 31 p.

TURBINO, D. F. **Planejamento e controle da produção: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Brasil). Portaria nº 398, de 20 de dezembro de 1967, da Reitoria da UFES. Regulamenta o funcionamento do Restaurante da Universidade (RU).

_____. Resolução nº 36, de 29 de outubro de 2009, do Conselho Universitário da UFES. Estabelece os valores para as refeições dos Restaurantes Universitários da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

_____. Resolução nº 8, de 10 de abril de 2014, _____. Aprova a reestruturação organizacional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), conforme anexo à Resolução. Cessa os efeitos da Resolução nº. 01/1992 do Conselho e os efeitos das demais Resoluções do Conselho que se tratam da estrutura organizacional da UFES, exceto no que se refere aos Cargos de Direção (CD) e às Funções Gratificadas (FG) que não sofreram alteração em sua nomenclatura.

____. Resolução nº 30, de 26 de junho de 2014, _____. Autoriza o Restaurante Universitário a servir refeições aos filhos(as) de estudantes devidamente cadastrados no Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com idade de até 06 (seis) anos e 11 (onze) meses de idade, acompanhados(as) do pai ou da mãe, pelo mesmo valor estabelecido para estes.

____. Resolução nº 56, de 12 de dezembro de 2014, _____. Estabelece o valor das refeições praticado pelos Restaurantes Universitários dos *campi* da UFES para usuários externos.

____. www.ufes.br.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VIANNA, G. R. P. **Aspecto quantitativo do planejamento da contratação pública**. 2015. Entrevista concedida a Halisson Golfetto da Veiga, Alegre, 27 mai. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. reimp. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAN, G. L.; SELLITTO, M. A. Técnicas de previsão de demanda: um estudo de caso triplo com dados de venda de materiais eletro-mecânicos. **Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 4, n. 3, p. 95–106, 2007.

8 APÊNDICES

8.1 Apêndice A: roteiro para entrevista semiestruturada

8.1.1 Apresentação

Esta entrevista trata do aspecto quantitativo do planejamento da contratação pública, enfocando as licitações para registros de preços.

Considerando a aplicação da pesquisa no Departamento de Gestão de Restaurantes (DGR) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), propõe-se a entrevista dos responsáveis pelos setores de nutrição dos diversos restaurantes da universidade, na condição de requisitantes da maioria das compras no departamento.

8.1.2 Questões

QUESTÃO 01) A universidade já disponibilizou algum curso/treinamento sobre a temática de planejamento das contratações públicas e elaboração de termo de referência para você? Em termos de disseminação do conhecimento, como você avalia a ferramenta de cursos/treinamentos?

QUESTÃO 02) Como funciona o planejamento das compras no restaurante (etapas, atores envolvidos, etc)?

QUESTÃO 03) Como instrumento de planejamento da demanda, quais são os pontos fortes do SRP?

QUESTÃO 04) Como instrumento de planejamento da demanda, quais são os pontos fracos do SRP?

QUESTÃO 05) Quais são os principais fatores considerados na definição dos quantitativos dos itens que terão preços registrados, quando da elaboração do termo de referência?

QUESTÃO 06) Quais são as principais dificuldades verificadas na definição dos quantitativos dos itens que terão preços registrados, quando da elaboração do termo de referência?

QUESTÃO 07) Qual é o impacto dos seguintes quesitos no planejamento da demanda no restaurante?

- a) Sazonalidade de comensais;
- b) Contingenciamento do orçamento federal; e
- c) Possíveis greves.

QUESTÃO 08) Qual a importância dos sistemas informatizados para a previsão de demanda no restaurante?

QUESTÃO 09) Quando a demanda prevista não se confirma, ficando bastante acima da demanda efetiva, qual comportamento tem sido percebido por parte dos fornecedores registrados?

QUESTÃO 10) Em síntese, qual a importância do planejamento da contratação pública?

8.2 Apêndice B: análise detalhada do GARP

8.2.1 Gêneros alimentícios

Tabela 14 – Visão geral (gêneros alimentícios).

Requisitante	Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda
S. Nutrição	1.030.072	1.554.496	0,66	Satisfatória
S. São Mateus	122.632	329.625	0,37	Insatisfatória
S. Alegre	85.258	175.844	0,48	Regular
Geral	1.237.962	2.059.965	0,60	Satisfatória

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 15 a 22.

Tabela 15 – Pregão eletrônico nº 02/2009-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
5.600	9.000	0,62	Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
60	180	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
24.020	36.000	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
900	900	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.500	1.500	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
70	600	0,12	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
75	150	0,50	Regular	S. Nutrição
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
408	600	0,68	Satisfatória	S. Nutrição
2.700	6.000	0,45	Regular	S. Nutrição
700	2.100	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
600	1.200	0,50	Regular	S. Nutrição
800	900	0,89	Muito Satisfatória	S. Nutrição
500	600	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
9.500	12.000	0,79	Satisfatória	S. Nutrição
5.500	6.000	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
220	300	0,73	Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 15 – Pregão eletrônico nº 02/2009-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
12	12	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
380	600	0,63	Satisfatória	S. Nutrição
400	600	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
600	1.800	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
300	600	0,50	Regular	S. Nutrição
244	300	0,81	Muito Satisfatória	S. Nutrição
450	450	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
500	600	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
720	720	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	1.800	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
1.500	1.500	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
550	2.160	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
980	1.080	0,91	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.080	1.080	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
60	180	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12	12	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12	12	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.500	1.500	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
50	180	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
15	90	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
87.286	118.974	0,73	Satisfatória	S. Nutrição
87.286	118.974	0,73	Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 16 – Pregão eletrônico nº 21/2009-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
13.000	18.000	0,72	Satisfatória	S. Nutrição
150	600	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
70	240	0,29	Insatisfatória	S. Nutrição
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
72.000	72.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12.000	12.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
500	1.800	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
370	600	0,62	Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
400	1.200	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
1.100	3.600	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição
1.400	3.000	0,47	Regular	S. Nutrição

Tabela 16 – Pregão eletrônico nº 21/2009-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
66	288	0,23	Insatisfatória	S. Nutrição
300	1.200	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
100	1.200	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
430	1.200	0,36	Insatisfatória	S. Nutrição
1	12	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
5	12	0,42	Regular	S. Nutrição
0	12	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
83	300	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
90	120	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
900	3.600	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
1.600	3.600	0,44	Regular	S. Nutrição
4.800	4.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12	12	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
8	12	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
900	2.400	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
900	2.400	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
680	1.200	0,57	Regular	S. Nutrição
4.900	12.000	0,41	Regular	S. Nutrição
2.450	3.000	0,82	Muito Satisfatória	S. Nutrição
550	600	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.120	1.200	0,93	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.220	1.800	0,68	Satisfatória	S. Nutrição
700	1.200	0,58	Regular	S. Nutrição
790	1.200	0,66	Satisfatória	S. Nutrição
24.000	24.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
9.000	12.000	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
15	60	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
90	360	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
500	600	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
90	240	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
1.500	2.400	0,63	Satisfatória	S. Nutrição
720	720	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
820	1.200	0,68	Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
237	1.200	0,20	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
186	600	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição
24	24	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 16 – Pregão eletrônico nº 21/2009-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
315	600	0,53	Regular	S. Nutrição
900	900	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.440	1.440	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
900	3.600	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
250	3.000	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
4.320	4.320	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
11	12	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.560	2.160	0,72	Satisfatória	S. Nutrição
2.400	7.200	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
840	2.160	0,39	Insatisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
30	360	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
4.800	7.200	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
500	1.200	0,42	Regular	S. Nutrição
110	240	0,46	Regular	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12	12	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12	24	0,50	Regular	S. Nutrição
20	24	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12	12	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
70	180	0,39	Insatisfatória	S. Nutrição
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
193.439	248.736	0,78	Satisfatória	S. Nutrição
193.439	248.736	0,78	Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 17 – Pregão eletrônico nº 03/2011-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
7.200	7.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
27.000	27.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
4.200	4.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
270	270	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
30	30	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
360	360	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 17 – Pregão eletrônico nº 03/2011-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
360	360	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
4	30	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1	18	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
4	30	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
720	720	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
900	900	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
18	30	0,60	Regular	S. Nutrição
30	30	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
900	900	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.500	2.100	0,71	Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
900	900	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
7.800	7.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
5.400	5.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
160	600	0,27	Insatisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12	12	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
60	120	0,50	Regular	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
360	360	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
420	420	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
355	810	0,44	Regular	S. Nutrição
390	540	0,72	Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 17 – Pregão eletrônico nº 03/2011-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
16.200	16.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3	3	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
450	450	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
486	486	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
360	360	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.700	2.700	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.000	2.400	0,42	Regular	S. Nutrição
0	30	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3	3	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3	3	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
13	18	0,72	Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
111.730	114.951	0,97	Muito Satisfatória	S. Nutrição
111.730	114.951	0,97	Muito Satisfatória	S. Nutrição Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 18 – Pregão eletrônico nº 01/2012-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
9.000	9.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	3.000	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
20	60	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
100	300	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
25.400	30.000	0,85	Muito Satisfatória	S. Nutrição
4.000	12.000	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
100	270	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
200	360	0,56	Regular	S. Nutrição
200	900	0,22	Insatisfatória	S. Nutrição
200	1.200	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
570	1.200	0,48	Regular	S. Nutrição
750	1.200	0,63	Satisfatória	S. Nutrição
200	900	0,22	Insatisfatória	S. Nutrição
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
190	360	0,53	Regular	S. Nutrição
350	360	0,97	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	2	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	2	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	600	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	120	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 18 – Pregão eletrônico nº 01/2012-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
40	120	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
90	120	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
800	900	0,89	Muito Satisfatória	S. Nutrição
80	180	0,44	Regular	S. Nutrição
20.000	36.000	0,56	Regular	S. Nutrição
450	600	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
1.200	2.400	0,50	Regular	S. Nutrição
800	1.200	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
4	9	0,44	Regular	S. Nutrição
0	3	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	360	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
340	900	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
280	480	0,58	Regular	S. Nutrição
2.800	4.200	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
900	2.700	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
200	900	0,22	Insatisfatória	S. Nutrição
500	1.200	0,42	Regular	S. Nutrição
200	600	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
300	480	0,63	Satisfatória	S. Nutrição
7.000	9.000	0,78	Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
4	6	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
20	180	0,11	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
30	300	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
40	480	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
40	480	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	480	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
100	480	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
40	480	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
500	1.500	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
180	420	0,43	Regular	S. Nutrição
5.040	7.200	0,70	Satisfatória	S. Nutrição
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
135	180	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
0	180	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
6	6	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
100	300	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
600	720	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	720	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	1.200	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
100	300	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
200	1.200	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
120	720	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
160	240	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
525	720	0,73	Satisfatória	S. Nutrição
40	300	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	480	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
640	1.200	0,53	Regular	S. Nutrição
165	540	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição

Tabela 18 – Pregão eletrônico nº 01/2012-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
205	720	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
9.580	16.200	0,59	Regular	S. Nutrição
12	12	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
510	540	0,94	Muito Satisfatória	S. Nutrição
350	3.000	0,12	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	360	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
200	600	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
200	540	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
200	540	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
200	540	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
200	540	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
10	60	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	2.700	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	1.800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	600	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	600	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
5	30	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
300	600	0,50	Regular	S. Nutrição
200	900	0,22	Insatisfatória	S. Nutrição
0	3	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
3	9	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
950	1.500	0,63	Satisfatória	S. Nutrição
0	48	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	48	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
107.434	184.534	0,58	Regular	S. Nutrição
107.434	184.534	0,58	Regular	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 19 – Pregão eletrônico nº 03/2012-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
1.800	2.400	0,75	Satisfatória	S. São Mateus
300	900	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
20	30	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
40	90	0,44	Regular	S. São Mateus
3.300	12.000	0,28	Insatisfatória	S. São Mateus
770	3.000	0,26	Insatisfatória	S. São Mateus
50	60	0,83	Muito Satisfatória	S. São Mateus
50	90	0,56	Regular	S. São Mateus
150	240	0,63	Satisfatória	S. São Mateus
90	270	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
95	270	0,35	Insatisfatória	S. São Mateus
80	240	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
40	90	0,44	Regular	S. São Mateus
40	90	0,44	Regular	S. São Mateus

Tabela 19 – Pregão eletrônico nº 03/2012-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
3	3	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
3	3	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
90	180	0,50	Regular	S. São Mateus
15	30	0,50	Regular	S. São Mateus
10	30	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
15	30	0,50	Regular	S. São Mateus
20	60	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
100	240	0,42	Regular	S. São Mateus
90	180	0,50	Regular	S. São Mateus
160	600	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
160	300	0,53	Regular	S. São Mateus
3	6	0,50	Regular	S. São Mateus
3	6	0,50	Regular	S. São Mateus
10	90	0,11	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
95	270	0,35	Insatisfatória	S. São Mateus
60	150	0,40	Insatisfatória	S. São Mateus
300	1.200	0,25	Insatisfatória	S. São Mateus
150	600	0,25	Insatisfatória	S. São Mateus
20	60	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
80	240	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
85	300	0,28	Insatisfatória	S. São Mateus
60	180	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
50	150	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
1.000	2.400	0,42	Regular	S. São Mateus
1.050	1.800	0,58	Regular	S. São Mateus
2	6	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
10	42	0,24	Insatisfatória	S. São Mateus
40	90	0,44	Regular	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
20	120	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
120	360	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
60	150	0,40	Insatisfatória	S. São Mateus
560	2.100	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
20	30	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
20	30	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
30	42	0,71	Satisfatória	S. São Mateus
2	3	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
20	90	0,22	Insatisfatória	S. São Mateus
120	180	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
80	180	0,44	Regular	S. São Mateus
120	270	0,44	Regular	S. São Mateus
40	90	0,44	Regular	S. São Mateus
90	300	0,30	Insatisfatória	S. São Mateus
60	180	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
35	60	0,58	Regular	S. São Mateus
120	180	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
0	90	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus

Tabela 19 – Pregão eletrônico nº 03/2012-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
90	270	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
41	180	0,23	Insatisfatória	S. São Mateus
1.630	3.600	0,45	Regular	S. São Mateus
2	3	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
90	120	0,75	Satisfatória	S. São Mateus
240	720	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
30	90	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
50	150	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
40	120	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
0	12	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
240	600	0,40	Insatisfatória	S. São Mateus
75	420	0,18	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1	6	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
60	150	0,40	Insatisfatória	S. São Mateus
80	240	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
2	6	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
3	6	0,50	Regular	S. São Mateus
3	3	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
3	3	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
140	360	0,39	Insatisfatória	S. São Mateus
16	24	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
8	24	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
15.230	41.658	0,37	Insatisfatória	S. São Mateus
15.230	41.658	0,37	Insatisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 20 – Pregão eletrônico nº 21/2012-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
15.600	15.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
4.400	8.400	0,52	Regular	S. Nutrição
80	180	0,44	Regular	S. Nutrição
65	90	0,72	Satisfatória	S. Nutrição
330	480	0,69	Satisfatória	S. Nutrição
45.000	45.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
16.200	16.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
360	360	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
250	1.500	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
3.150	3.600	0,88	Muito Satisfatória	S. Nutrição
980	1.200	0,82	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.100	2.100	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
250	900	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 20 – Pregão eletrônico nº 21/2012-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2	2	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1	2	0,50	Regular	S. Nutrição
270	720	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
132	132	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
80	180	0,44	Regular	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.400	2.100	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
60	240	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
200	240	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.500	1.500	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.500	1.500	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
9	9	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	3	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
400	600	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
2.100	2.100	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
100	600	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.100	1.200	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
200	900	0,22	Insatisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
18.000	18.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12.000	12.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
15	30	0,50	Regular	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
500	600	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
500	600	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
500	600	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.500	1.500	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12.000	12.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
200	600	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
2	6	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
50	300	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
900	1.200	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 20 – Pregão eletrônico nº 21/2012-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
900	1.200	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
540	990	0,55	Regular	S. Nutrição
50	300	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
380	480	0,79	Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.080	1.080	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.120	1.320	0,85	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
10	18	0,56	Regular	S. Nutrição
479	480	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.400	8.400	0,76	Satisfatória	S. Nutrição
800	1.200	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
500	600	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
400	600	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
420	420	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
15	30	0,50	Regular	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
400	600	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
3	3	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1	6	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	9	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
5.400	5.400	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	1.500	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	30	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
40	180	0,22	Insatisfatória	S. São Mateus
7.200	15.000	0,48	Regular	S. São Mateus
2.500	3.000	0,83	Muito Satisfatória	S. São Mateus
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
122	180	0,68	Satisfatória	S. São Mateus
450	450	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
130	480	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
326	480	0,68	Satisfatória	S. São Mateus
230	480	0,48	Regular	S. São Mateus
0	360	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
15	150	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
15	150	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	2	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	3	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus

Tabela 20 – Pregão eletrônico nº 21/2012-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	2	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
12	90	0,13	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
48	90	0,53	Regular	S. São Mateus
360	360	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	12	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
4	12	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
2	6	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
20	150	0,13	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
220	240	0,92	Muito Satisfatória	S. São Mateus
830	1.200	0,69	Satisfatória	S. São Mateus
180	600	0,30	Insatisfatória	S. São Mateus
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
340	480	0,71	Satisfatória	S. São Mateus
180	480	0,38	Insatisfatória	S. São Mateus
80	300	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
50	240	0,21	Insatisfatória	S. São Mateus
3.350	6.000	0,56	Regular	S. São Mateus
3.100	5.400	0,57	Regular	S. São Mateus
2	12	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
20	120	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
90	210	0,43	Regular	S. São Mateus
20	210	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
40	210	0,19	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
20	210	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	210	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
140	240	0,58	Regular	S. São Mateus
1.250	3.000	0,42	Regular	S. São Mateus
30	60	0,50	Regular	S. São Mateus
20	60	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
90	90	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2	6	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
150	150	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
240	300	0,80	Satisfatória	S. São Mateus
30	540	0,06	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
150	150	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
270	540	0,50	Regular	S. São Mateus
60	300	0,20	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
8	180	0,04	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
45	180	0,25	Insatisfatória	S. São Mateus

Tabela 20 – Pregão eletrônico nº 21/2012-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
400	480	0,83	Muito Satisfatória	S. São Mateus
70	180	0,39	Insatisfatória	S. São Mateus
200	240	0,83	Muito Satisfatória	S. São Mateus
360	360	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2	18	0,11	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	1.110	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
24	24	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
18	18	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
960	960	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
70	192	0,36	Insatisfatória	S. São Mateus
0	150	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	12	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
150	210	0,71	Satisfatória	S. São Mateus
0	360	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2	6	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
2	6	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
0	6	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
4	6	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
192.584	208.213	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
32.963	60.043	0,55	Regular	S. São Mateus
225.547	268.256	0,84	Muito Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 21 – Pregão eletrônico nº 06/2013-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
18.090	20.000	0,90	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.040	4.800	0,43	Regular	S. Nutrição
150	240	0,63	Satisfatória	S. Nutrição
20	480	0,04	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
60.000	60.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
16.000	24.000	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
720	800	0,90	Muito Satisfatória	S. Nutrição
560	640	0,88	Muito Satisfatória	S. Nutrição
661	2.800	0,24	Insatisfatória	S. Nutrição
197	3.200	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.080	3.200	0,65	Satisfatória	S. Nutrição
250	1.600	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição

Tabela 21 – Pregão eletrônico nº 06/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
360	640	0,56	Regular	S. Nutrição
480	640	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
0	16	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
6	16	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
60	1.600	0,04	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
95	320	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição
100	240	0,42	Regular	S. Nutrição
400	400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3	16	0,19	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.800	3.200	0,56	Regular	S. Nutrição
600	800	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
1.393	2.400	0,58	Regular	S. Nutrição
410	2.400	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
115	240	0,48	Regular	S. Nutrição
120	400	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição
80	160	0,50	Regular	S. Nutrição
16	16	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1	16	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
560	560	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.000	2.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
800	800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
5.600	5.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.350	4.800	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
310	2.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.200	2.400	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	1.600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.280	1.280	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
17.800	24.000	0,74	Satisfatória	S. Nutrição
6.185	24.000	0,26	Insatisfatória	S. Nutrição
74	80	0,93	Muito Satisfatória	S. Nutrição
84	240	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
120	480	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
570	1.600	0,36	Insatisfatória	S. Nutrição
300	1.600	0,19	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
200	1.600	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
200	1.600	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
220	1.600	0,14	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
665	2.400	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
1.150	1.280	0,90	Muito Satisfatória	S. Nutrição
13.600	20.000	0,68	Satisfatória	S. Nutrição
800	800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
400	400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
200	400	0,50	Regular	S. Nutrição
11	16	0,69	Satisfatória	S. Nutrição
380	480	0,79	Satisfatória	S. Nutrição
2.000	2.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.000	2.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
200	960	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
960	960	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 21 – Pregão eletrônico nº 06/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
295	2.000	0,15	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	480	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
10	160	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
200	480	0,42	Regular	S. Nutrição
650	1.200	0,54	Regular	S. Nutrição
2.000	2.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.180	1.200	0,98	Muito Satisfatória	S. Nutrição
840	1.200	0,70	Satisfatória	S. Nutrição
1.815	2.800	0,65	Satisfatória	S. Nutrição
36	40	0,90	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.390	4.800	0,71	Satisfatória	S. Nutrição
450	800	0,56	Regular	S. Nutrição
1.150	1.600	0,72	Satisfatória	S. Nutrição
500	1.600	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição
100	1.600	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
400	1.600	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
0	1.600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
160	160	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
5.600	5.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
850	1.600	0,53	Regular	S. Nutrição
0	800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.280	1.280	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	1.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	16	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
5	16	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição
5	16	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição
2.150	4.000	0,54	Regular	S. Nutrição
4.440	8.000	0,56	Regular	S. São Mateus
0	2.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	80	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
85	240	0,35	Insatisfatória	S. São Mateus
10.680	20.000	0,53	Regular	S. São Mateus
4.400	5.600	0,79	Satisfatória	S. São Mateus
320	320	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
580	800	0,73	Satisfatória	S. São Mateus
12	800	0,02	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
480	800	0,60	Regular	S. São Mateus
460	800	0,58	Regular	S. São Mateus
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
80	80	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	4	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	4	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
40	240	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
33	80	0,41	Regular	S. São Mateus
40	80	0,50	Regular	S. São Mateus

Tabela 21 – Pregão eletrônico nº 06/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
160	160	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	4	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
400	400	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
140	160	0,88	Muito Satisfatória	S. São Mateus
557	1.200	0,46	Regular	S. São Mateus
430	640	0,67	Satisfatória	S. São Mateus
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
180	240	0,75	Satisfatória	S. São Mateus
800	800	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
400	400	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.540	2.000	0,77	Satisfatória	S. São Mateus
590	800	0,74	Satisfatória	S. São Mateus
110	800	0,14	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
490	800	0,61	Satisfatória	S. São Mateus
145	400	0,36	Insatisfatória	S. São Mateus
70	400	0,18	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
6.410	8.000	0,80	Muito Satisfatória	S. São Mateus
5.200	8.000	0,65	Satisfatória	S. São Mateus
10	16	0,63	Satisfatória	S. São Mateus
10	160	0,06	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
110	160	0,69	Satisfatória	S. São Mateus
20	280	0,07	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
20	280	0,07	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
20	280	0,07	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	280	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	280	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	800	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
400	400	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2.300	4.000	0,58	Regular	S. São Mateus
16	160	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
160	160	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
160	160	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
5	8	0,63	Satisfatória	S. São Mateus
280	400	0,70	Satisfatória	S. São Mateus
720	720	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
210	320	0,66	Satisfatória	S. São Mateus
120	400	0,30	Insatisfatória	S. São Mateus
60	720	0,08	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
200	400	0,50	Regular	S. São Mateus
59	160	0,37	Insatisfatória	S. São Mateus
80	80	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
300	320	0,94	Muito Satisfatória	S. São Mateus
800	800	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
50	240	0,21	Insatisfatória	S. São Mateus
320	320	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus

Tabela 21 – Pregão eletrônico nº 06/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
400	400	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
435	640	0,68	Satisfatória	S. São Mateus
0	1.440	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
105	160	0,66	Satisfatória	S. São Mateus
25	320	0,08	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
60	320	0,19	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
160	160	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
23	40	0,58	Regular	S. São Mateus
1.220	1.280	0,95	Muito Satisfatória	S. São Mateus
45	280	0,16	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	400	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
9	16	0,56	Regular	S. São Mateus
320	320	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
420	800	0,53	Regular	S. São Mateus
690	8.000	0,09	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	2.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	80	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
230	240	0,96	Muito Satisfatória	S. Alegre
17.850	20.000	0,89	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	5.600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
80	320	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
101	240	0,42	Regular	S. Alegre
440	800	0,55	Regular	S. Alegre
18	800	0,02	Muito Insatisfatória	S. Alegre
200	800	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
430	800	0,54	Regular	S. Alegre
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
39	80	0,49	Regular	S. Alegre
130	400	0,33	Insatisfatória	S. Alegre
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	4	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	4	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	80	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	80	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
128	160	0,80	Satisfatória	S. Alegre
0	4	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
230	400	0,58	Regular	S. Alegre
400	400	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
600	800	0,75	Satisfatória	S. Alegre
350	400	0,88	Muito Satisfatória	S. Alegre
30	120	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
35	120	0,29	Insatisfatória	S. Alegre
35	120	0,29	Insatisfatória	S. Alegre

Tabela 21 – Pregão eletrônico nº 06/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
400	400	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
210	400	0,53	Regular	S. Alegre
1.370	2.000	0,69	Satisfatória	S. Alegre
585	800	0,73	Satisfatória	S. Alegre
240	800	0,30	Insatisfatória	S. Alegre
369	800	0,46	Regular	S. Alegre
400	400	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
80	400	0,20	Muito Insatisfatória	S. Alegre
3.300	8.000	0,41	Regular	S. Alegre
3.000	8.000	0,38	Insatisfatória	S. Alegre
23	32	0,72	Satisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	280	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	280	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	280	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	280	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	280	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
270	400	0,68	Satisfatória	S. Alegre
0	4.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
80	320	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
5	40	0,13	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
720	720	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
360	480	0,75	Satisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
720	720	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
10	160	0,06	Muito Insatisfatória	S. Alegre
41	80	0,51	Regular	S. Alegre
40	240	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
100	320	0,31	Insatisfatória	S. Alegre
780	800	0,98	Muito Satisfatória	S. Alegre
30	240	0,13	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
280	400	0,70	Satisfatória	S. Alegre
175	640	0,27	Insatisfatória	S. Alegre
250	1.440	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre

Tabela 21 – Pregão eletrônico nº 06/2013-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
160	160	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
13	40	0,33	Insatisfatória	S. Alegre
1.280	1.280	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
60	280	0,21	Insatisfatória	S. Alegre
0	400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	16	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
100	960	0,10	Muito Insatisfatória	S. Alegre
193.632	290.104	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
49.644	87.532	0,57	Regular	S. São Mateus
37.707	87.276	0,43	Regular	S. Alegre
280.983	464.912	0,60	Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 22 – Pregão eletrônico nº 01/2014-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
1.800	5.600	0,32	Insatisfatória	S. Nutrição
14.960	25.000	0,60	Regular	S. Nutrição
40	200	0,20	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
137	960	0,14	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
6.720	32.000	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
36.770	80.000	0,46	Regular	S. Nutrição
1.170	2.000	0,59	Regular	S. Nutrição
166	640	0,26	Insatisfatória	S. Nutrição
678	3.600	0,19	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
250	4.000	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
338	4.000	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
350	2.000	0,18	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
188	800	0,24	Insatisfatória	S. Nutrição
80	640	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
80	640	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
15	32	0,47	Regular	S. Nutrição
270	2.000	0,14	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
37	400	0,09	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
22	1.000	0,02	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
77	400	0,19	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
378	800	0,47	Regular	S. Nutrição
485	5.000	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
692	3.200	0,22	Insatisfatória	S. Nutrição
1.200	3.200	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
158	480	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição

Tabela 22 – Pregão eletrônico nº 01/2014-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
1.007	3.200	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição
580	3.200	0,18	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
790	3.200	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
800	800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.590	4.800	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
275	640	0,43	Regular	S. Nutrição
6.475	7.200	0,90	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.680	6.400	0,26	Insatisfatória	S. Nutrição
232	4.000	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.790	3.200	0,56	Regular	S. Nutrição
0	1.600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
13.510	32.000	0,42	Regular	S. Nutrição
11.120	32.000	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
82	200	0,41	Regular	S. Nutrição
125	320	0,39	Insatisfatória	S. Nutrição
430	600	0,72	Satisfatória	S. Nutrição
525	2.000	0,26	Insatisfatória	S. Nutrição
170	2.000	0,09	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	2.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
180	2.000	0,09	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
140	2.000	0,07	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	40	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	2.800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.600	1.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
7.699	32.000	0,24	Insatisfatória	S. Nutrição
187	1.200	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
209	600	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
0	600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.800	2.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.320	2.800	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
590	1.200	0,49	Regular	S. Nutrição
100	480	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
760	1.200	0,63	Satisfatória	S. Nutrição
530	2.000	0,27	Insatisfatória	S. Nutrição
36	600	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
15	600	0,03	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
430	1.440	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição
530	1.600	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
650	1.600	0,41	Regular	S. Nutrição
1.079	3.200	0,34	Insatisfatória	S. Nutrição
19	120	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.550	3.200	0,48	Regular	S. Nutrição
830	5.200	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	960	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
260	1.600	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
200	2.000	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	2.000	0,05	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
182	2.000	0,09	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
138	2.000	0,07	Muito Insatisfatória	S. Nutrição

Tabela 22 – Pregão eletrônico nº 01/2014-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
0	24	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
20	800	0,03	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
50	560	0,09	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
518	5.200	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
30	800	0,04	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
20	360	0,06	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
60	560	0,11	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
860	1.600	0,54	Regular	S. São Mateus
90	640	0,14	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
30	560	0,05	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
60	560	0,11	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
240	560	0,43	Regular	S. São Mateus
30	560	0,05	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
14	240	0,06	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
31	200	0,16	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
110	800	0,14	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
35	480	0,07	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
145	480	0,30	Insatisfatória	S. São Mateus
320	1.200	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
11	80	0,14	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
470	1.600	0,29	Insatisfatória	S. São Mateus
0	1.360	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	360	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	360	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	360	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
230	320	0,72	Satisfatória	S. São Mateus
760	2.000	0,38	Insatisfatória	S. São Mateus
60	360	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2	40	0,05	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
80	480	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
370	2.000	0,19	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2	528	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
31	320	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
3	320	0,01	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	40	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
80	800	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
100	2.400	0,04	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
10	3.840	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
184	480	0,38	Insatisfatória	S. São Mateus
240	12.800	0,02	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	2.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
3.450	8.000	0,43	Regular	S. Alegre

Tabela 22 – Pregão eletrônico nº 01/2014-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
0	80	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
320	320	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	6.400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
16.560	24.000	0,69	Satisfatória	S. Alegre
637	640	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
36	240	0,15	Muito Insatisfatória	S. Alegre
360	960	0,38	Insatisfatória	S. Alegre
0	800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
39	480	0,08	Muito Insatisfatória	S. Alegre
150	320	0,47	Regular	S. Alegre
290	480	0,60	Satisfatória	S. Alegre
6	8	0,75	Satisfatória	S. Alegre
0	80	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
5	80	0,06	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	80	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
160	160	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
310	400	0,78	Satisfatória	S. Alegre
150	480	0,31	Insatisfatória	S. Alegre
30	120	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
370	480	0,77	Satisfatória	S. Alegre
370	480	0,77	Satisfatória	S. Alegre
564	1.200	0,47	Regular	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
150	160	0,94	Muito Satisfatória	S. Alegre
1.600	1.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
24	200	0,12	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.000	2.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
800	800	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
200	640	0,31	Insatisfatória	S. Alegre
340	800	0,43	Regular	S. Alegre
590	800	0,74	Satisfatória	S. Alegre
4.450	6.400	0,70	Satisfatória	S. Alegre
3.200	6.400	0,50	Regular	S. Alegre
30	32	0,94	Muito Satisfatória	S. Alegre
61	160	0,38	Insatisfatória	S. Alegre
60	160	0,38	Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
255	480	0,53	Regular	S. Alegre
3.020	4.000	0,76	Satisfatória	S. Alegre
60	480	0,13	Muito Insatisfatória	S. Alegre
190	320	0,59	Regular	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
720	720	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre

Tabela 22 – Pregão eletrônico nº 01/2014-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
720	720	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
320	320	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
32	160	0,20	Muito Insatisfatória	S. Alegre
57	80	0,71	Satisfatória	S. Alegre
40	240	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
320	320	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
18	240	0,08	Muito Insatisfatória	S. Alegre
117	320	0,37	Insatisfatória	S. Alegre
300	480	0,63	Satisfatória	S. Alegre
15	24	0,63	Satisfatória	S. Alegre
320	320	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	1.440	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
30	320	0,09	Muito Insatisfatória	S. Alegre
30	320	0,09	Muito Insatisfatória	S. Alegre
30	320	0,09	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
30	240	0,13	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.380	1.440	0,96	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	40	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
390	480	0,81	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
444	960	0,46	Regular	S. Alegre
70	240	0,29	Insatisfatória	S. Alegre
100	240	0,42	Regular	S. Alegre
3	16	0,19	Muito Insatisfatória	S. Alegre
28	120	0,23	Insatisfatória	S. Alegre
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
143.967	388.984	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
24.795	140.392	0,18	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
47.551	88.568	0,54	Regular	S. Alegre
216.313	617.944	0,35	Insatisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

8.2.2 Carnes e derivados

Tabela 23 – Visão geral (carnes e derivados).

Requisitante	Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda
S. Nutrição	1.023.074	1.845.000	0,55	Regular
S. São Mateus	114.516	302.140	0,38	Insatisfatória
S. Alegre	80.161	328.200	0,24	Insatisfatória
Geral	1.217.751	2.475.340	0,49	Regular

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 24 a 34.

Tabela 24 – Pregão eletrônico nº 12/2009-SRP.

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
7.200	7.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
24.000	24.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
30.000	30.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
9.000	9.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
18.000	18.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12.000	12.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12.000	12.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12.000	12.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
12.000	12.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
9.000	9.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
237.600	237.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
237.600	237.600	1,00	Muito Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 25 – Pregão eletrônico nº 06/2010-SRP.

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
3.200	7.200	0,44	Regular	S. Nutrição
9.050	24.000	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
4.000	6.000	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	4.800	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.150	3.600	0,32	Insatisfatória	S. Nutrição
9.650	24.000	0,40	Regular	S. Nutrição
3.550	18.000	0,20	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
7.400	18.000	0,41	Regular	S. Nutrição
350	1.800	0,19	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.750	3.600	0,49	Regular	S. Nutrição
900	1.200	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
880	1.200	0,73	Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.350	1.800	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
5.982	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.668	9.000	0,74	Satisfatória	S. Nutrição
2.100	3.000	0,70	Satisfatória	S. Nutrição
250	1.200	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
950	1.800	0,53	Regular	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
72.680	149.400	0,49	Regular	S. Nutrição
72.680	149.400	0,49	Regular	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 26 – Pregão eletrônico nº 08/2010-SRP.

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
1.800	4.800	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
2.450	3.600	0,68	Satisfatória	S. Nutrição
1.350	4.800	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
1.600	6.000	0,27	Insatisfatória	S. Nutrição
1.000	1.800	0,56	Regular	S. Nutrição
1.000	6.000	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.200	6.000	0,20	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	1.800	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
3.600	12.000	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.150	3.000	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
16.650	51.000	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
16.650	51.000	0,33	Insatisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 27 – Pregão eletrônico nº 08/2011-SRP.

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
0	7.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3.600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3.600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	30.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	6.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	6.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	4.800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
10.250	24.000	0,43	Regular	S. Nutrição
9.160	18.000	0,51	Regular	S. Nutrição
16.840	18.000	0,94	Muito Satisfatória	S. Nutrição
380	1.200	0,32	Insatisfatória	S. Nutrição
1.650	3.600	0,46	Regular	S. Nutrição
0	6.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3.600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	1.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.820	6.000	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
200	1.200	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
800	1.200	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
50	300	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
50	300	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	4.800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
9.000	9.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	1.800	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
500	1.200	0,42	Regular	S. Nutrição
800	1.800	0,44	Regular	S. Nutrição
600	1.200	0,50	Regular	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
63.800	181.200	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
63.800	181.200	0,35	Insatisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 28 – Pregão eletrônico nº 10/2011-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
4.200	7.200	0,58	Regular	S. Nutrição
1.500	3.600	0,42	Regular	S. Nutrição
699	3.600	0,19	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
17.000	30.000	0,57	Regular	S. Nutrição
4.700	6.000	0,78	Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.800	3.000	0,60	Regular	S. Nutrição
550	4.800	0,11	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.050	6.000	0,34	Insatisfatória	S. Nutrição

Tabela 28 – Pregão eletrônico nº 10/2011-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
900	3.600	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
100	600	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
100	1.200	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
200	600	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
4.800	4.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
44.599	81.000	0,55	Regular	S. Nutrição
44.599	81.000	0,55	Regular	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 29 – Pregão eletrônico nº 10/2012-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
7.200	7.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
20.600	30.000	0,69	Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
900	3.000	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição
3.500	3.600	0,97	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.440	3.600	0,96	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.950	3.600	0,82	Muito Satisfatória	S. Nutrição
150	600	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
100	1.200	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
5.100	6.000	0,85	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
150	600	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
9.600	16.800	0,57	Regular	S. Nutrição
0	1.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.350	1.800	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
990	1.440	0,69	Satisfatória	S. São Mateus
650	720	0,90	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2.250	6.000	0,38	Insatisfatória	S. São Mateus
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.100	1.200	0,92	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	600	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
300	720	0,42	Regular	S. São Mateus
1.430	4.800	0,30	Insatisfatória	S. São Mateus
2.670	3.600	0,74	Satisfatória	S. São Mateus
200	240	0,83	Muito Satisfatória	S. São Mateus
220	720	0,31	Insatisfatória	S. São Mateus
570	720	0,79	Satisfatória	S. São Mateus
200	720	0,28	Insatisfatória	S. São Mateus
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
170	240	0,71	Satisfatória	S. São Mateus
600	1.200	0,50	Regular	S. São Mateus
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
520	600	0,87	Muito Satisfatória	S. São Mateus

Tabela 29 – Pregão eletrônico nº 10/2012-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
20	120	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.700	3.360	0,51	Regular	S. São Mateus
1.060	3.360	0,32	Insatisfatória	S. São Mateus
360	360	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	360	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
148	240	0,62	Satisfatória	S. São Mateus
74.840	99.000	0,76	Satisfatória	S. Nutrição
17.678	34.260	0,52	Regular	S. São Mateus
92.518	133.260	0,69	Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 30 – Pregão eletrônico nº 15/2012-SRP.

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
24.000	24.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
18.000	18.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
200	600	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
100	300	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
16.800	16.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
74.400	75.000	0,99	Muito Satisfatória	S. Nutrição
74.400	75.000	0,99	Muito Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 31 – Pregão eletrônico nº 02/2013-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
13.450	13.600	0,99	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.500	6.400	0,55	Regular	S. Nutrição
46.550	56.000	0,83	Muito Satisfatória	S. Nutrição
11.550	12.000	0,96	Muito Satisfatória	S. Nutrição
10.600	12.000	0,88	Muito Satisfatória	S. Nutrição
5.700	6.400	0,89	Muito Satisfatória	S. Nutrição
5.900	6.400	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
30.538	48.000	0,64	Satisfatória	S. Nutrição
29.020	32.000	0,91	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.700	2.400	0,71	Satisfatória	S. Nutrição
6.400	6.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.400	0,94	Muito Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 31 – Pregão eletrônico nº 02/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
700	1.600	0,44	Regular	S. Nutrição
215	2.400	0,09	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.700	9.600	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
15.700	16.000	0,98	Muito Satisfatória	S. Nutrição
8.000	8.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
720	1.600	0,45	Regular	S. Nutrição
110	400	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
110	400	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
190	400	0,48	Regular	S. Nutrição
1.500	5.600	0,27	Insatisfatória	S. Nutrição
19.100	28.800	0,66	Satisfatória	S. Nutrição
15.510	28.800	0,54	Regular	S. Nutrição
240	2.400	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	2.400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.705	2.400	0,71	Satisfatória	S. Nutrição
690	1.600	0,43	Regular	S. Nutrição
0	8.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
806	4.000	0,20	Insatisfatória	S. Alegre
5.170	24.000	0,22	Insatisfatória	S. Alegre
5.860	8.000	0,73	Satisfatória	S. Alegre
2.360	6.400	0,37	Insatisfatória	S. Alegre
0	4.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.110	4.000	0,28	Insatisfatória	S. Alegre
400	24.000	0,02	Muito Insatisfatória	S. Alegre
5.940	12.000	0,50	Regular	S. Alegre
0	1.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
880	2.400	0,37	Insatisfatória	S. Alegre
660	4.000	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
10.030	12.000	0,84	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	8.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	240	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
150	240	0,63	Satisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
80	160	0,50	Regular	S. Alegre
0	800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
3.834	8.000	0,48	Regular	S. Alegre
0	4.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
150	200	0,75	Satisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
200	400	0,50	Regular	S. São Mateus
4.240	6.400	0,66	Satisfatória	S. São Mateus
1.280	1.280	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
4.520	12.800	0,35	Insatisfatória	S. São Mateus
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2.530	4.000	0,63	Satisfatória	S. São Mateus

Tabela 31 – Pregão eletrônico nº 02/2013-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
1.040	1.040	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.160	1.280	0,91	Muito Satisfatória	S. São Mateus
6.150	8.000	0,77	Satisfatória	S. São Mateus
2.180	2.400	0,91	Muito Satisfatória	S. São Mateus
320	320	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.280	1.280	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.280	1.280	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
320	320	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.280	1.280	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.620	2.400	0,68	Satisfatória	S. São Mateus
5.810	6.400	0,91	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2.930	4.000	0,73	Satisfatória	S. São Mateus
465	800	0,58	Regular	S. São Mateus
800	800	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
40	240	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
40	240	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
153	360	0,43	Regular	S. São Mateus
95	240	0,40	Insatisfatória	S. São Mateus
4.330	5.600	0,77	Satisfatória	S. São Mateus
2.530	5.600	0,45	Regular	S. São Mateus
1.280	1.280	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
85	320	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
360	360	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
238.098	321.200	0,74	Satisfatória	S. Nutrição
37.430	137.160	0,27	Insatisfatória	S. Alegre
51.198	73.600	0,70	Satisfatória	S. São Mateus
326.726	531.960	0,61	Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 32 – Pregão eletrônico nº 09/2013-SRP.

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
3.400	6.400	0,53	Regular	S. Nutrição
18.400	56.000	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
3.600	6.400	0,56	Regular	S. Nutrição
6.700	9.600	0,70	Satisfatória	S. Nutrição
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
5.450	12.000	0,45	Regular	S. São Mateus
1.720	2.400	0,72	Satisfatória	S. São Mateus
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
260	4.000	0,07	Muito Insatisfatória	S. Alegre
5.000	12.000	0,42	Regular	S. Alegre
0	2.400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
220	2.400	0,09	Muito Insatisfatória	S. Alegre
32.100	78.400	0,41	Regular	S. Nutrição
11.970	19.200	0,62	Satisfatória	S. São Mateus
5.480	20.800	0,26	Insatisfatória	S. Alegre
49.550	118.400	0,42	Regular	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 33 – Pregão eletrônico nº 20/2013-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
6.950	20.000	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
900	12.800	0,07	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
12.800	12.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
14.140	60.000	0,24	Insatisfatória	S. Nutrição
20.750	51.200	0,41	Regular	S. Nutrição
7.760	32.000	0,24	Insatisfatória	S. Nutrição
4.622	16.000	0,29	Insatisfatória	S. Nutrição
4.100	12.800	0,32	Insatisfatória	S. Nutrição
25.000	60.000	0,42	Regular	S. Nutrição
21.600	48.000	0,45	Regular	S. Nutrição
4.200	60.000	0,07	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
600	4.000	0,15	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.500	12.800	0,12	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
4.700	16.000	0,29	Insatisfatória	S. Nutrição
5.300	12.800	0,41	Regular	S. Nutrição
5.560	12.800	0,43	Regular	S. Nutrição
1.100	2.000	0,55	Regular	S. Nutrição
835	2.400	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
1.865	12.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
8.030	30.000	0,27	Insatisfatória	S. Nutrição
7.700	24.000	0,32	Insatisfatória	S. Nutrição
0	800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
480	2.000	0,24	Insatisfatória	S. Nutrição
0	400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
120	800	0,15	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	5.600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
550	2.400	0,23	Insatisfatória	S. Nutrição
0	2.400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	4.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
545	2.400	0,23	Insatisfatória	S. Nutrição
990	9.600	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
950	4.800	0,20	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
440	4.800	0,09	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
3.510	16.000	0,22	Insatisfatória	S. São Mateus
2.510	16.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2.840	8.000	0,36	Insatisfatória	S. São Mateus
820	4.800	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
3.780	12.000	0,32	Insatisfatória	S. São Mateus
2.770	10.000	0,28	Insatisfatória	S. São Mateus
1.080	15.000	0,07	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
760	1.600	0,48	Regular	S. São Mateus
0	4.800	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2.040	4.800	0,43	Regular	S. São Mateus
810	4.800	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.320	3.840	0,34	Insatisfatória	S. São Mateus
465	3.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
600	3.000	0,20	Muito Insatisfatória	S. São Mateus

Tabela 33 – Pregão eletrônico nº 20/2013-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
1.420	4.800	0,30	Insatisfatória	S. São Mateus
2.870	10.000	0,29	Insatisfatória	S. São Mateus
1.010	7.000	0,14	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
70	800	0,09	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
275	1.600	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
20	240	0,08	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
6	480	0,01	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
65	320	0,20	Insatisfatória	S. São Mateus
350	3.840	0,09	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.120	2.240	0,50	Regular	S. São Mateus
79	800	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.700	4.000	0,43	Regular	S. Alegre
880	3.200	0,28	Insatisfatória	S. Alegre
360	3.200	0,11	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.460	12.000	0,21	Insatisfatória	S. Alegre
3.700	16.000	0,23	Insatisfatória	S. Alegre
2.830	8.000	0,35	Insatisfatória	S. Alegre
740	3.200	0,23	Insatisfatória	S. Alegre
680	3.200	0,21	Insatisfatória	S. Alegre
2.200	12.000	0,18	Muito Insatisfatória	S. Alegre
3.254	16.000	0,20	Insatisfatória	S. Alegre
5.482	16.000	0,34	Insatisfatória	S. Alegre
0	1.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	3.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
580	3.200	0,18	Muito Insatisfatória	S. Alegre
120	3.200	0,04	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.940	3.200	0,61	Satisfatória	S. Alegre
190	400	0,48	Regular	S. Alegre
0	400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
5.080	16.000	0,32	Insatisfatória	S. Alegre
2.990	12.000	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
70	400	0,18	Muito Insatisfatória	S. Alegre
355	400	0,89	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	320	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	3.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
360	400	0,90	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	400	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
60	400	0,15	Muito Insatisfatória	S. Alegre
161.707	535.200	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição
32.970	159.280	0,21	Insatisfatória	S. São Mateus
36.031	146.240	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
230.708	840.720	0,27	Insatisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 34 – Pregão eletrônico nº 07/2014-SRP.

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
6.600	36.000	0,18	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
180	4.800	0,04	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
520	11.000	0,05	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.220	16.000	0,08	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	8.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
6.600	36.000	0,18	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
700	15.800	0,04	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.220	24.000	0,05	Muito Insatisfatória	S. Alegre
8.520	75.800	0,11	Muito Insatisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

8.2.3 Hortifrutigranjeiros

Tabela 35 – Visão geral (hortifrutigranjeiros).

Requisitante	Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda
S. Nutrição	1.060.421	2.403.396	0,44	Regular
S. São Mateus	242.333	694.488	0,35	Insatisfatória
S. Alegre	180.462	506.448	0,36	Insatisfatória
Geral	1.483.216	3.604.332	0,41	Regular

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das tabelas 36 a 43.

Tabela 36 – Pregão eletrônico nº 13/2012-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
5.460	6.000	0,91	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.300	3.600	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	1.200	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
0	1.800	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
4.400	4.800	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	9.000	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
5.450	9.000	0,61	Satisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
10.365	12.000	0,86	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.020	9.000	0,11	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
25.850	36.000	0,72	Satisfatória	S. Nutrição
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.865	3.600	0,52	Regular	S. Nutrição

Tabela 36 – Pregão eletrônico nº 13/2012-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
12.080	21.000	0,58	Regular	S. Nutrição
3.000	3.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
517	780	0,66	Satisfatória	S. Nutrição
131	240	0,55	Regular	S. Nutrição
4.200	4.800	0,88	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.960	3.600	0,82	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.250	2.400	0,52	Regular	S. Nutrição
0	120	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
610	3.600	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
517	780	0,66	Satisfatória	S. Nutrição
750	1.200	0,63	Satisfatória	S. Nutrição
4.500	6.000	0,75	Satisfatória	S. Nutrição
2.110	4.800	0,44	Regular	S. Nutrição
1.900	6.000	0,32	Insatisfatória	S. Nutrição
200	1.800	0,11	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.515	3.000	0,84	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.260	1.800	0,70	Satisfatória	S. Nutrição
11.260	12.000	0,94	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
4.920	9.000	0,55	Regular	S. Nutrição
12.000	12.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.720	6.000	0,45	Regular	S. Nutrição
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
4.800	4.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
20	300	0,07	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
20	300	0,07	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
30	300	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
650	2.400	0,27	Insatisfatória	S. Nutrição
10	300	0,03	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
6.000	6.000	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.335	1.800	0,74	Satisfatória	S. Nutrição
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
8.940	9.000	0,99	Muito Satisfatória	S. Nutrição
171.715	242.940	0,71	Satisfatória	S. Nutrição
171.715	242.940	0,71	Satisfatória	S. Nutrição Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 37 – Pregão eletrônico nº 19/2012-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
170	600	0,28	Insatisfatória	S. São Mateus
1.440	2.400	0,60	Regular	S. São Mateus
500	1.200	0,42	Regular	S. São Mateus
110	120	0,92	Muito Satisfatória	S. São Mateus

Tabela 37 – Pregão eletrônico nº 19/2012-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
160	600	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
1.760	1.800	0,98	Muito Satisfatória	S. São Mateus
58	60	0,97	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.950	2.700	0,72	Satisfatória	S. São Mateus
0	1.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.400	1.500	0,93	Muito Satisfatória	S. São Mateus
120	300	0,40	Insatisfatória	S. São Mateus
4.800	4.800	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
515	900	0,57	Regular	S. São Mateus
1.938	2.400	0,81	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.077	1.080	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
171	210	0,81	Muito Satisfatória	S. São Mateus
37	60	0,62	Satisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.485	1.500	0,99	Muito Satisfatória	S. São Mateus
465	660	0,70	Satisfatória	S. São Mateus
247	480	0,51	Regular	S. São Mateus
11	30	0,37	Insatisfatória	S. São Mateus
15	18	0,83	Muito Satisfatória	S. São Mateus
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
169	210	0,80	Muito Satisfatória	S. São Mateus
580	600	0,97	Muito Satisfatória	S. São Mateus
420	420	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
180	180	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.300	1.500	0,87	Muito Satisfatória	S. São Mateus
360	480	0,75	Satisfatória	S. São Mateus
285	720	0,40	Insatisfatória	S. São Mateus
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2.670	2.700	0,99	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
900	900	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.885	1.920	0,98	Muito Satisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
680	720	0,94	Muito Satisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
150	150	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
560	660	0,85	Muito Satisfatória	S. São Mateus
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
500	1.500	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
225	240	0,94	Muito Satisfatória	S. São Mateus
420	600	0,70	Satisfatória	S. São Mateus
1.780	3.600	0,49	Regular	S. São Mateus
34.913	45.438	0,77	Satisfatória	S. São Mateus
34.913	45.438	0,77	Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 38 – Pregão eletrônico nº 28/2012-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
8.650	15.000	0,58	Regular	S. Nutrição
3.000	10.800	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
3.900	9.000	0,43	Regular	S. Nutrição
140	2.700	0,05	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	2.700	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
4.860	10.800	0,45	Regular	S. Nutrição
345	600	0,58	Regular	S. Nutrição
6.504	12.000	0,54	Regular	S. Nutrição
5.900	12.000	0,49	Regular	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
12.300	15.000	0,82	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
500	12.000	0,04	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
12.100	54.000	0,22	Insatisfatória	S. Nutrição
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.740	3.600	0,48	Regular	S. Nutrição
15.050	30.000	0,50	Regular	S. Nutrição
1.740	4.800	0,36	Insatisfatória	S. Nutrição
525	1.080	0,49	Regular	S. Nutrição
200	300	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
6.680	9.000	0,74	Satisfatória	S. Nutrição
4.720	6.000	0,79	Satisfatória	S. Nutrição
4.370	6.000	0,73	Satisfatória	S. Nutrição
300	4.800	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
28	120	0,23	Insatisfatória	S. Nutrição
14	300	0,05	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.130	4.800	0,24	Insatisfatória	S. Nutrição
525	1.080	0,49	Regular	S. Nutrição
1.500	2.100	0,71	Satisfatória	S. Nutrição
5.250	9.000	0,58	Regular	S. Nutrição
2.310	7.800	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição
200	9.000	0,02	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.150	4.800	0,45	Regular	S. Nutrição
1.340	3.600	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
6.250	18.000	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
4.130	6.000	0,69	Satisfatória	S. Nutrição
5.270	12.000	0,44	Regular	S. Nutrição
14.330	15.000	0,96	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.400	9.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2	60	0,03	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.200	4.800	0,46	Regular	S. Nutrição
9.380	10.800	0,87	Muito Satisfatória	S. Nutrição
230	300	0,77	Satisfatória	S. Nutrição
240	300	0,80	Satisfatória	S. Nutrição
225	480	0,47	Regular	S. Nutrição
1.150	3.600	0,32	Insatisfatória	S. Nutrição
80	300	0,27	Insatisfatória	S. Nutrição
5.850	9.000	0,65	Satisfatória	S. Nutrição
1.460	4.800	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição

Tabela 38 – Pregão eletrônico nº 28/2012-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
820	4.800	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
11.890	24.000	0,50	Regular	S. Nutrição
172.878	391.980	0,44	Regular	S. Nutrição
172.878	391.980	0,44	Regular	S. Nutrição Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 39 – Pregão eletrônico nº 01/2013-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
235	600	0,39	Insatisfatória	S. São Mateus
1.980	3.000	0,66	Satisfatória	S. São Mateus
1.440	1.440	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.800	1.800	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2.010	3.600	0,56	Regular	S. São Mateus
670	1.200	0,56	Regular	S. São Mateus
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
7.200	7.200	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2.880	2.880	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.540	2.400	0,64	Satisfatória	S. São Mateus
210	210	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
960	960	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2.100	2.400	0,88	Muito Satisfatória	S. São Mateus
585	660	0,89	Muito Satisfatória	S. São Mateus
285	480	0,59	Regular	S. São Mateus
2	30	0,07	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
5	24	0,21	Insatisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
210	210	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
540	600	0,90	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.220	1.800	0,68	Satisfatória	S. São Mateus
520	720	0,72	Satisfatória	S. São Mateus
650	1.440	0,45	Regular	S. São Mateus
300	300	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
700	4.800	0,15	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.200	1.200	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
1.440	1.440	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
2.400	2.400	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
720	720	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
900	900	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus

Tabela 39 – Pregão eletrônico nº 01/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
960	960	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
600	840	0,71	Satisfatória	S. São Mateus
480	480	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
600	600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
240	240	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
430	600	0,72	Satisfatória	S. São Mateus
3.600	3.600	1,00	Muito Satisfatória	S. São Mateus
280	3.000	0,09	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	3.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.360	4.800	0,49	Regular	S. Alegre
30	120	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
0	600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.915	3.000	0,97	Muito Satisfatória	S. Alegre
10	60	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.030	3.000	0,68	Satisfatória	S. Alegre
180	1.200	0,15	Muito Insatisfatória	S. Alegre
470	3.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. Alegre
840	3.000	0,28	Insatisfatória	S. Alegre
2.705	3.000	0,90	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
101	900	0,11	Muito Insatisfatória	S. Alegre
294	2.400	0,12	Muito Insatisfatória	S. Alegre
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	600	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.255	1.800	0,70	Satisfatória	S. Alegre
659	900	0,73	Satisfatória	S. Alegre
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	30	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	24	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	540	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
60	60	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
1.101	1.800	0,61	Satisfatória	S. Alegre
2.045	3.600	0,57	Regular	S. Alegre
521	600	0,87	Muito Satisfatória	S. Alegre
620	3.600	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
185	3.000	0,06	Muito Insatisfatória	S. Alegre
185	3.000	0,06	Muito Insatisfatória	S. Alegre
655	1.800	0,36	Insatisfatória	S. Alegre
2.740	6.000	0,46	Regular	S. Alegre
1.630	1.800	0,91	Muito Satisfatória	S. Alegre
1.060	1.440	0,74	Satisfatória	S. Alegre
1.920	1.920	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
960	1.800	0,53	Regular	S. Alegre
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.560	3.600	0,43	Regular	S. Alegre
1.322	1.800	0,73	Satisfatória	S. Alegre

Tabela 39 – Pregão eletrônico nº 01/2013-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
345	480	0,72	Satisfatória	S. Alegre
357	600	0,60	Regular	S. Alegre
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
967	1.200	0,81	Muito Satisfatória	S. Alegre
1.164	1.200	0,97	Muito Satisfatória	S. Alegre
699	900	0,78	Satisfatória	S. Alegre
2.040	4.200	0,49	Regular	S. Alegre
50.132	61.314	0,82	Muito Satisfatória	S. São Mateus
36.325	81.054	0,45	Regular	S. Alegre
86.457	142.368	0,61	Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 40 – Pregão eletrônico nº 12/2013-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
14.870	15.000	0,99	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.800	10.800	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
8.640	9.000	0,96	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.590	2.700	0,96	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	2.700	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
9.550	10.800	0,88	Muito Satisfatória	S. Nutrição
431	600	0,72	Satisfatória	S. Nutrição
11.690	12.000	0,97	Muito Satisfatória	S. Nutrição
11.701	12.000	0,98	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
14.750	15.000	0,98	Muito Satisfatória	S. Nutrição
150	300	0,50	Regular	S. Nutrição
9	300	0,03	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.000	12.000	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
50.820	54.000	0,94	Muito Satisfatória	S. Nutrição
15	60	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
1.940	3.600	0,54	Regular	S. Nutrição
24.460	30.000	0,82	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.910	4.800	0,81	Muito Satisfatória	S. Nutrição
905	1.080	0,84	Muito Satisfatória	S. Nutrição
280	300	0,93	Muito Satisfatória	S. Nutrição
8.618	9.000	0,96	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3.022	6.000	0,50	Regular	S. Nutrição
5.080	6.000	0,85	Muito Satisfatória	S. Nutrição
450	4.800	0,09	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
120	120	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
124	300	0,41	Regular	S. Nutrição
860	4.800	0,18	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.018	1.080	0,94	Muito Satisfatória	S. Nutrição
2.100	2.100	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
7.530	9.000	0,84	Muito Satisfatória	S. Nutrição

Tabela 40 – Pregão eletrônico nº 12/2013-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
2.910	7.800	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
80	9.000	0,01	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.400	3.000	0,47	Regular	S. Nutrição
1.100	4.800	0,23	Insatisfatória	S. Nutrição
2.330	3.600	0,65	Satisfatória	S. Nutrição
11.540	18.000	0,64	Satisfatória	S. Nutrição
5.640	6.000	0,94	Muito Satisfatória	S. Nutrição
7.630	12.000	0,64	Satisfatória	S. Nutrição
14.500	15.000	0,97	Muito Satisfatória	S. Nutrição
7.382	9.000	0,82	Muito Satisfatória	S. Nutrição
3	60	0,05	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.020	4.800	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
10.620	10.800	0,98	Muito Satisfatória	S. Nutrição
277	300	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
277	300	0,92	Muito Satisfatória	S. Nutrição
419	480	0,87	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.550	3.600	0,43	Regular	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
8.590	9.000	0,95	Muito Satisfatória	S. Nutrição
1.800	4.800	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
300	4.800	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
15.940	24.000	0,66	Satisfatória	S. Nutrição
285.741	391.980	0,73	Satisfatória	S. Nutrição
285.741	391.980	0,73	Satisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 41 – Pregão eletrônico nº 15/2013-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
65	1.800	0,04	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.110	6.000	0,19	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.730	6.000	0,29	Insatisfatória	S. São Mateus
310	2.400	0,13	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	2.100	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2.310	9.000	0,26	Insatisfatória	S. São Mateus
143	300	0,48	Regular	S. São Mateus
910	3.600	0,25	Insatisfatória	S. São Mateus
580	4.800	0,12	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
60	360	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.610	7.200	0,22	Insatisfatória	S. São Mateus
750	1.200	0,63	Satisfatória	S. São Mateus
73	360	0,20	Insatisfatória	S. São Mateus
0	6.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
7.770	15.000	0,52	Regular	S. São Mateus
56	180	0,31	Insatisfatória	S. São Mateus
485	900	0,54	Regular	S. São Mateus
2.150	4.800	0,45	Regular	S. São Mateus
1.170	4.800	0,24	Insatisfatória	S. São Mateus

Tabela 41 – Pregão eletrônico nº 15/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
185	420	0,44	Regular	S. São Mateus
210	300	0,70	Satisfatória	S. São Mateus
925	2.400	0,39	Insatisfatória	S. São Mateus
1.350	6.000	0,23	Insatisfatória	S. São Mateus
433	900	0,48	Regular	S. São Mateus
85	1.800	0,05	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
5	120	0,04	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
13	300	0,04	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
445	900	0,49	Regular	S. São Mateus
185	420	0,44	Regular	S. São Mateus
770	3.600	0,21	Insatisfatória	S. São Mateus
1.310	6.000	0,22	Insatisfatória	S. São Mateus
370	1.500	0,25	Insatisfatória	S. São Mateus
400	6.000	0,07	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
470	4.200	0,11	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
480	3.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
200	3.000	0,07	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2.250	7.200	0,31	Insatisfatória	S. São Mateus
1.740	4.800	0,36	Insatisfatória	S. São Mateus
1.910	3.000	0,64	Satisfatória	S. São Mateus
1.995	6.000	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
750	4.200	0,18	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
700	4.200	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.140	3.000	0,38	Insatisfatória	S. São Mateus
190	360	0,53	Regular	S. São Mateus
190	360	0,53	Regular	S. São Mateus
400	720	0,56	Regular	S. São Mateus
140	2.700	0,05	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
625	1.200	0,52	Regular	S. São Mateus
850	1.800	0,47	Regular	S. São Mateus
450	1.200	0,38	Insatisfatória	S. São Mateus
340	4.200	0,08	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
4.320	9.000	0,48	Regular	S. São Mateus
225	4.320	0,05	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	2.760	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.260	6.120	0,37	Insatisfatória	S. Alegre
373	2.760	0,14	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	2.160	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
3.290	6.120	0,54	Regular	S. Alegre
27	150	0,18	Muito Insatisfatória	S. Alegre
720	3.480	0,21	Insatisfatória	S. Alegre
40	3.960	0,01	Muito Insatisfatória	S. Alegre
360	3.960	0,09	Muito Insatisfatória	S. Alegre
35	4.140	0,01	Muito Insatisfatória	S. Alegre
3.990	6.960	0,57	Regular	S. Alegre
0	840	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
125	1.644	0,08	Muito Insatisfatória	S. Alegre
520	3.840	0,14	Muito Insatisfatória	S. Alegre
71	168	0,42	Regular	S. Alegre
1	84	0,01	Muito Insatisfatória	S. Alegre

Tabela 41 – Pregão eletrônico nº 15/2013-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
50	840	0,06	Muito Insatisfatória	S. Alegre
370	4.560	0,08	Muito Insatisfatória	S. Alegre
555	1.644	0,34	Insatisfatória	S. Alegre
0	840	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	90	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	36	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	840	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
71	168	0,42	Regular	S. Alegre
1.102	3.120	0,35	Insatisfatória	S. Alegre
1.760	4.320	0,41	Regular	S. Alegre
430	840	0,51	Regular	S. Alegre
480	4.560	0,11	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	4.560	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
20	4.560	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
771	2.640	0,29	Insatisfatória	S. Alegre
935	7.200	0,13	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.025	4.320	0,24	Insatisfatória	S. Alegre
1.105	1.920	0,58	Regular	S. Alegre
2.227	4.440	0,50	Regular	S. Alegre
1.405	3.600	0,39	Insatisfatória	S. Alegre
0	90	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
770	4.320	0,18	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.495	2.760	0,54	Regular	S. Alegre
0	150	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	150	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
229	720	0,32	Insatisfatória	S. Alegre
471	1.920	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
0	540	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
826	3.120	0,26	Insatisfatória	S. Alegre
631	3.120	0,20	Insatisfatória	S. Alegre
508	1.440	0,35	Insatisfatória	S. Alegre
1.740	5.040	0,35	Insatisfatória	S. Alegre
47.108	171.660	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
31.013	131.934	0,24	Insatisfatória	S. Alegre
78.121	303.594	0,26	Insatisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 42 – Pregão eletrônico nº 23/2013-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
11.380	25.200	0,45	Regular	S. Nutrição
2.410	15.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
300	15.000	0,02	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
7.570	15.000	0,50	Regular	S. Nutrição
4.600	15.000	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição
221	900	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
7.675	19.800	0,39	Insatisfatória	S. Nutrição
3.900	19.800	0,20	Muito Insatisfatória	S. Nutrição

Tabela 42 – Pregão eletrônico nº 23/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
13.260	30.000	0,44	Regular	S. Nutrição
90	300	0,30	Insatisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
3.700	18.000	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
90	90	1,00	Muito Satisfatória	S. Nutrição
6.110	19.800	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição
3.710	15.000	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
955	3.900	0,24	Insatisfatória	S. Nutrição
1.130	10.200	0,11	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
6	48	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
14.800	42.000	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
2.337	10.200	0,23	Insatisfatória	S. Nutrição
1.520	12.000	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
700	12.000	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
6.130	36.000	0,17	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.260	5.100	0,25	Insatisfatória	S. Nutrição
6.291	18.000	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
200	12.000	0,02	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
6.130	15.000	0,41	Regular	S. Nutrição
972	2.100	0,46	Regular	S. Nutrição
9.548	25.200	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
2.253	15.000	0,15	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
72	2.100	0,03	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
5.610	15.000	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
1.000	15.000	0,07	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.007	10.200	0,20	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
20	6.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2	90	0,02	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
54	420	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
330	10.200	0,03	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
350	3.000	0,12	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
18	420	0,04	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
5.600	21.000	0,27	Insatisfatória	S. Nutrição
55	600	0,09	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
177	1.200	0,15	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
77	600	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.500	10.200	0,15	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	1.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
3.690	21.000	0,18	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.040	12.000	0,09	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
570	5.100	0,11	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.010	1.500	0,67	Satisfatória	S. Nutrição
39.940	72.000	0,55	Regular	S. Nutrição
820	10.200	0,08	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
11.622	36.000	0,32	Insatisfatória	S. Nutrição
321	1.800	0,18	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
400	4.200	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.305	4.800	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
1.420	7.200	0,20	Muito Insatisfatória	S. São Mateus

Tabela 42 – Pregão eletrônico nº 23/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
1.461	7.200	0,20	Insatisfatória	S. São Mateus
0	1.800	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
100	4.500	0,02	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
3.370	12.000	0,28	Insatisfatória	S. São Mateus
160	1.800	0,09	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
370	4.200	0,09	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
5	5.400	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
27	420	0,06	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
4.987	12.000	0,42	Regular	S. São Mateus
240	1.800	0,13	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
12	420	0,03	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
546	9.000	0,06	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
20	150	0,13	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.090	9.000	0,12	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.334	6.000	0,22	Insatisfatória	S. São Mateus
375	1.080	0,35	Insatisfatória	S. São Mateus
1.123	9.000	0,12	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	36	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2.943	6.000	0,49	Regular	S. São Mateus
605	2.400	0,25	Insatisfatória	S. São Mateus
540	6.000	0,09	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
710	9.000	0,08	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
990	10.800	0,09	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.300	3.000	0,43	Regular	S. São Mateus
2.040	6.000	0,34	Insatisfatória	S. São Mateus
1.257	6.000	0,21	Insatisfatória	S. São Mateus
1.735	5.100	0,34	Insatisfatória	S. São Mateus
138	480	0,29	Insatisfatória	S. São Mateus
2.200	9.600	0,23	Insatisfatória	S. São Mateus
730	6.000	0,12	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
12	420	0,03	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.185	3.600	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
1.240	9.000	0,14	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
333	1.200	0,28	Insatisfatória	S. São Mateus
45	2.400	0,02	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	60	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	150	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
591	7.800	0,08	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
80	2.400	0,03	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2	330	0,01	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
60	1.800	0,03	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.480	4.800	0,31	Insatisfatória	S. São Mateus
197	480	0,41	Regular	S. São Mateus
494	900	0,55	Regular	S. São Mateus
122	480	0,25	Insatisfatória	S. São Mateus
130	3.600	0,04	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
765	1.500	0,51	Regular	S. São Mateus
1.000	3.600	0,28	Insatisfatória	S. São Mateus
470	3.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
331	1.500	0,22	Insatisfatória	S. São Mateus
138	480	0,29	Insatisfatória	S. São Mateus

Tabela 42 – Pregão eletrônico nº 23/2013-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
9.626	24.000	0,40	Regular	S. São Mateus
80	4.500	0,02	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
3.000	12.000	0,25	Insatisfatória	S. São Mateus
2.388	4.320	0,55	Regular	S. Alegre
710	2.760	0,26	Insatisfatória	S. Alegre
0	2.760	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.182	6.120	0,36	Insatisfatória	S. Alegre
3.200	6.720	0,48	Regular	S. Alegre
18	150	0,12	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.242	4.800	0,26	Insatisfatória	S. Alegre
760	3.960	0,19	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	720	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.550	3.960	0,39	Insatisfatória	S. Alegre
200	3.960	0,05	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	420	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
620	4.140	0,15	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	420	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.026	4.320	0,47	Regular	S. Alegre
907	3.120	0,29	Insatisfatória	S. Alegre
0	840	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
215	4.560	0,05	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	36	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
279	1.644	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
725	840	0,86	Muito Satisfatória	S. Alegre
1.010	4.560	0,22	Insatisfatória	S. Alegre
679	4.560	0,15	Muito Insatisfatória	S. Alegre
6.395	7.200	0,89	Muito Satisfatória	S. Alegre
388	2.640	0,15	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.553	4.320	0,59	Regular	S. Alegre
912	3.840	0,24	Insatisfatória	S. Alegre
1.826	1.920	0,95	Muito Satisfatória	S. Alegre
64	168	0,38	Insatisfatória	S. Alegre
4.430	4.440	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
1.704	3.600	0,47	Regular	S. Alegre
0	84	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
107	840	0,13	Muito Insatisfatória	S. Alegre
715	4.560	0,16	Muito Insatisfatória	S. Alegre
277	1.644	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	960	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	36	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	54	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
825	4.320	0,19	Muito Insatisfatória	S. Alegre
360	2.400	0,15	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	90	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.210	3.360	0,66	Satisfatória	S. Alegre
0	150	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
346	720	0,48	Regular	S. Alegre
0	150	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
474	1.920	0,25	Insatisfatória	S. Alegre
0	540	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.347	3.120	0,43	Regular	S. Alegre

Tabela 42 – Pregão eletrônico nº 23/2013-SRP.

(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
1.047	3.120	0,34	Insatisfatória	S. Alegre
0	840	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
128	168	0,76	Satisfatória	S. Alegre
6.960	6.960	1,00	Muito Satisfatória	S. Alegre
255	1.440	0,18	Muito Insatisfatória	S. Alegre
3.750	5.040	0,74	Satisfatória	S. Alegre
195.133	688.068	0,28	Insatisfatória	S. Nutrição
54.914	262.386	0,21	Insatisfatória	S. São Mateus
55.784	140.334	0,40	Insatisfatória	S. Alegre
305.831	1.090.788	0,28	Insatisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

Tabela 43 – Pregão eletrônico nº 10/2014-SRP.

(continua)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
14.750	25.200	0,59	Regular	S. Nutrição
2.380	15.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	15.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
6.700	15.000	0,45	Regular	S. Nutrição
8.040	15.000	0,54	Regular	S. Nutrição
453	900	0,50	Regular	S. Nutrição
9.190	19.800	0,46	Regular	S. Nutrição
7.650	19.800	0,39	Insatisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
14.630	30.000	0,49	Regular	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	300	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	18.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	90	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
6.625	19.800	0,33	Insatisfatória	S. Nutrição
3.270	15.000	0,22	Insatisfatória	S. Nutrição
465	3.900	0,12	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.060	10.200	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
10	48	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
15.930	42.000	0,38	Insatisfatória	S. Nutrição
75	180	0,42	Regular	S. Nutrição
3.275	10.200	0,32	Insatisfatória	S. Nutrição
1.220	12.000	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.550	12.000	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
5.680	36.000	0,16	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.415	5.100	0,47	Regular	S. Nutrição
7.540	18.000	0,42	Regular	S. Nutrição
630	12.000	0,05	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
7.295	15.000	0,49	Regular	S. Nutrição
1.559	2.100	0,74	Satisfatória	S. Nutrição
10.495	25.200	0,42	Regular	S. Nutrição
3.410	15.000	0,23	Insatisfatória	S. Nutrição
192	2.100	0,09	Muito Insatisfatória	S. Nutrição

Tabela 43 – Pregão eletrônico nº 10/2014-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
8.290	15.000	0,55	Regular	S. Nutrição
1.450	15.000	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
2.080	10.200	0,20	Insatisfatória	S. Nutrição
100	6.000	0,02	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
9	90	0,10	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
57	420	0,14	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
3.170	10.200	0,31	Insatisfatória	S. Nutrição
150	3.000	0,05	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
46	420	0,11	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
0	3.000	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
7.330	21.000	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
416	1.200	0,35	Insatisfatória	S. Nutrição
220	600	0,37	Insatisfatória	S. Nutrição
127	600	0,21	Insatisfatória	S. Nutrição
2.225	10.200	0,22	Insatisfatória	S. Nutrição
0	1.200	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
3.915	21.000	0,19	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.825	12.000	0,15	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
545	5.100	0,11	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
1.475	1.500	0,98	Muito Satisfatória	S. Nutrição
0	180	0,00	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
45.825	72.000	0,64	Satisfatória	S. Nutrição
630	10.200	0,06	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
17.350	36.000	0,48	Regular	S. Nutrição
230	1.800	0,13	Muito Insatisfatória	S. Nutrição
407	2.400	0,17	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.390	3.000	0,46	Regular	S. São Mateus
450	4.800	0,09	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2.570	3.000	0,86	Muito Satisfatória	S. São Mateus
3.250	4.200	0,77	Satisfatória	S. São Mateus
280	1.020	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
1.540	2.400	0,64	Satisfatória	S. São Mateus
10	2.100	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
3.190	9.000	0,35	Insatisfatória	S. São Mateus
255	1.800	0,14	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
58	60	0,97	Muito Satisfatória	S. São Mateus
100	3.600	0,03	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
44	150	0,29	Insatisfatória	S. São Mateus
1.050	6.000	0,18	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.420	4.800	0,30	Insatisfatória	S. São Mateus
540	900	0,60	Regular	S. São Mateus
670	5.400	0,12	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
3.235	4.200	0,77	Satisfatória	S. São Mateus
820	900	0,91	Muito Satisfatória	S. São Mateus
640	1.200	0,53	Regular	S. São Mateus
200	4.200	0,05	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2.030	7.200	0,28	Insatisfatória	S. São Mateus
800	2.400	0,33	Insatisfatória	S. São Mateus
1.760	4.200	0,42	Regular	S. São Mateus
1.940	6.000	0,32	Insatisfatória	S. São Mateus
1.880	3.900	0,48	Regular	S. São Mateus

Tabela 43 – Pregão eletrônico nº 10/2014-SRP.

(continuação)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
183	300	0,61	Satisfatória	S. São Mateus
2.195	4.500	0,49	Regular	S. São Mateus
235	3.000	0,08	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
35	120	0,29	Insatisfatória	S. São Mateus
810	2.100	0,39	Insatisfatória	S. São Mateus
1.610	6.000	0,27	Insatisfatória	S. São Mateus
411	900	0,46	Regular	S. São Mateus
70	720	0,10	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
140	6.000	0,02	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	2.100	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
1.143	3.000	0,38	Insatisfatória	S. São Mateus
467	780	0,60	Regular	S. São Mateus
227	420	0,54	Regular	S. São Mateus
171	420	0,41	Regular	S. São Mateus
220	1.800	0,12	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
735	1.200	0,61	Satisfatória	S. São Mateus
835	1.800	0,46	Regular	S. São Mateus
366	900	0,41	Regular	S. São Mateus
555	900	0,62	Satisfatória	S. São Mateus
179	300	0,60	Regular	S. São Mateus
9.235	15.000	0,62	Satisfatória	S. São Mateus
215	1.500	0,14	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
4.700	9.000	0,52	Regular	S. São Mateus
0	600	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
0	1.500	0,00	Muito Insatisfatória	S. São Mateus
2.950	6.480	0,46	Regular	S. Alegre
662	2.160	0,31	Insatisfatória	S. Alegre
1.542	5.040	0,31	Insatisfatória	S. Alegre
0	2.592	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.541	6.720	0,38	Insatisfatória	S. Alegre
2	144	0,01	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.559	4.752	0,33	Insatisfatória	S. Alegre
880	5.160	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	720	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.513	9.960	0,15	Muito Insatisfatória	S. Alegre
855	4.920	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	3.960	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	480	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.861	4.320	0,43	Regular	S. Alegre
840	2.400	0,35	Insatisfatória	S. Alegre
0	960	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
665	2.280	0,29	Insatisfatória	S. Alegre
0	36	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.205	1.740	0,69	Satisfatória	S. Alegre
831	960	0,87	Muito Satisfatória	S. Alegre
1.192	3.300	0,36	Insatisfatória	S. Alegre
919	3.300	0,28	Insatisfatória	S. Alegre
6.636	8.640	0,77	Satisfatória	S. Alegre
313	2.310	0,14	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.883	4.080	0,46	Regular	S. Alegre

Tabela 43 – Pregão eletrônico nº 10/2014-SRP.

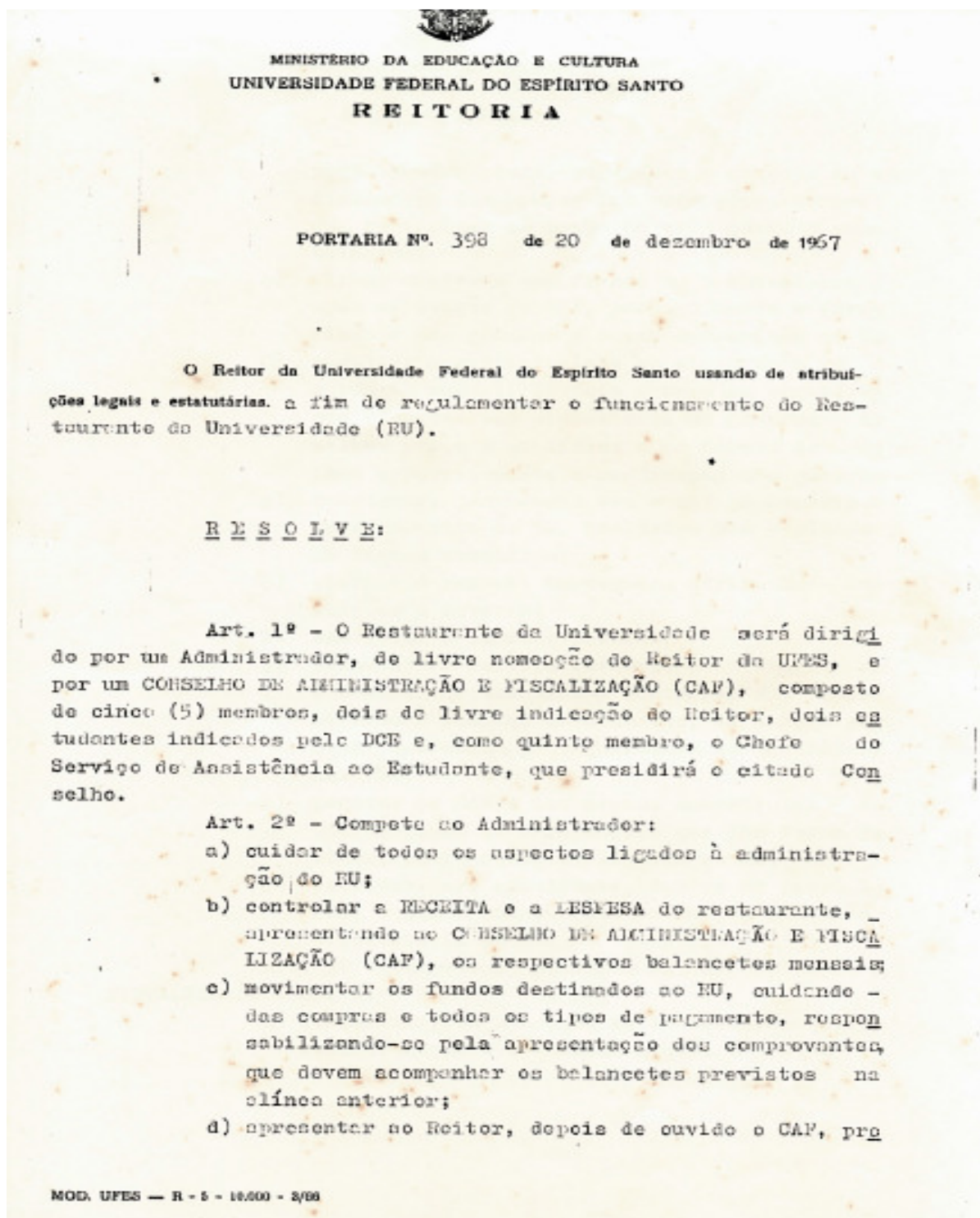
(conclusão)

Qtde empenhada	Qtde registrada	GARP	Qualidade da previsão de demanda	Requisitante
831	4.560	0,18	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.695	2.400	0,71	Satisfatória	S. Alegre
120	228	0,53	Regular	S. Alegre
4.216	6.360	0,66	Satisfatória	S. Alegre
1.356	3.360	0,40	Regular	S. Alegre
6	48	0,13	Muito Insatisfatória	S. Alegre
221	840	0,26	Insatisfatória	S. Alegre
275	4.560	0,06	Muito Insatisfatória	S. Alegre
477	1.740	0,27	Insatisfatória	S. Alegre
0	960	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	30	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	30	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
1.172	4.320	0,27	Insatisfatória	S. Alegre
138	1.800	0,08	Muito Insatisfatória	S. Alegre
0	48	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
2.395	4.320	0,55	Regular	S. Alegre
279	720	0,39	Insatisfatória	S. Alegre
3	150	0,02	Muito Insatisfatória	S. Alegre
3	150	0,02	Muito Insatisfatória	S. Alegre
417	2.400	0,17	Muito Insatisfatória	S. Alegre
111	540	0,21	Insatisfatória	S. Alegre
1.427	3.720	0,38	Insatisfatória	S. Alegre
831	3.120	0,27	Insatisfatória	S. Alegre
4	840	0,00	Muito Insatisfatória	S. Alegre
136	228	0,60	Regular	S. Alegre
7.845	10.200	0,77	Satisfatória	S. Alegre
416	1.440	0,29	Insatisfatória	S. Alegre
4.117	6.120	0,67	Satisfatória	S. Alegre
234.954	688.428	0,34	Insatisfatória	S. Nutrição
55.266	153.690	0,36	Insatisfatória	S. São Mateus
57.340	153.126	0,37	Insatisfatória	S. Alegre
347.560	995.244	0,35	Insatisfatória	Geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do sítio eletrônico de compras do governo federal brasileiro.

9 ANEXOS

9.1 Anexo A: cópia da Portaria nº 398/1967, da Reitoria da UFES





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

posta fundamentada, sugerindo o aumento ou a diminuição dos preços das refeições, sempre que os índices de custo de vida assim o aconselharem;

- e) firmar contrato com firmas ou particulares, após aprovação do CAF, para garantir o fornecimento dos gêneros a serem consumidos no RU;
- f) auxiliar a nutricionista na elaboração do - cardápio mensal, levando sempre em consideração os preceitos dietéticos, os gêneros de melhor preço e qualidade e as normas de melhor aproveitamento e rendimento dos gêneros;
- g) coordenar, juntamente com o CAF, o horário de funcionamento do RU, inclusive nos períodos de férias escolares;
- h) dirigir o pessoal empregado, atribuindo-lhe funções e deveres;
- i) contratar e demitir pessoal;
- j) fornecer ao Serviço Jurídico da Reitoria os elementos necessários à instrução dos casos-leitados à Justiça do Trabalho, de modo a permitir que sejam salvaguardados os interesses da UFES;
- l) prestar ao CAF e aos órgãos competentes da Universidade as informações que lhe forem pedidas, sobre assuntos ligados ao RU;
- m) providenciar, anualmente, dentro do prazo legal, e com a colaboração do CAF, a previsão orçamentária do RU.

Art. 3º - Compete ao CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - CAF -:

- a) fiscalizar, em conjunto ou individualmente, a administração e o funcionamento, em todos os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

seus aspectos, do RU, imprimindo a essa tarefa um caráter nitidamente orientador, de modo a auxiliar o administrador no desempenho de suas tarefas;

- b) apreciar os balanços mensais, enviados pelo Administrador do RU, encaminhando-os, depois de aprovados, aos órgãos competentes da Reitoria;
- c) autorizar o auxiliar o administrador a exercer as competências que lhe foram atribuídas nas alíneas d, e, h e i do artigo 2º;
- d) propor todas as medidas e providências, que, a critério dos seus membros, possam contribuir para o perfeito andamento dos serviços do Restaurante da Universidade;
- e) aprovar o horário de funcionamento e o cardápio mensal do RU;
- f) funcionar como órgão de ligação entre a classe estudantil e a administração do RU;
- g) representar ao Reitor, contra o Administrador sempre que julgar que por erros ou omissões está o mesmo impedindo ou dificultando o bom funcionamento do RU.
- h) Aprovar o Quadro de Pessoal do R.U.

Art. 4º - O preço da refeição será determinado no início de cada exercício, sendo a sua fixação um trabalho conjunto do Reitor, do Diretor da Divisão de Orçamento, do Administrador do RU e do CAP do RU.

Parágrafo único: na fixação do preço das refeições o grupo encarregado levará em consideração, inicialmente, o custo real da refeição, para, em seguida, atribuir a taxa de cobrança, a qual será decidida tendo em vista as seguintes categorias:

- a) preço da refeição para os comensais mensais;
- b) preço da refeição para os comensais avulsos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA

Art. 5º - Os casos omissos na presente Portaria serão decididos, em última instância, pelo Reitor da UFES.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "Alair de Queiroz Araújo".

ALAIR DE QUEIROZ ARAUJO
Reitor